

MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

***O Ensino Médio Integrado no Estado do
Ceará: o projeto pedagógico de uma
Escola Estadual de Educação
Profissional***

Maria Danielli Leite Albuquerque

M

2019



Maria Danielli Leite Albuquerque

O Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará: o projeto pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional.

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação sob a orientação da Professora Doutora Teresa Medina e Professora Doutora Elisabete Ferreira

Porto, Portugal

2019

RESUMO

A aprendizagem é construída na interação de sujeitos cooperativos que têm objetivos comuns. O professor e o aluno são sujeitos ativos na construção do saber. A escola precisa implementar dispositivos pertinentes e bem elaborados, a fim de estimular a curiosidade ou necessidades dos alunos, tanto na sistematização de dados da realidade, quanto no aprofundamento da sistematização do conhecimento, assim poderá alcançar resultados significativos. O objetivo da pesquisa é analisar sobre a Educação Profissionalizante, apresentando um Estudo de Caso em uma Escola Estadual e o Projeto “Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará”. É perceptível que o aluno participa mais ativamente das aulas quando mais o conteúdo for significativo, se desperta sua atenção, fazendo-o interagir nas atividades determinadas pelo educador. Baseado nisso, é fundamental avaliar a inter-relação das dimensões qualitativa e quantitativa na avaliação do processo ensino-aprendizagem, elevar as fontes de informação e os níveis de investigação, visando explicá-los de forma coletiva e adequados ao aluno. As instituições de educação precisam repensar na metodologia da Educação Profissionalizante, proporcionar a inclusão dos alunos nas atividades, estimular a participação e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. A concepção metodológica trata de uma Pesquisa Bibliográfica, Descritiva, Quantitativo e um Estudo de Caso. Ressalta-se que a organização escolar fundamenta-se na responsabilidade coletiva, descentralização da educação e participação direta de todos os membros da instituição humana. A escola tem a função de conhecer e organizar os diferentes setores, capacitando cada um para realizar satisfatoriamente suas funções. O educador precisa criar procedimentos que transforme o processo de ensino e seus reflexos se farão sentir na aprendizagem dos alunos, em última instância na formação para a excelência humana. É essencial promover implementar um Projeto Político-Pedagógico, inserir ações e atividades educacionais de planejamento, execução e avaliação que visem à oferta de uma educação de qualidade para todos, na perspectiva de êxito. No Estudo de Caso averiguou que os procedimentos de formulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola escolhida possui um caráter emancipatório, autônomo, com identidade própria, mas, especialmente, democrático. A participação de todos da comunidade escolar, onde envolvem pais, alunos, professores, gestores, não somente nas eleições para direção da escola, como também no Planejamento Participativo, incluindo elaboração de ações, de formas de execução e a avaliação de âmbito global. A instituição tem obtido notoriedade na Educação Profissionalizante, reduzido o nível de evasão escolar, e, em geral, tem conquistado bom desempenho. De realçar o clima escolar harmonioso, 70% de aprovação em universidades por meio do Enem e projetos inovadores e gestões competentes na Educação Básica da rede pública.

Palavras-chave: Educação Profissionalizante. PPP. Ensino Médio. Escola Pública

ABSTRACT

Learning is built on the interaction of cooperative subjects who have common goals. The teacher and the student are active subjects in the construction of knowledge. The school needs to implement relevant and well-designed devices in order to stimulate students' curiosity or needs, both in the systematization of reality data and in the deepening of systematization of knowledge, so it can achieve significant results. The objective of the research is to analyze about Vocational Education, presenting a Case Study in a State School and the Project "Integrated High School of the State of Ceará". It is noticeable that the student only participates in the class if the content is attractive, arouses their attention, making them interact in the activities determined by the educator. It is essential to evaluate the interrelationship of the qualitative and quantitative dimensions in the evaluation of the teaching-learning process, to raise the sources of information and the investigation levels, aiming to explain them in a collective way and appropriate to the student. Educational institutions need to rethink the methodology of Vocational Education, provide for the inclusion of students in activities, encourage participation and facilitate the teaching-learning process. The methodological conception deals with a Bibliographical, Descriptive, Quantitative Research and a Case Study. It is noteworthy that the school organization is based on collective responsibility, decentralization of education and direct participation of all members of the human institution. The school has the function of knowing and organizing the different sectors, enabling each one to perform satisfactorily their functions. The educator needs to create procedures that transform the teaching process and its consequences will be felt in the students' learning, ultimately in the training for human excellence. It is essential to promote the implementation of a Political-Pedagogical Project (PPP), to include educational planning, execution and evaluation actions and activities aimed at providing a quality education for all, with the prospect of success. In the Case Study, it was found that the procedures for formulating the school PPP have an emancipatory, autonomous character, with its own identity, but especially democratic. The participation of everyone in the school community, involving parents, students, teachers, managers, not only in school elections, but also in Participatory Planning, including action design, implementation and global assessment. The institution has gained notoriety in Vocational Education, reduced the level of dropout, and, in general, has achieved good performance. Of note is the harmonious school climate, 70% university approval through Enem and innovative projects and competent management in public basic education.

Key-words: Vocational Education. PPP. High school. Public school.

RÉSUMÉ

L'apprentissage est construit sur l'interaction de sujets coopératifs ayant des objectifs communs. L'enseignant et l'élève sont des sujets actifs dans la construction du savoir. L'école doit mettre en œuvre des dispositifs pertinents et bien conçus afin de stimuler la curiosité ou les besoins des élèves, à la fois dans la systématisation des données de la réalité et dans l'approfondissement de la systématisation des connaissances, afin d'obtenir des résultats significatifs. L'objectif de la recherche est d'analyser l'enseignement professionnel en présentant une étude de cas dans une école publique et le projet "Lycée intégré de l'État de Ceará". Il est à noter que l'élève participe plus activement aux cours lorsque le contenu est plus significatif, attire leur attention et le fait dialoguer dans les activités déterminées par l'éducateur. Sur cette base, il est essentiel d'évaluer l'interdépendance des dimensions qualitative et quantitative de l'évaluation du processus enseignement-apprentissage, de relever les sources d'information et les niveaux d'investigation en vue de les expliquer de manière collective et adaptée à l'étudiant. Les établissements d'enseignement doivent repenser la méthodologie de l'enseignement professionnel, prévoir l'inclusion des étudiants dans les activités, encourager la participation et faciliter le processus d'enseignement-apprentissage. La conception méthodologique traite d'une recherche bibliographique, descriptive, quantitative et d'une étude de cas. Il est à noter que l'organisation scolaire repose sur la responsabilité collective, la décentralisation de l'éducation et la participation directe de tous les membres de l'institution humaine. L'école a pour fonction de connaître et d'organiser les différents secteurs, permettant à chacun d'exercer ses fonctions de façon satisfaisante. L'éducateur doit créer des procédures qui transforment le processus d'enseignement et ses conséquences se feront sentir dans l'apprentissage des élèves, puis dans la formation à l'excellence humaine. Il est essentiel de promouvoir la mise en œuvre d'un projet politico-pédagogique incluant des actions et activités de planification, d'exécution et d'évaluation de l'éducation visant à fournir une éducation de qualité pour tous, dans la perspective du succès. L'étude de cas a montré que les procédures de formulation du projet politique pédagogique (PPP) de l'école Edson Queiroz ont un caractère émancipateur, autonome, avec une identité propre, mais surtout démocratique. La participation de tous les membres de la communauté scolaire, y compris les parents, les élèves, les enseignants, les gestionnaires, non seulement aux élections scolaires, mais également à la planification participative, y compris la conception, la mise en œuvre et l'évaluation des actions. L'institution a acquis une notoriété dans l'enseignement professionnel, réduit le taux d'abandon scolaire et obtenu de bonnes performances. Avec un climat scolaire harmonieux, il a obtenu l'approbation de 70% des universités auprès d'Enem. A des projets innovants et une gestion compétente dans l'éducation de base des écoles publiques.

Mots-clés: Enseignement professionnel. PPP. Lycée École publique

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Rede de Amor, que me circunda, envolve, protege, orienta, ama, conduz, perpetua. Porque sempre acreditei que amor é ação e eu sou abençoada por isto.

São tantas pessoas, anjos que fazem parte deste entrelaçado de fios.

Fios feitos do mais puro linho de afeto, que se diversificam nas espessuras, espaçamentos, consistência, sabores, sorrisos.

Ao Rodrigo, meu príncipe galego que me acolhe, ensina, aprende sempre com seu amor filial.

A minha Pat-Blue, por ser minha âncora e modelo; que ora me iça, que ora me resgata; mas que sempre, sempre acredita em mim.

Ao meu Tom Zé, Duduzinho, Nananda e Power, minhas joias preciosas.

Às minhas irmãs Bombom e Rosinha, porque a vida escolhe também pela jornada, não necessariamente pelo sangue.

Ao meu Pai Evaldo que continua comigo do mesmo jeitinho e a minha Mãe Salete.

Aos meus amigos de toda uma vida, que torcem e seguem comigo em todo o percurso: Mauro, Berná, Marcelle, Fernando, para sempre.

Aos meus queridos de longe e de perto, deste plano e do outro, de patas e de asas, sempre no meu coração.

Às minhas companheiras e companheiros de Portugal, grupo coeso e acolhedor, grato presente.

À Diretora da EEEP escolhida que me acolheu de forma tão atenciosa.

Ao Professor Deribaldo Santos, impulsionador deste momento.

Ao Rio D'Ouro e a tantos outros recantos em que me perdi e me encontrei nesta trajetória que é viver.

Às minhas Orientadoras Elisabete Ferreira e Teresa Medina, que não mediram esforços para esta conquista.

Gratidão.

LISTA DE ABREVIATURAS

CE – Ceará

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CENTEC – Centro de Ensino tecnológico

CF - Constituição Federal da República Federativa do Brasil

EEEP - Escola Estadual de Educação Profissional

EP – Ensino Profissionalizante

EM – Ensino Médio

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IF – Instituto Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIRLS - Avaliações do Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização e Leitura

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PPP - Projeto Político Pedagógico

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC - Secretaria de Educação do Ceará

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SEST- Serviço Social de Transporte

TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht

TESE – Tecnologia Empresaria Sócio Educacional

TIMMS - Tendências Internacionais nos Estudos de Matemática e Ciências

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Evolução de Cursos Ofertados pelas EEEPs	69
Figura 02: Evolução de número de formandos nas EEEPs.....	70
Figura 03: Inserção de Jovens nas EEEPs	78
Figura 04: Estatísticas da Evolução dos resultados no ENEM	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Educação Profissional no Brasil	46
Tabela 02: Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará	68
Tabela 03: Cursos oferecidos pelas EEEPs	72
Tabela 04: Escolas Padrão MEC	77
Tabela 05: Dados de Trabalho e Rendimento	85
Tabela 06: Eixo da Base Comum Nacional	98
Tabela 07: Organograma da EEEP Pesquisada	106
Tabela 08: Ciclos do Ensino Médio	107
Tabela 09: Índice de Matrícula, Aprovação, Reprovação e Evasão	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Objetivos	24
Justificativa.....	25
Percurso metodológico	25
A Dissertação em sua Estruturação	29
CAPÍTULO 1 - Panorama sobre Educação e Aprendizagem	31
1.1 Através de um Contexto Histórico.....	31
1.2 Processos de Ensino e Aprendizagem.....	51
1.3 Reforma do Ensino Médio - O que isso influencia nas EEEPs?	53
CAPÍTULO 2 - Profissionalização	56
2.1 Educação Profissional <i>versus</i> Ensino Médio	56
2.2 Financiamentos externos e internos na Educação	59
2.3 O Programa Brasil Profissionalizado	61
2.4 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do Estado do Ceará – A Gênese.....	67
2.4.1 O percurso da EEEP em estudo.....	79
CAPÍTULO 3 – O Projeto Pedagógico da EEEP	83
3.1 Escola Estadual de Ensino Profissional do Ceará: Utopia?.....	83
3.2 O Projeto Político Pedagógico e seus Meandros	87
3.3 A EEEP estudada – Histórias significativas sobre compromisso	92
3.3.1 A realidade do público alvo da EEEP	95
3.3.2 Construção do Trabalho Pedagógico.....	95
3.3.3 Delimitando a especificidade de cada eixo pedagógico.....	98
3.3.4 O processo de Gestão da Escola escolhida	99
3.4 A construção da autonomia na EEEP.....	100
3.5 Atividades programadas no decorrer de cada ano letivo.....	102
3.6 Sobre o Estágio Supervisionado.....	103
3.7 O processo de avaliação.....	103
3.8 Sobre as conquistas da EEEP pesquisada.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

A escola é compreendida como um espaço que auxilia no desenvolvimento das habilidades, do saber, da socialização e também na promoção do autoconhecimento dos alunos. Os obstáculos associados à aprendizagem são reflexos de como a escola vem sendo concebida e como atua com os problemas individuais e subjetivos, centrando-se no estudante, por isso é importante conhecer sua história de vida, necessidades e realidade, tendo discernimento sobre tudo que envolve propostas didáticas e aprendizagem adquirida.

Sabe-se que a aprendizagem decorre de situações biológicas, aprendidas e apreendidas, tanto intelectual, psicomotor, físico, social ou emocional, nessa conjuntura, cabe ao educador e a instituição auxiliar neste processo, identificando os casos de dificuldades de aprendizagem e proporcionar as devidas intervenções preventivas, promovendo a evolução do estudante de forma significativa. O processo de aprendizagem também é desencadeado a partir da motivação e está vinculado às relações de troca que se estabelece com o meio. No âmbito da educação, nada é pronto e acabado.

Não se pode, no entanto, se ater de circunstâncias como verdades absolutas sem refletir e nem considerar o cotidiano ao qual o aluno se encontra, pois cada momento de aprendizagem é único. Essa visão leva as instituições a pensarem sobre sua função atual a qual atribuiu elas a responsabilidade por solucionar os problemas educacionais. Esse posicionamento é essencial, para perceber como ocorrem as práticas educativas, como se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem no ensino médio.

Neste contexto, é importante que o trabalho do educador seja responsável, flexível, exige-se que ele reconheça às dificuldades educacionais, saiba interagir em equipe e com a direção da escola e resolva os problemas no momento com prudência, que busque constantemente o conhecimento e ainda que não fique preso apenas na sua função, mas que perceba a organização na sua totalidade. Tal entendimento é necessário, pois afeta sua forma de trabalhar para a reconstrução do saber no fazer psicopedagógico, processo que deve ter sua ação pautada na coletividade em todos os níveis de ensino.

É relevante refletir e questionar sobre a educação no ensino médio, considerando suas metodologias, compreendendo as relações entre as transformações mundiais e a sociedade do Brasil. Inúmeras indagações ao que tange o deslindar da Educação Brasileira, especialmente na modalidade da Educação Profissional, respectivo ao Ensino Profissionalizante de Nível Médio, permearam o cotidiano.

É interessante explicitar a configuração do ensino profissionalizante brasileiro, especialmente quando ele é estruturado simultaneamente ao Ensino Médio. Com vistas aos devidos esclarecimentos sobre as modalidades explanadas na seguinte pesquisa, deve-se diferenciar os conceitos do que seja Ensino Técnico também chamado de Educação Profissional¹, Educação Profissionalizante e Ensino Médio.

Mesmo que haja, exceto pela última citada, similaridades entre os termos e suas atuações, elas se diferenciam em aspectos fundamentais. O Ensino Médio consiste nos três últimos anos da Educação Básica² brasileira. Ele poderá ser ofertado também, como será explicado com maiores detalhes no decorrer deste trabalho, das formas Integrada, Concomitante ou Subsequente ao ensino profissional.

Os cursos profissionalizantes favorecem uma capacitação para que o profissional possa exercer funções básicas, específicas no seu ambiente de trabalho. Tem curta duração, que pode chegar até seis meses, e o profissional não necessariamente precisa possuir algum diploma de conclusão de curso anterior e nem ter passado, ou passar, por um estágio. Não necessita de validação de funcionamento do Ministério da Educação.

O Ensino Profissional/Ensino Técnico, no entanto, precisa de validação do MEC para o seu funcionamento, além da exigência de, pelo menos, a conclusão do

¹ Há controvérsias em relação a esses termos: Ensino Técnico e Ensino Profissional. Para a Secretaria de Educação, bem como Ministério da Educação, são termos similares, que contemplam a formação holística do indivíduo, ou seja, o capacitando integralmente para o exercício laboral, sua elevação cultural, com a possibilidade de ampliação da visão do trabalhador de seu verdadeiro papel do mundo que o cerca, isto na visão Gramsciana. Porém, os cursos ditos Técnicos/Profissionais hoje oferecidos, apenas formam para um trabalho em específico, carecendo a discussão do trabalho no seu desenvolvimento enquanto pessoa. Por isso, escolhemos nos ater, neste trabalho à expressão 'Ensino Profissional' ao invés de 'Ensino Técnico'. Pois este último abrange situações inexistentes no ensino contemporâneo ofertado.

² Educação Básica: ensino obrigatório, gratuito na rede pública de ensino, que é instituída a partir dos quatro anos, com a Educação Infantil (4 e 5 anos), se estendendo pelo Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano, contemplando às idades de 6 a 14 anos) e, por último Ensino Médio, respectivo ao Secundário das escolas portuguesas, ofertado nas idades entre 15 a 17 anos.

Ensino Médio. Possui uma carga horária pouco mais extensa, podendo ultrapassar dois anos, entre 1.200 e 1.600 horas aula, variando de acordo com o curso escolhido. Necessita de um estágio supervisionado obrigatório e, no decorrer do curso, pelo menos teoricamente, se propõe a capacitar o aluno/profissional para o Mercado de Trabalho, com disciplinas focadas, de utilização prática, muitas vezes, com nenhuma teoria.

No Brasil, segundo o Ministério da Educação, os cursos profissionais ou ditos técnicos são divididos em 13 áreas de conhecimento: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Ensino Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

O interesse se configura por, para além da preocupação como Educadora, atenta e inquieta sobre como este ensino se delineia e sua proporção presente e futura ter convivido, através da atividade profissional, que são mais de 13 anos ininterruptos de percursos tracejados nesta modalidade de ensino, em escolas privadas e públicas. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará, a vida profissional iniciou em trabalhos com crianças e jovens em situação de risco na antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor³ (FEBEM). Em seguida, exercendo a docência em escolas de ensino fundamental 1 (respectivo ao 1^a a 5^a ano do Ensino Fundamental) trabalhando com crianças de 6 a 10 anos, sendo professora polivalente⁴.

A partir disso, o interesse por ampliar a docência com alunos de perfis mais diversificados levou a empreender, fazendo parte de uma franquia de nível internacional de educação, pois nela havia a possibilidade de contato com pessoas de todas as idades, gênero, formação. Houve um convite, neste íterim, para assumir a coordenação pedagógica de uma escola de nível médio técnico com grande alcance no cenário nordestino brasileiro. Pelo percurso acadêmico e pós graduação em Gestão de Pessoas, a habilitação em capacitar docentes e, ainda, em

³ FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Instituição criada no ano de 1976, vinculada à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. É responsável por implementar e executar programas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, preservando seus direitos e os educando para a prática da cidadania. <http://www.dialogue.com.br/web/sites/febem/frames/p01.html>

⁴ Professor Polivalente – função multifuncional desempenhada principalmente por professores da Educação Básica onde este aglutina a docência em mais de uma disciplina por turma. <https://canaldoensino.com.br>

gerir demandas para além do pedagógico, sendo encarregada de atribuições do cargo de gestora, tornaram-se parte do cotidiano.

Nesta instituição de Ensino Profissional (EP) foram muitas as “idas e vindas”, vinculação e desvinculação trabalhista, pois não restringia a um único contrato de trabalho, assumindo, outros compromissos relacionados à docência em outras escolas profissionais, estas do sistema “S” de ensino⁵. Foi, contudo, na 1ª Escola de EP citada, que o trabalho como educadora deu-se por mais anos e em cargos diversos: coordenação, supervisão à docência, inclusive, válido salientar que, em uma das ausências nos cargos de coordenação, motivo de assumir a docência em outras redes de ensino, ministrava aulas na área de Gestão Empresarial, além de prestar assessoria pedagógica para os professores.

Após dez anos deste modelo de parceria com a Escola de Ensino Profissional fui convidada a assumir um projeto demasiado interessante e que me deu embasamento para a pesquisa que aqui se apresenta. Assumi a coordenação, designada pela direção como Gerência Administrativa da matriz desta Escola, dedicando-me, concomitantemente, a um núcleo que atendia alunos já absorvidos pelo sistema privado, logo, pagantes e alunos direcionados para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC⁶), com vinculação direta ao Governo Federal.

Estes últimos quatro anos da minha vida profissional foram primordiais para o meu aprendizado formal, assim como para minhas maiores reflexões. Vivia circundada por histórias de vida de alunos com idades que variavam, em torno, de 17 a 70 anos. Motivos para a escolha desta modalidade por eles eram muitos, desde a não possibilidade de não terem tido acesso à educação na época regular de ensino por motivos diversos, tais como: àqueles que não foram aprovados no vestibular após o término do Ensino Médio e viam (ou suas famílias viam) no curso profissional uma possibilidade para o emprego em curto prazo, até àqueles que não

⁵ Sistema S - Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST). <https://www12.senado.leg.br/glossario-legislativo/sistema-s>

⁶ PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Criado em 2011 pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa com oferta gratuita tem finalidade de expandir o acesso de pessoas de baixa renda a uma educação profissional e tecnológica. <https://www.educamaisbrasil.com.br/pronatec>

conseguiam, ainda, se decidir por suas formações ou investimento de suas aptidões, além daqueles que estavam ali por mera exigência empresarial em possuir um diploma atestando a sua “competência” reiterada em um papel dando o aval a sua capacidade.

A maioria dos alunos, inclusive nós, “colaboradores”, tínhamos ciência da ineficácia de uma formação profissional aligeirada ocorrida em um ano letivo (a lei possibilita, para esta habilitação, a forma subsequente ao Ensino Médio com carga horária escolar anual entre 800 a 1200 horas⁷), certificando, assim, alunos “aptos” ao mercado de trabalho. Válido ressaltar que isto tudo era coroado com a “bênção” mais propalada pelo gestor maior da empresa/escola para nós, coordenadores: “Mais um formando, agradeçam, porque a escola profissional é feita para quem não deu certo na vida.”

No ano de 2016, a instituição de ensino começou com um processo de demissão de, pelo menos, 50% dos trabalhadores, no qual também fui afastada. Isto foi desencadeado após o efeito de uma das crises brasileiras iniciada em meados de 2014. A partir daí, a idealização de uma escola que propunha um desenvolvimento holístico aos seus educandos foi sempre a questão que me espreitava.

Divagava eu que, uma possibilidade de junção entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional fosse a solução para a lacuna deixada em um percurso estudantil. No entanto, mesmo já tendo muitos Estados brasileiros implantado esta modalidade, os números ainda se tornam incompatíveis. Um exemplo disso é se observarmos o Estado do Ceará, que é um dos nove Estados brasileiros que compõem o Nordeste do Brasil, foco maior desta pesquisa. Segundo trechos do Plano Plurianual⁸

“A economia cearense registrou saldo positivo de novos empregos com carteira de trabalho assinada até o ano de 2014, tendo alcançado valor recorde de geração de novos postos de trabalho no ano de 2010 com um total de 87.552 novas vagas. Todavia, a perda de dinamismo observada nos três grandes setores da economia vem contribuindo fortemente para o fechamento de vagas no referido estado [Ceará] quando até julho de 2015 acumulou um saldo negativo de 14.136 (p. 47).

⁷ Estipulada pelo MEC, a carga horária para habilitação do estudante de cursos de profissionalização podem variar entre 800, 1000 e 1200 horas aula, o que daria entre um a dois anos de estudo.

⁸ O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/> (PPA – 2016-2019/MG)

[...] O setor de Serviços, que tradicionalmente é considerado o grande motor de geração de novos postos de trabalho na economia cearense, registrou pela primeira vez, queda de 6.181 vagas de trabalho no acumulado do último ano da série. (p. 48).

[...] Já no setor da indústria, a indústria de transformação foi o grande responsável pelo fechamento de vagas de trabalho, principalmente as indústrias de calçados, têxtil e de alimentos e bebidas.

[...] Outro setor da indústria que também fechou vagas foi a extrativa mineral (-166 vagas).” (p. 49).

A diminuição da oferta de trabalho, logo a não absorção da demanda de profissionais formados, no entanto, segundo economistas nacionais, trata-se de um movimento comum, uma fase passageira sentida pelas oscilações do mercado, não um imbróglio causado pelo capitalismo em crise. Por conseguinte, o assombramento de 13,5 milhões de desempregados formais (isto porque segundo o IBGE⁹ estes números foram acrescidos para 25 milhões de trabalhadores quando se trata de ocupações informais), não seria um problema, mesmo quando, paradoxalmente, se há, cada vez mais, o incentivo às matrículas na rede públicas de ensino médio técnico profissional.

Tal inocupação massiva de trabalhadores, números estes deveras alarmantes, carece, portanto, de um debate mais aprofundado sobre a atribuição do processo ensino-aprendizagem (e as possibilidades estatais ofertadas para tal) no decurso do desenvolvimento do país, principalmente para esta discussão, o Estado do Ceará. Ao analisar as reformulações ocorridas no percurso da educação brasileira, especialmente, para este trabalho, àquelas ocorridas a partir da década de 1990, percebe-se que elas foram influenciadas por interposições diversas.

Como se torna impossível investigar a todas as mudanças, priorizou-se explorar o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública nos moldes que, como dito anteriormente, ansiávamos ser a melhor decisão para suprir a latente carência educacional e ilustrar nele parte das transformações das políticas públicas educativas. Recorrendo à trajetória do sistema educacional brasileiro para melhor entendimento da pesquisa, encontra-se a transversalidade de diversos elementos que o influenciaram.

Nos primórdios da década de 1970, percebeu-se que o sistema capitalista apresentava uma acentuada crise, este fato gerou sensíveis reformulações do

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) IBGE – Instituto que tem como principal meta a captação e divulgação de dados dos diversos segmentos da população nos âmbitos federal, estadual e municipal. <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html> e <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/02/27/desemprego-pnad-ibge-trimestre.htm>

sistema mencionado, perpetuando-se até o momento atual. Tal cenário fez com que a pesquisa iniciasse com a compreensão de que o que determinou o quadro atualmente vivido foi, segundo definição de Mészáros (2003), a crise estrutural do capital, que tem como marco o fim o que ficou conhecido, “Estado do Bem-Estar Social¹⁰”.

Segundo o mesmo autor, tal crise foi distinta das demais experimentadas pelo capital, pois ela inspirou modificações no mundo produtivo que, sob denominação de 3ª Revolução Industrial, pôs em xeque paradigmas educacionais vigentes, fazendo com que fossem prescritas novas exigências na formação e composição do perfil do trabalhador, a fim de lhe assegurar o advento de diversas competências próprias do sistema produtivo, orquestrado agora por tecnologias de bases microeletrônicas.

Há uma rede de contradições neste contexto, fazendo com que tal situação não possa ser resolvida em sua completude, bem como sem preservação destas medianas mudanças no decorrer do tempo, logo, não se logra resoluções definitivas. De acordo com o autor, “diante da crise estrutural do capital enquanto tal, em contraste com as crises conjunturais periódicas do capitalismo observadas no passado [...] os problemas são fatalmente agravados no estágio atual do desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2003, p. 19-21).

Ressalta-se o caso particular da América Latina, trazendo aqui, em especial, o Brasil, a função de organismos internacionais, que foram, e são, significativas fontes de financiamento e monitoramento das reformas educacionais. Para autores como Frigotto, Martins, Ramos, Santos, entre outros que discorrem sobre relações de trabalho-educação, estes organismos representam as políticas públicas de financiamento educacionais corporificadas a partir do Consenso de Washington¹¹.

Com esse cenário investigado, percebe-se, portanto, as mudanças na estrutura da educação no Brasil, também, através da sua legislação, com formulação de leis de referência na Educação. A primeira que se cita é a Constituição Federal

¹⁰ Estado de Bem-Estar Social – forma de organização onde o Estado é responsável pelo desenvolvimento social e econômico. A possibilidade desta não interferência estatal é denominada de Liberalismo, este sentido entre o séc. XIX e o começo do séc. XX,

¹¹ Consenso de Washington foi um acordo internacional promovido em 1989 que tinha como objetivo implantar as políticas neoliberais sob o argumento de combater as crises e pobreza de países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina. Dentre as muitas recomendações havia a Reforma Fiscal, Abertura Comercial, Privatizações de Estatais. <https://doi.org/10.26512/lc.v11i21.3251>

Brasileira do ano de 1988, onde, no artigo 205, trouxe como temática o ensino formal com expressivas particularidades: a educação básica obrigatória e gratuita além de ele ser, sendo

“um direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (CF, 1988)

A segunda menção legislativa seria a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394 do ano de 1996 que, com suas influências, operou sensivelmente na Reforma do Ensino Médio e Educação Profissionalizante. Nela, o ensino médio foi explanado como uma etapa final da formação básica e que tem como objetivos um desenvolvimento escolar do educando, possibilitando ainda sua formação cidadã com o intuito de galgar um trabalho, bem como em uma progressão para, se assim desejar, estudos subsecutivos.

Segundo Santos (2012), as reformas se tornam contraditórias quando são comparadas aos números mostrados pelo Plano Plurianual (PPA) do Estado do Ceará 2016-2019, este explicitou os problemas recorrentes, as divergências latentes entre o sistema de educação e o mercado de trabalho. Para os governantes, contudo, a atribuição dos impasses numéricos se dá pela insuficiência de trabalhadores qualificados não por via de um ineficiente sistema educacional que não forma um indivíduo pleno de suas potencialidades. Ou seja, a necessidade de profissionais aptos ao mercado de trabalho é o maior fator de adversidades para o desenvolvimento da economia estatal.

De acordo com o PPA, o déficit educacional propagada no documento é “uma das grandes preocupações de empresários e investidores para o aporte de novos empreendimentos no Ceará” (CEARÁ, PPA 2016-2019/Resumo, p.130), fazendo com que o governo amenize tal situação “ofertando cursos técnicos profissionais de forma integrada ao Ensino” (p.130), além da implantação de uma “educação em tempo integral aos jovens cearenses, consolidando o projeto das Escolas Estaduais de Educação Profissional, as EEEPs” (p.130).

No ano de 2008, então, com autorização do Poder Executivo Federal, foi instaurada a Lei n.º 11.741 do ano de 2008 pelo Estado cearense, regulamentando um programa de implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Importante salientar, outrossim, que esta categoria de Educação Profissional

estabelecida é propalada como integral com o propósito de desenvolvimento do educando seja na perspectiva humana, seja na de tempo disponibilizado.

A lei supracitada tem como premissa legislativa “integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”, além de poderem “ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino” (Lei nº 11.741, de 2008, Art. 39) e a segunda se apodera destes elementos para desenvolver o que o governo estadual considera o modelo padrão de escola.

Através desta regulamentação, então, embasam-se futuros desencadeamentos na Educação Profissional, inclusive a Lei n.º 14.273 de 19/12/2008, esta essencial para nossa pesquisa. Através dela o Poder Executivo Federal deu permissão ao Estado do Ceará, regulamentar um programa de implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, iniciando assim as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs).

O programa das EEEP's contemplou o Ensino Médio, isto é, os três últimos anos da Educação Básica no Brasil, oferecendo para adolescentes de 15 a 17 anos, um ensino de tempo integral, com carga horária de 5400 horas aula em todo o triênio. De acordo com o sítio do Portal do Governo do Ceará, a priori, o programa foi ofertado para vinte municípios cearenses, somando vinte e cinco instituições.

Houve alguns critérios para sua implantação nas cidades escolhidas, dentre eles: sua vulnerabilidade social, além de já possuir uma escola em funcionamento no local com as mínimas condições de implantação, bem como serem cidades com potencial desenvolvimento nos 2º e 3º setores¹². Por julgamento desses motivos, as primeiras escolas tiveram como oferta quatro tipos de cursos técnicos que o governo estadual julgava imprescindível para cada município: Informática/Redes de Computadores, Enfermagem, Segurança no Trabalho e Guia de Turismo.

¹² Setor Primário – ramo de atividade produtiva das áreas agrícolas, extrativistas e da pecuária. É o setor produtor da matéria prima para a produção industrial. Setor Secundário – ramo de atividade industrial: produção de máquinas, equipamentos, bens de consumo, etc. Setor Terciário – ramo de atividade ligado à prestação de serviços e comércio.

A Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) ficou com a responsabilidade de delegação da lei de regulamentação das EEEPs, onde assegurava às escolas que aderiam ao sistema de Ensino Profissional “(...) as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta do ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho”, além de “garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à Educação Profissional” cuja jornada será de tempo integral (CEARÁ, Lei 14.273 de 2008, Art. 1º).

Esta iniciativa baseou-se em uma proposta já existente, mas utilizada não de forma tão ampla, em outro Estado nordestino, Pernambuco, fazendo o fomento, inclusive, de outras experiências futuras semelhantes pelo país. Os princípios pedagógicos deste modelo escolar foram alicerçados a partir do conceito de “Administração Escolar”, tendo como respaldo uma filosofia de gestão denominada Tecnologia Empresaria Sócio Educacional (TESE), que por sua vez teve sua elaboração fundada na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO)¹³.

A Educação Profissional no Estado cearense alcançou uma significativa importância no cenário nacional, inclusive por ser um canal de financiamento de organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial. Tal permissão tem o aval nacional, sendo explanado pelo Plano Plurianual (PPA – 2016-2019/MG), Carvalho (2017) discorreu sobre a possibilidade de inserção de agências de financiamentos justificando o motivo para tal sendo o desenvolvimento estatal. O documento citou que

“O Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes, o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi

¹³ TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht, segundo as palavras contidas no sítio da própria empresa, este sistema “é um conjunto de princípios, conceitos e critérios, com foco na educação e no trabalho, que provê os fundamentos éticos, morais e **conceituais** para atuação dos integrantes do Grupo. Valoriza potencialidade do ser humano, como a disposição para servir, a capacidade e o desejo de evoluir e a vontade de superar resultados. Prevê ainda um processo de delegação planejada baseada na confiança e na parceria entre Líderes e Liderados,” além de ser um instrumento produzido “como alternativa para inovar o sistema de gestão dos Centros de Ensino Experimental”. Válido ressaltar que estes Centros de Ensino, a priori, foram implementados em cidades de Pernambuco. A cartilha cita ainda que a TESE, oriunda da TEO “foi modelada como um instrumento versátil e eficaz à medida que o ciclo de planejamento é simples e acessível. Essa tecnologia objetiva formar uma consciência empresarial humanística nos componentes da organização (...)”. Importante esclarecer que a Empresa Odebrecht está sendo investigada por suspeita de corrupção, tendo, inclusive, seu presidente preso desde 2015, Marcelo Odebrecht. <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/tecnologia-empresarial-odebrecht> (Grifos nossos). Manual de Gestão Manual Operacional - Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, (p.5-6.)

produzido o documento Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano, enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.” (CEARÁ, PPA 2016-2019/MG, p. 110).

Em investigações acerca do estudo do PPA, Carvalho (2017) mencionou o controle das políticas de implantação, monitoramento e gestão pelas agências internacionais que financiam o processo educativo, sendo uma das prerrogativas da instituição que, após a formação profissional destes jovens, o mercado se abasteça desta mão de obra. No entanto, segundo o mesmo autor, há uma discrepância nos dados entre oferta de vagas de emprego e o incentivo à Educação Profissional.

Baseado nas ocorrências acima citadas, e nas que se apresentarão no decorrer desta leitura, por conseguinte, tornou-se necessário situar a pesquisa nas constantes edições dos meandros educacionais brasileiros, principalmente quando o tema é Educação Profissional, especialmente do período que se inicia no início do século XX, em especial a década de 1990, até a presente data.

Buscou-se, no decorrer da pesquisa, expor a legislação pertinente à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, além daquelas que dão suporte para o seu amplo desenvolvimento, a começar pela Resolução 413 de 18/04/2006, onde discorre sobre “proporcionar qualificação, habilitação e especialização de jovens e adultos, com as competências e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas, sociais e artísticos culturais” (CEARÁ, 2006)

Para melhor elucidação, citam-se outros fatores, dos quais colaboraram com a possibilidade de articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio no Brasil. A grande repercussão deste trajeto educacional, e que citaremos com mais propriedade no decorrer da pesquisa, foi a edição do Decreto 2.208 do ano de 1997, entrando em vigor, no seu lugar, o Decreto 5.154 de 2004, fazendo assim que mais transformações fossem sentidas na organização da educação profissional brasileira. A partir desta legislação passou-se a ser oferecida esta modalidade da seguinte forma

I – integrada -, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante -, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – subsequente -, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (Brasil, 2004, Art. 4º, Parágrafo 1º).

Essa edição de decretos abalizou instituições públicas e particulares a ofertarem tais categorias, alicerçados por um programa implantado no território nacional chamado de Brasil Profissionalizado. O Programa foi um marco nacional onde, instituído por um Decreto n.º 6302, no ano de 2007, dentre outros elementos, discorria sobre

“(...) a expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio integrado à educação profissional e tecnológica. Os recursos do Brasil Profissionalizado são repassados para os Estados com a finalidade de construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação.” (p.5)

O propósito de analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) partiu da reflexão dos meandros dos tantos percursos, tantas vezes paradoxais deste alinhar da educação profissional, inclusive no material complementar de cunho pedagógico disponibilizado pela escola para servir como base.

O PPP da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) a ser examinado, portanto, pertence a uma instituição localizada em uma cidade situada no Estado do Ceará, localizado no Nordeste brasileiro. Decidimos, no entanto, por uma questão de ética, omitir nomes e ou maiores referências à sua identificação.

A cidade que abriga a instituição, segundo dados do IBGE (2018), possui cerca de 70.000 habitantes, e foi uma das contempladas a receber um dos projetos estatais intitulado de “Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará”, que foi implantado na primeira gestão do Governador Cid Ferreira Gomes (eleito e reeleito no período de 2006 a 2014).

A pesquisa perpassou por questionamentos incontáveis. Um dos principais é se o projeto das EEEPs, mesmo propendendo a uma formação profissional aligeirada de uma parcela de jovens, estes, em sua maioria, oriundos de uma classe social menos abastada, cumpriria com o que se propõe, que é uma formação completa destinada ao desenvolvimento do indivíduo, sejam elas nas áreas social, profissional, cultural.

Ampliou-se esse questionamento quando se confrontou o sistema educativo oferecido pelo País para as escolas públicas de ensino profissional e as verdadeiras intenções por detrás disto, especialmente quando o produto final destas formações se delega ao indivíduo, tendo ele a responsabilidade do seu desemprego, no seu “sucesso”, ou seja, o fazendo crer no equívoco individual que foi a escolha de sua formação.

A investigação que ora se apresenta, com apoio de rigorosa Revisão de Literatura, tenciona averiguar se, mesmo após percalços das inúmeras reformas do ensino profissional do país, o Projeto Político Pedagógico representaria a autonomia almejada pela (e para) a Escola escolhida, prevalecendo, assim, um instrumento de buscas e encontros de uma educação de qualidade.

Com o intuito de fazer tal análise, cerceada (e influenciada) por todas as transformações do mercado atual, portanto, carecemos perceber as relações permeadas pelo mercado capitalista frente às políticas do Estado no que tange o seu complexo educativo, além de todo o alinhavar histórico que culminou neste arcabouço educacional formado por leis, currículos, planejamentos, metodologias e desmandos, entre outros fatores, que abalizam o Estado, empresários, agências internacionais de financiamento a ditar regras, parâmetros, (im)possibilidades.

A investigação que ora se apresenta, porém, não propõe, em absoluto, exaurir o assunto, este deveras complexo, pois há a consciência do dinamismo que cerceia estas relações educacionais, sejam elas: econômicas, políticas, sociológicas, culturais.

Um Estudo de Caso, então, com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma das Escolas contempladas na modalidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional ofertado pelo Estado cearense, educação esta propalada como integral (seja na perspectiva humana, seja na de tempo disponibilizado), foi a escolha para esta Pesquisa Qualitativa. Esta, promovida de modo Documental e Bibliográfico, situando e debatendo com autores, Decretos, Resoluções, Legislações

teve o apoio, também, através de entrevistas, da fala de dois Diretores do modelo de escola analisada, as EEEPs.

Objetivos

Buscar-se-á, então, com base no contexto acima descrito, subsídios para, analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola que oferta o ensino médio integrado ao ensino profissional, modelo implantado no Estado do Ceará, as EEEPs. Esta investigação, feita através de pesquisa de um vasto material pedagógico, além de entrevistas com dois dirigentes de escolas desta modalidade, além de entendimento e debate da Legislação que alicerça o percurso educacional brasileiro, fez com que delineássemos o percurso descrito.

Logo, o Objetivo Geral será “Analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola que oferta o ensino médio integrado ao ensino profissional, modelo implantado no Estado do Ceará, as EEEPs”.

Teremos como Objetivos Específicos os seguintes citados:

- Explorar, por meio de um Estudo de Caso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Educação Profissional específica, esta que foi instituída nos moldes do Projeto Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará;
- Averiguar como e com que legislação se alicerça o Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Investigar a estrutura e o alcance dos cursos concebidos sob o modelo empreendedor da gestão empresarial adotada no Estado do Ceará;
- Compreender o percurso da formação e de inserção profissional destes jovens oriundos dos cursos profissionais;
- Entender se, e em que medida, a proposta do Estado do Ceará se articula aos projetos de integração que se desenvolvem atualmente no Brasil.

Justificativa

Justifica-se a escolha deste assunto como uma forma de propiciar questionamentos e reflexões, inclusive aprimorar o conhecimento de acadêmicos, leitores e demais profissionais. Espera-se que a verificação destas indagações, através do PPP da escola, ofereça subsídios para se perceber as diferentes visões da implantação das escolas com seus interesses reais e o resultado destes elementos.

Percurso Metodológico

A concepção metodológica é pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e documental. Para a pesquisa em questão, que é instigante principalmente por calhar com percurso profissional que cerceia o Estado do Ceará, foram observadas algumas fases que delimitaram como esta poderia ser conduzida. Segundo Bardin (2011), o processo de Análise de Conteúdo, deverá contemplar três fases, sendo elas: a primeira, a pré-análise, a segunda fase, exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados.

Na fase inicial, deu-se com a escolha de quais documentos, autores, períodos e contexto iria se trabalhar, e que estes foram além da Legislação vigente (e citações de leis mesmo obsoletas, mas no intuito de entender a evolução), livros, artigos que reportavam ao entendimento do percurso tracejado da Educação Profissional bem como a formulação das hipóteses e objetivos.

A preocupação, a priori primordial, é que através da consulta deste material instituído por autores que se debruçaram em discorrer sobre tal tema, além de uma Legislação Nacional e Estatal vigente, embasasse o campo de pesquisa para que o campo empírico, vivido no decorrer dos anos pela pesquisadora não se sobressaísse à pesquisa.

A exploração documental inicial fez com que, a partir dali, se recortar, classificar e categorizar o arcabouço de informações para, em seguida promover inferências e interpretações do que se pretendia estudar, tendo sempre em vista

qual o foco da análise (BARDIN, 2011). Isto, válido salientar, foi de suma importância por se tratar de uma área bastante ampla, que é a Educação Profissional (Bardin, 2011).

Como o levantamento bibliográfico, documental foram os elementos mais utilizados na pesquisa, houve um cuidado na formulação do problema, para que este não fugisse do seu foco, que é a temática Escola Estadual de Educação Profissional instituída nos parâmetros de uma educação integral e todo um contexto da qual ela está circundada: suas políticas públicas, currículos, incentivos externos, influências regionais e nacionais.

Ambas as pesquisas, Documental e Bibliográfica, importante ressaltar, por vezes encontram-se menos fácil em distingui-las. A primeira busca fontes mais diversificadas e dispersas, sem um modelo analítico, do tipo: documentos oficiais, jornais, revistas, fotografia, reportagens televisivas, entre outras. Na segunda, o material utilizado é constituído, basicamente, de livros, artigos científicos (Fonseca, 2002). A análise documental presente nesta pesquisa deu suporte ao entendimento desta construção, pois ela

“(...) tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo a informação por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.” (BARDIN, 2011. P. 51)

Salienta-se que houve um pensamento inicial de se ater a apenas uma pesquisa no viés Quantitativo às questões. A mesma traduziria em números, opiniões e informações sobre o perfil dos adolescentes e da rede que os envolve neste seu “desenvolver” a fim de classificá-los, mensurá-los e organizá-los, utilizando-se de métodos estatísticos. No entanto, de acordo com Bardin (2011, p.148), a “análise qualitativa não rejeita toda e qualquer maneira de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial (...)”.

O tema apresentado para esse trabalho, portanto, buscou refletir para além de gráficos. Através de uma discussão mais aprofundada, entender quais as causas e consequências no percurso formativo de adolescentes que são “convidados” a uma educação instituída para uma finalidade específica, financiada

por grandes instituições econômicas, direcionadas a um conhecimento particular para objetivos, a priori, definidos.

Baseado nesta reflexão procurou-se focar numa pesquisa de natureza Qualitativa, com objetivos Exploratórios, buscando através de um material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, periódicos e Legislações através do método Bibliográfico e Documental. Esta escolha foi considerada pela existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e sujeito, onde, estes moldes de pesquisa, cujo objetivo é o exploratório e descritivo, constitui-se alicerçada, também, nos eixos de escuta e análise histórica pautadas nas dinâmicas da escola estudada.

A concepção metodológica, portanto, se deu através de um Estudo de Caso de uma escola em específico, aliado a uma Pesquisa Bibliográfica, Documental, objetivando um suporte que ilustrasse o percurso atribuído aos elementos da Educação Profissional no Brasil até à implantação da EEEP.

Esta escolha se deu porque para se discorrer sobre as EEEPs, a Pesquisa Bibliográfica apresentaria dados de materiais teóricos e impressos, descrevendo de forma minuciosa um evento ou fenômeno com um indivíduo, grupo, circunstância ou objetos (Gil, 2012). O Estudo de Caso, acrescentado à escolha, por ser um método que visa implementar processamentos qualitativos de recolha de dados e não segue uma linha rígida de averiguação, daria suporte ao referido propósito.

Com a busca por uma pesquisa qualitativa, anteriormente citada, fez, desse modo, com que se fornecessem subsídios essenciais para a construção de um estudo sobre a inserção e funcionamento do modelo de Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) do Ceará. A coleta de dados com o intuito de corroborar com a análise buscou não somente resultados numéricos expostos pelo marketing estatal, mas conceitos, relações e sentido valorativo ao estudo. Além da já mencionada busca documental e bibliográfica, houve a utilização de entrevistas semiestruturadas com dois Diretores dos modelos de Escola em questão, sendo um deles, o Diretor da instituição escolhida, isto no período de janeiro a julho de 2019.

O modelo de entrevista utilizado é marcado pela sua flexibilidade, possuindo mais liberdade para as inquisições e intervenções em casos particulares, por exemplo. Por isso, a opção em trazer a voz dos Diretores, serviria para explicitar meandros das condutas político-pedagógicos-empresariais. A escolha de tal ação,

portanto, se configurou pela busca por compreensão da opção pelo trabalho desta categoria, Ensino Profissional (mesmo sendo ela ligada a um Ensino Médio), suas visões como educadores de presente e futuro da modalidade, o driblar das intempéries do paradoxo entre a promoção da mais valia de uma educação direcionada a um público alvo e o franco percalço da não absorção desta juventude no mercado de Trabalho.

Esta proposta do formato da pesquisa é estabelecida como sendo “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constantes aperfeiçoamentos, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011).

A produção de autores que se pronunciam sobre os assuntos mencionados no decorrer deste trabalho é vasta, então a seleção destes se deu através de uma sondagem bibliográfica com o intuito de aliar e alinhar ideias que envolvam educação pública, ensino profissional, financiamentos e Projeto Político Pedagógico.

Para desvelar este processo de Educação Profissional no Brasil, então, com suas relações: trabalho-educação, financiamentos internacionais teremos o apoio de concepções de SAVIANI, KUENZER, FRIGOTTO, SANTOS, RAMOS, CIAVATTA. Para nos aproximarmos do entendimento do PPP escolar, teremos VEIGA, GANDIN que elucidarão o procedimento de sua construção, implantação e, discussão das suas dimensões político-pedagógicas.

Como meio de aproximação do objeto, a fim de respeitar o arcabouço metodológico do decorrer da investigação, analisaremos alguns dos documentos oficiais que nos respaldará para o melhor atendimento: CF de 1988, LDB n.º 9.394/1996, Decretos nº 2208 do ano de 1997 e 5154 do ano de 2004 e 6302 do ano de 2007, Conselho de Educação do Ceará, Resoluções 413 do ano de 2006 e 434 do ano de 2011, Leis nº 14.273 do ano de 2008, 16.287 do ano de 2017 e 13.415 do ano de 2017, além do Manual de Corresponsabilidade Social, TESE/TEO e, também, o Plano Plurianual do Ceará, 2016-2019.

As pesquisas dos sítios da internet foram do Ministério da Educação e Cultura (MEC), assim como da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), a própria página da Escola estudada hospedada na rede de computadores, além de publicações de relatórios expedidos pelo Banco Mundial e utilização de elementos colhidos de publicações de periódicos com notícias sobre a educação estadual.

Documentação escolar, como o Regimento da Escola, bem como, e principalmente, o PPP da Escola Estadual de Educação Profissional pesquisada além das já citadas entrevistas com dois Diretores de EEEPs.

As abordagens escolhidas para esta reflexão proporcionou compreender técnicas diversas de interpretação para que conseguíssemos clarear resultados, pois as mesmas se apoderam de especificidades de signos, porquês, interesses, verdades e/ou inverdades pré-concebidas. Elas também buscam formular hipóteses através de uma compreensão de processos mensuráveis, indutivos, isto com uma visão holística, parafraseando João Amado (2014).

Estes procedimentos, com todas estas inquisições, servem para entender o mundo que nos cerca, para nos fazer pertencentes a ele, para entender as ações produzidas por um tempo histórico, para nos perceber enquanto seres humanos, cidadãos, quiçá éticos, isto em planos epistemológicos, metodológicos, ontológicos.

Com a Análise de Conteúdo instituída nesta pesquisa espera-se, então, “compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira” (BARDIN, 2011, p.41). Espera-se com isso alcançar outros propósitos para se decodificar e atingir outros significados do que está se querendo comunicar.

A Dissertação em sua estruturação

A pesquisa foi arquitetada no intuito de ser compreendida, especialmente, em ambos os países, Brasil-Portugal, por isso, mesmo esta não sendo no viés Histórico, era imprescindível fornecer tais recursos para melhor entendimento. No capítulo 1, deste modo, será discorrido sobre o Percorso Histórico da Educação Profissional no mundo, com foco especial no Brasil, desde a Revolução Industrial e a era Fordista-Taylorista e suas transformações, inovações passando pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Falar-se-á sobre o Processo de Ensino e Aprendizagem e sobre a Revolução Industrial brasileira ocorrida de forma tardia, a sua Profissionalização, repercussões da Ditadura no percurso educacional, isto, mostrada grande parte através de uma linha do tempo explicitando o caminho percorrido ilustrado com a legislação vigente. Os autores que irão embasar tal feito são: ROMANELLI, CUNHA, FRIGOTTO, SAVIANI, KUENZER.

O capítulo 2 explanará a parte mais histórica do decurso do Ensino Profissional brasileiro, situando os Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) nesta narrativa com suas leis, decretos, assertivas de financiamentos externos, estes principalmente oriundos do Banco Mundial, além do aval para a política neoliberal repercutindo na Educação. Por último, a narrativa de como se deu a implantação das Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEPS), descrição esta que alicerça o nosso Estudo de Caso. Os autores que nos darão respaldo são: SAVIANI, SANTOS, KUENZER, FRIGOTTO, CIAVATTA, além da consulta de sítios de âmbito Federal (2019) e Estadual (2018), como o MEC (2018), SEDUC (2018 e 2019), INEP (2018 e 2019), Governo do Estado do Ceará (2018 e 2019).

O capítulo 3 apresentará a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional eleita. Serão expostos os seus projetos, a estrutura escolar, a equiparação metodológica proposta no currículo e a repercussão da sua atuação frente ao Plano de Desenvolvimento da Escola, que em muitos traçados ambos convergem em seus objetivos pedagógico-metodológicos. Aqui, se institui a maior questão do trabalho, que é se, mesmo com todas as probabilidades passadas e presentes tenham prognósticos não positivos, formando apenas um exército de trabalhadores cada vez mais restritos em suas autonomias, a educação oferecida pelas EEEPs do Estado do Ceará pudesse sobrepor-se a histórias passadas e construir um novo povir.

Capítulo 1 – Panorama sobre a Educação e Aprendizagem

1.1 Através de um contexto histórico

O Brasil, desde os anos de 1970, já sofria influências de instituições internacionais através da aquisição de financiamentos em setores importantes do seu território, mas foi no começo da década de 1990 que estas ações apresentaram forte domínio no poder de decisão, de mandos e desmandos aos governos do país. A intervenção do capital estrangeiro era sentido em sua estrutura gestora, principalmente o oriundo do Banco Mundial especialmente em dois setores do cenário no país: educação e economia. (MÉSZÁROS, 2003)

Mesmo com acentuado refreamento de investimento governamental nas políticas educacionais da época citada, além do emprego de vieses mercadológicos nesta área, contando também com parcerias de empresas privadas, houve, no entanto, significativos movimentos onde se instituíram leis importantes para o desencadear educacional.

Uma delas é a já citada Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF), promulgada em 1988, que faz, em seus diversos artigos, menções à igualdade de direitos entre pessoas, não olvidando àqueles específicos à Educação que discorrem, entre outros elementos, o de ser “(...) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, além de visar “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “garantia de padrão de qualidade” em ensinos públicos e privados. (BRASIL, 1988, art. 206)

Importante mencionar ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), anteriormente mencionada para esta pesquisa, que é a lei de maior referência na Educação do país, criada em 1996. Ela foi formulada a partir de expressivas discussões pelo Ministério da Educação, Secretarias, Classe Gestora (infelizmente ainda não chegando majoritariamente à classe tática, os professores) e agências internacionais financiadoras.

Percebeu-se, porém, neste processo, que, dentre tantos requisitos de composição para (re)modelação educacional, a participação do Estado como mantenedor do ensino gratuito, obrigatório, dito “para todos”, estava, gradativamente, tornando-se mínima, por conseguinte, em contrapartida, surgindo com isso o amplo incentivo da educação privada.

A intenção ao impor a redução da destinação de verbas ao Ensino Público e o crescimento do Ensino Privado fez com que a degradação do primeiro fosse sentida ao passar das décadas. Corroborando com isso, uma pesquisa datada em 2011 promovida pelo projeto “The Learning Curve”, o Brasil configurando em 39º lugar, ou seja, a penúltima colocação no ranking. .

Este *ranking* tem como base dados obtidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹⁴ (OCDE), responsável pela aplicação de três testes internacionais para jovens do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental: Programa Internacional de Avaliação de Alunos¹⁵ (PISA), Avaliações do Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização e Leitura (PIRLS) e Tendências Internacionais nos Estudos de Matemática e Ciências (TIMMS).

Segundo os dados do programa da OCDE em 2015, quando o PISA fez a avaliação de 72 países nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências, a média do programa foi de 486 pontos, sinalizando que o Brasil está bem abaixo da média com 395 pontos. Fazendo a análise do índice de conclusão do Ensino Médio, mesmo tendo ciência que o fato de ter concluído o curso é inerente à qualidade do ensino oferecida pelo Brasil, o país teve uma porcentagem de 49% de formandos, estes com idades entre 25 a 64 anos, novamente abaixo da média da OCDE, que é de 78%.

Imprescindível relatar também, a porcentagem de estudantes que se utilizam das escolas públicas no país, dados do ano de 2016, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram a porcentagem de 73,5% do número de matrículas neste segmento, ou seja, o déficit de aprendizagem é latente.

A inserção de uma nova ordem mundial nos reporta a relacionar os fatos mencionados. A chamada de Neoliberalismo provocou inúmeras transformações em diversos setores das áreas da economia, saúde, educação. Características, como:

¹⁴ OCDE – Organização criada em 1961 tem como intenção proporcionar políticas que enseje o bem estar econômico de toda uma população e princípios a democracia e economia de mercado. Atualmente é composto em torno de 35 países e alguns países denominados “parceiros estratégicos”, como o Brasil, Indonésia, Índia. Esta analisa também elementos que possam influenciar a população, entre eles os sistemas educacionais. Válido ressaltar que o Ministério da Educação e Cultura brasileiro tem parceria com esta Organização.

¹⁵ PISA – Avaliação de âmbito internacional onde mensura o nível educacional de jovens através de provas ocorridas a cada três anos pela OCDE nas seguintes áreas: Leitura, Matemática e Ciências. Participam deste ranking países pertencentes a OCDE bem como os convidados, como é o caso do Brasil. Segundo o sítio do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, responsável pelas avaliações, exames e indicadores da Educação Básica e Superior, Ações Internacionais, entre outros), “o objetivo principal do PISA é produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação.” http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206

privatizações de estatais, valorização do mercado e da livre iniciativa, recuo no reconhecimento de carreiras públicas, concessões de serviços que antes eram destinadas apenas ao Estado, passaram a ser mandamentos para essa ideologia que teve como berço dos seus pensamentos a Escola de Chicago¹⁶.

Essa Escola instituiu um culto ao Capital cuja dominação produz contradições para uma sociedade que lida com extremos de riquezas e pobreza, de antagonismos de acumulação e dominação com o intuito de manter seu poderio. Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo

“(...) propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integralidade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.” (HARVEY, 2008, p.12)

A aquiescência do Chile, no governo de Augusto Pinochet em meados da década de 1970, à política neoliberal, depois a Inglaterra e os Estados Unidos, no período datado da década de 1980, liderados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, foi o ponto de partida para um cumprimento de um *check list* formado de ações econômicas e políticas com a participação mínima do Estado.

Alguns fatores de ordem social e econômica mundiais influenciaram este contexto, dentre eles: a Queda do Muro de Berlim (1989), onde sucedeu a insolvência do socialismo em países regidos por este sistema de governo e que eram liderados pela União Soviética (FRIGOTTO, 2003). Países capitalistas, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, comemoravam a decadência do socialismo no mundo.

Promoveram-se, então, a partir deste novo prisma, “ofertas” de recursos financeiros para países em declínio, ou em desenvolvimento, os denominados periféricos, de agências multilaterais, internacionais e regionais, como: Banco

¹⁶ A Escola Sociológica de Chicago ou, simplesmente, Escola de Chicago, originou-se no século XX através de professores que compunham o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Sua atuação foi em pesquisas que mostravam o homem em seu meio social, logo, capaz de transformar o ambiente que o cerca. Artigo: “Escola de Chicago: heranças para o pensamento social contemporâneo sobre as cidades” www.sbsociologia.com.br

Mundial, Associação Internacional de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial de Comércio (OMC); além de associação em organizações, tais quais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), Educação na América Latina e no Caribe (OREALC), entre outras (BRASIL, 2018).

Para se fechar acordos, no entanto, entre instituições financeiras e países que se dispuseram a fazer parte desta teia que vem se bordando no mundo, há o intuito de se lograr êxito por aquelas em detrimento destes, utilizando-se de “favores para favorecimento”, fazendo um trocadilho, além da instituição blocos de países sob o jugo de mesmas ideologias. No Brasil, nos governos dos presidentes Fernando Collor (eleito em 1990 e tendo sua renúncia em 1992) e Fernando Henrique Cardoso (FHC), com seu 1º governo de 1995, sendo reeleito em seguida, permanecendo até 2003, perceberam-se os primeiros vieses de uma administração com base nitidamente neoliberal.

Com Collor, deu-se a abertura da economia brasileira o que fez com que a indústria nacional sofresse um recuo com a árdua concorrência. Já no governo de FHC, houve a solidificação das práticas instituídas pelo Consenso de Washington, caminhos delineados pelo Banco Mundial e FMI. Segundo Frigotto (2002), a gestão deste último instituiu, pela primeira vez na história do país, a educação como mercantilismo empresarial fazendo disso uma ditadura de mercado.

As privatizações em grande escala de estatais de empresas de energia, telefonia, petróleo, entre outras, promovidas pelo governo do FHC, foram seguidas de diversas medidas autoritárias, fazendo com que a liberação de empréstimos por instituições internacionais para países periféricos, dentre eles o Brasil, fosse seguido de exigências, restrições e obrigações com a falácia de ser para o desenvolvimento do país.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, (2003-2010), perceberam-se, igualmente, continuidades de políticas implementadas ao longo dos governos anteriores. A submissão ao capital estrangeiro neste governo foi festejada pelo Relatório “Atingindo A Educação em Nível Mundial – Brasil”, quando citou em seu relatório que “as reformas e políticas que sucederam este período foram extremamente importantes. A administração do governo Lula, iniciada em 2002, não

só manteve estas políticas centrais, como também as ampliou e fortaleceu. (Regimento do Banco Mundial, 2010, p.7)

Os países receptores de verbas, segundo Frigotto (2003), submetiam-se a estes predomínios para findarem constar no “seleto” grupo de “países em desenvolvimento”, logo, sempre merecedores deste pecúlio nas diferentes áreas: econômica, saúde e, principalmente, a de grande interesse para esta pesquisa, investimentos direcionados à educação.

Seguir estas regras estipuladas por estes organismos, segundo Kuenzer (2000), era algo já previsto, especialmente pelo Banco Mundial, onde as pesquisas mostraram quão cara é o investimento de longa duração, pois com a mudança de paradigmas técnicos para tecnológicos e a diminuição latente das vagas disponíveis de trabalho, tornava-se irracional tal disposição com os anos finais da Educação Básica, daí a formação aligeirada e direcionada, além de parcerias Governo-Empresas para pesquisas e instituições de Planos Educacionais, como o PDE¹⁷ (Plano de Desenvolvimento da Educação).

O Plano de Metas teve como responsabilidade de Todos pela Educação, sendo esta a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e coletividade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. O FNDE motivou o questionamento acerca do financiamento no âmbito da educação.

Indicadores de avaliação indicam a evolução educacional positiva no país, no entanto, estas evoluções qualitativas divulgadas pelo Banco Mundial se tornam paradoxal após análises dos resultados de escolas e estudantes em avaliações nacionais, SAEB¹⁸, por exemplo, e comparativos internacionais, além da precarização das condições de trabalho dos profissionais de educação, e isso incluem os seus salários, a violência premente nas escolas bem como a

¹⁷ PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola foi implantado com o intuito de, segundo o MEC, apoiar a escola através de um plano de gestão entre a instituição e o Governo. Para àquelas escolas que aderirem, o MEC repassará recursos financeiros para este apoio. <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php>.

¹⁸ SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica cujo responsável é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). É um sistema composto de três avaliações externas com o intuito de diagnosticar a Educação Básica no Brasil, sendo utilizadas como suporte para o cálculo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas referidas. É de aplicação obrigatória, a partir de 2017, para todas as escolas públicas e optativa para escolas privadas, sejam elas localizadas nas regiões urbanas e rurais e possuindo, pelo menos, 10 alunos com matrícula efetivada em turmas regulares do Ensino Médio. Este índice, vale salientar, é divulgado a cada dois anos. O resultado deverá interferir na (re)formulação do PPP escolar, já que promove a dimensão do andamento pedagógico de cada instituição.

perpetuação do aval financeiro e ideológico de instituições estrangeiras. Frigotto (2011) corrobora com este pensamento quando discorre que

“No plano das políticas educacionais, da educação básica à pós graduação, resulta, paradoxalmente, que as concepções e práticas educacionais vigentes na década de 1990 definem dominantemente a primeira década do século XXI, afirmando as parcerias do público e privado, ampliando a dualidade estrutural da educação e penetrando, de forma ampla, mormente nas instituições educativas públicas, mas não só, e na educação básica, abrangendo desde o conteúdo do conhecimento até os métodos de sua produção ou socialização” (FRIGOTTO, 2011, p. 242).

Indaga-se, portanto, acerca da estrutura e o alcance dos cursos oferecidos nesta instituição possibilitam aos egressos serem formados para a plenitude humana. Interessante, nesse mesmo âmbito, questionar os motivos que levaram aos estudantes desta escola a optarem pelo Ensino Profissional, bem como aferir qual a proporção de egressos que esta seguindo para o mercado de trabalho e aquela entra no ensino superior.

Com o intuito de refletir sobre a expansão do ensino profissionalizante no Brasil, lembrando, porém, a impossibilidade de descrever, completamente, nesta investigação, todos os fatos, razões, consequências deste deslindar, elucubraremos sobre diferentes formas de se pensar de autores, além de analisar o perpasso deste complexo caminho, onde em todo o seu decorrer se mostra desafiador, instigante, quase sempre injusto, com vieses diversos entre interesses-interessados-interesseiros. Traremos à tona políticas públicas para o sistema educacional que os governos da época compeliavam e, debateremos sobre o legado deixado por estes neste momento.

O advento da educação profissional no Brasil se originou, notavelmente, através da servidão. Segundo Cunha (2000), a profissionalização brasileira deu-se cerca de 50 anos após a chegada dos europeus neste território, que data dos anos de 1500. O modelo formativo desta época colonial trazia, como principais aprendizes, os indígenas e os africanos que ali já estavam aportados. O pesquisador José Ricardo Pires de Almeida (2000), em seus estudos sobre a instrução brasileira entre os anos de 1500 e 1889, atribui aos jesuítas como sendo os pioneiros quando cita que

“No Brasil, quase dois séculos consagrados às conquistas materiais, o governo da metrópole confiava inteiramente ao clero secular e regular a

tarefa de instruir as populações deste país, quer convertendo os indígenas, ou, então, se dedicando a um trabalho mais árduo e ingrato, cheio de dificuldades e tenazes oposições: manter a fé dos colonos e seus descendentes no limite da moral, da justiça e da humanidade.” (Almeida, 2000, p.25)

Através da orientação dos padres jesuítas, este tipo de aprendizado denominado de ensino profissionalizante, teve como características: trabalhos braçais, pesados, precários, ofícios manuais. Este cenário demonstra a quem este tipo de educação seria destinado, reportando a alguns termos da época: órfãos de Deus, desvalidos, desafortunados, entre outros. Porém, o autor reitera que tais opções da educação eram determinadas para classes sociais específicas, fazendo reforçar a disparidade das existentes.

Desde a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra após a segunda metade do séc. XVIII, distinguindo-se nela três períodos, sendo a primeira (1780-1830) em que se deu a partir do surgimento das máquinas de tear e a vapor, tendo como trabalhador assalariado categorizado por ofício uma das características centrais surge, então, a necessidade de uma escolaridade básica, esta não para formação do trabalhador, mas para treinamento de suas ações, pois aquele deixava, paulatinamente, de ter um conhecimento holístico para, então, desenvolver um saber fabril o tornando mero repetidor de ações, vistos como extensões das máquinas que se operam. (ROMANELLI, 1984)

Até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, que sucedeu nos anos de 1808, pouca coisa havia se modificado. Segundo Almeida (2000), no entanto, após a vinda da Corte, houve um significativo conteúdo “pelas artes e ciências, protegeu a indústria com abertura de portos ao comércio estrangeiro, acelerou nossa cidade e os talentos, de toda espécie, começaram a se revelar com ousadia” (p.50). O autor ainda complementa: “A música, a pintura e a arquitetura começaram a se desenvolver. A educação da juventude ganhou mais liberdade e o ensino público assumiu o caráter de um verdadeiro sacerdócio” (Almeida, 2000, p.50).

No período que vai de 1840 a 1856, época esta declarada de Período Imperial (1822-1889), foram estabelecidas, paulatinamente, em dez Estados da província brasileira, segundo Cunha (2000), as Casas dos Educandos Artífices, inclusive a do Estado do Ceará, inaugurada em 1856. Estes estabelecimentos

educacionais tinham vieses assistencialistas e comungavam de uma ideologia higienista de exclusão de pessoas em espaços comuns, institucionalizando os que o governo entendia como vadios, os tornando produtivos, disciplinados e cumpridores de uma moral estabelecida no país.

A constituição destas Casas, porém, continham objetivos para além de oferecer uma formação para desenvolvimento dos educandos, ela pretendia suprir lacunas deixadas por escravos em produções econômicas e atividades baseadas no servilismo. A abolição da escravatura brasileira, datada no ano de 1888, considerada tardia, pois foi o último país da América Latina a formalizá-la, fez com que medidas econômicas e sociais a curto e médio prazo se instaurassem.

Ao se analisar o desenvolvimento da industrialização no Brasil, fato ocorrido no final do século XIX de forma tardia e vagarosa, e como este influenciou o processo educativo se percebe, segundo Romanelli (1984), seu desencadear através de uma concepção assistencialista cujo objetivo seria de amparo, social e econômico, dos pobres e órfãos. Estes estabelecimentos tinham o direcionamento para o ensino das primeiras letras e instrução para aprendizados de ofícios: carpintaria, sapataria, tornearia, entre outros.

Esta profissionalização destinada a um público específico, de acordo com Cunha (2000), também fez suscitar o interesse de formação de outra categorização de profissionais que buscavam uma capacitação, através de uma já iniciativa privada latente, em troca, claro, de um retorno financeiro. O autor ainda discorre sobre estas formas de capacitação, onde ambas, pública e privada, promoviam o treinamento uma mão-de-obra qualificada (quantificada), flexível, “domesticada”, disposta e barata.

De acordo com o mesmo historiador, a composição deste modelo educacional levanta a questão se estas não foram às precursoras das Escolas de Aprendizagem Artífices, que citaremos no decorrer deste capítulo, constituídas por Nilo Peçanha¹⁹ (Presidente da República entre junho de 1909 a novembro de 1910), no ano de 1909, época do Período Republicano (1889 – aos dias atuais).

¹⁹ Nilo Procópio Peçanha - assumiu a presidência da República no Brasil entre o período de 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910, após o falecimento de Afonso Pena, que era o presidente em exercício. Mesmo em um breve período de mandato, contribuiu para significativas mudanças na educação profissionalizante, instituindo a Escola de Aprendizes Artífices, esta que formava mão de obra para ser absorvida, principalmente, na Indústria.

Para ambas as instituições de ensino profissional citadas nos parágrafos anteriores, importante ressaltar, perpetuava a destinação a um público específico outrora citado: órfãos, desvalidos, escravos, ex-escravos, indígenas, fazendo com que esta fosse a única opção disponível, logo a melhor que poderiam ter. Corroborando com esta ideia, Almeida (2000, p.195), complementa: “O ensino profissional é, para o povo, um sucedâneo do ensino universitário; e, com a ajuda deste ensino, o operário e o industrial usufruem seus direitos, encontram melhor seu caminho na sociedade.”

Através do Decreto 7566, de 23 de setembro do ano de 1909, o então Presidente da República, citado anteriormente, Nilo Peçanha, inaugura àquelas que o Governo considera o recurso pedagógico mais efetivo da época, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices situadas em diversas capitais do país, onde estas ofereciam de forma gratuita o ensino profissional primário²⁰, objetivando a formação de operários e contramestres para crianças e jovens desvalidos. Neste Decreto foram expostos seus objetivos quando explica que

“Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência. A Formação fará não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação.” (Decreto 7566. Brasil, 1909, p.1)

Um maior desenvolvimento industrial foi sentido no início do século XX, ocasionado pela precariedade de importações resultantes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), logo, o Brasil necessitava de um maior avanço do seu mercado interno promovendo assim a formação de uma mão-de-obra mais qualificada. No entanto, segundo o sociólogo Florestan Fernandes (1975), as mudanças que aventavam a 1ª metade do século XX, necessitavam, outrossim, de uma remodelação da administração do país supracitado, pois a ausência de alternativas para uma formação e qualificação de fato e de direito eram sentidas, não

²⁰ Além da oferta de “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem convenientes e necessários ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais” (Decreto nº 7763, de 23 de dezembro de 1909, art. 2º), ainda era obrigatório, como parte integrante, um curso primário (relativo hoje ao 1º a 4º ano do Ensino Fundamental, para crianças de idade entre 7 a 10 anos), para os jovens analfabetos e outro de Desenho, com o intuito de auxiliar o ofício industrial.

para, necessariamente, uma mudança radical da subordinação que imperava, infelizmente, mas para comportar a um regime capitalista que se acercava.

É neste cenário, então, marcado pelo advento da Industrialização brasileira, ocorrida mesmo que tardia, e, com isso de uma formação matizada de uma sociedade urbana industrial, onde esta, cada vez mais, exigia profissionais com um nível maior de especialização, além da, podemos reiterar, disparidade de classes, que as Escolas de Aprendizes e Artífices se desenvolveram.

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve um vultoso desenvolvimento técnico e científico nos setores químicos e metalúrgicos, a era Fordista-Taylorista, representante significativa da segunda fase da Revolução Industrial (1850-1950) expandia-se pela Europa, Ásia e América, precursora de divisões de trabalho e modalidades flexíveis de sua produção. Aliás, esta foi uma das principais teorias da produção, pois trabalhava com a sistematização de linhas de montagem em benefício do capital, logo aumento de produtividade, fazendo a separação do trabalho manual ao intelectual, e onde a padronização eram recursos a serem seguidos com a esperada eficiência, influenciando em contrapartida a indústria, a celeridade na aprendizagem para um treinamento do trabalhador e suas relações trabalhistas. (CORIAT apud MORAES NETO, 1991).

Descomedido não é constatar que, desde os tempos mais remotos, a educação permeia a vida humana, no entanto, é “o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno (...)” (Saviani, 2003, p.140), logo a vinculação entre trabalho e ciência se sobrepõe ao entendimento das três fases da Revolução Industrial, citando aqui a 2ª em especial, a supracitada era Fordista-Taylorista.

Outrora, conhecimentos que eram repassados entre gerações, transferindo o processo de uma feitura manual foi, paulatinamente, substituído por uma produção fabril. Esta transferência de saberes entre pessoas, existência de um conhecimento totalizado do que produziam, foram transformados em conhecimentos de assuntos diversos em currículos específicos e fragmentados, sejam elas pelo formato de se observar a feitura pela prática, pela recorrência de movimentos.

Importante compreender que fazer uma análise de como a construção desse percurso educacional se encadeia na composição dos elementos que o compõe é também tentar entender as artimanhas promovidas por interesses diversos, que faz dos com que, por exemplo, alunos receptores de tal modalidade

não entendam que este, necessariamente, é o seu desejo, ou merecimento, mas, muitas vezes, a única alternativa e quais soluções para a saída de tais armadilhas.

Escolas como as Casas dos Educandos e as Escolas de Aprendizes Artífices estabeleciam vários quesitos para a sua inserção, segundo o referido Decreto 7566, promulgado para esta última, por exemplo, baseado nos seus artigos 6º, 7º e 8º, afirmava que a admissão de crianças e adolescentes se daria entre 10 e 13 anos e para somente àqueles que correspondessem a critérios de uma avaliação, ou seja, era uma seleção para excluídos. A dúvida que persiste era: o que fazer com os demais que não eram aceitos pelas políticas públicas instauradas?

Para àqueles que dela participavam, logravam de uma escola custeada pela União, “ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício” (Brasil, 1909), com objetivos claros de formar mestres e contramestres. Para isto preponderava o ensino integral, ficando os estudantes na instituição em torno de 12 horas seguidas. A sua rotina era configurada em oferecer apenas um ofício por estudante de acordo com sua tendência, aptidão. Os horários disponíveis seriam noturnos para os dois cursos obrigatórios: primário (para aprender ler e escrever) e Desenho Técnico e diurno com as oficinas profissionalizantes.

Neste modelo, o Projeto Político Pedagógico era pautado de mecanismos de avaliação contínua e no seu controle, compondo-se de provas discursivas e objetivas, além de apresentação de projetos em feiras e exposições regionais, este último considerado bastante inovador para a época, pois isto, outrossim, favorecia a premiações às escolas, bem como ao corpo docente, direção e alunos.

Para Cunha (2000, p.72), o processo de implantação desta modalidade de escola também representaria “uma troca política de oligarquias que controlavam o Governo Federal e as oligarquias no poder nos diversos estados”, além de favorecimento das vagas disponíveis aos seus agregados, cabos eleitorais pelos chefes políticos.

Ao fazer uma análise apurada, segundo Kuenzer (2007), para além da função básica encontrada na Escola, que era a formação de mão de obra onde comporiam o sistema fabril, ou seja, formar operários para indústrias, também se percebia a necessidade de controlar, regenerar, disciplinar pessoas para transformar em “homens de bem”: submissos, pontuais, cordatos, corretos.

As Escolas de Aprendizizes Artífices, no entanto, a datar dos seus primeiros anos de funcionamento, sempre apresentaram problemas no seu funcionamento, desde suas instalações à carência de um corpo docente condizente com a proposta de Nilo Peçanha. Segundo informação de Cunha (2000), o total de matrículas no país chegou a quase duas mil matrículas, sendo no estado do Ceará totalizando 128 delas, salientando também que o público atendido ainda possuía as mesmas características daquela profissionalização de outrora, com o mesmo viés de interesses-interessados-interesseiros.

Ao contextualizar sua criação, utilização, e a quem se destinavam estas instituições de ensino, percebem-se elementos comuns entre si. Há um alinhavar de uma dita evolução educacional permeada pelos tempos, e estes prenunciam mudanças, à vista disso, em 1930, com o advento do Governo de Getúlio Vargas²¹ e a implantação do Estado Novo²² foram observadas sensíveis transformações no governo, onde podemos citar algumas delas: a outorga de uma nova Constituição Federal do Brasil em 1937 e, no sistema educacional, o câmbio, através da Lei 378, das Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Industriais²³ datado neste mesmo ano, além da nomeação de Gustavo Capanema Filho²⁴, em 1934, como Ministro da Educação e Saúde Pública, aliás, importante mencionar que foi o Ministro da Educação mais longo, ficando no cargo entre julho de 1934 e outubro de 1945.

Cita-se, ademais, no ano de 1942, através do Decreto 4127, a formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, custeadas pelo estado. Estas escolas eram designadas ao ensino industrial, oriundas dos modelos que já existiam, os Liceus Industriais. Segundo Romanelli (1984), porém, continuava havendo em todo este percurso histórico (e continua nos tempos atuais), grandes preconceitos em relação a trabalhos manuais, ofício predominantemente desenvolvido pela classe menos abastada; em contrapartida, um culto ao ócio, destinado às camadas sociais mais favorecidas, era cultivado, fazendo disso o

²¹ Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República no Brasil em dois períodos (1930-1945 e 1951-1954). Figura dúbia na história, ora considerado “pai dos pobres” ora considerado ditador.

²² Estado Novo – Fase Ditatorial estabelecida no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), no ano de 1941, onde, com o apoio dos militares, promove o chamado Golpe do Estado Novo. Este regime político teve como características a centralização do poder, autoritarismo, nacionalismo e anticomunismo. A instituição deste período “coincide” com o crescimento de regimes totalitários no mundo, inclusive o salazarismo em Portugal.

²³ Liceus Industriais – Instituições cujo objetivo era formação de profissionais para expansão de indústria brasileira que necessitava de mão de obra qualificada.

²⁴ Gustavo Capanema Filho, político brasileiro e também Ministro da Educação do Governo Vargas, tendo como sua gestão a mais longa da história do Brasil. (1934-1945)

prevalhecimento de atividades intelectuais em detrimento às manuais produzindo mais estremecimentos entre classes sociais distintas.

No ano de 1937, visto a todos estes problemas, foi criado um novo ministério que instituiu a chamada “Inspetoria do Ensino Profissional Técnico”, onde após a instituição da Lei 378, através de um novo Ministério da Educação brasileira, as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, voltados para diversos graus e especificações. Tais medidas modificaram substancialmente às propostas iniciais, exigindo profissionais cada vez mais especializado, qualificado, isto consubstanciado com o governo existente, de Vargas, ditatorial, permeado de revoluções regionais e nacionais e com uma formação industrial nacional cada dia mais pulsante.

De acordo com Saviani (2007), o crescimento industrial pós-1930, demandou mudanças na Educação Profissional e fizeram parte da chamada Reforma Capanema, ou Leis Orgânicas do Ensino, regulamentações estipuladas a partir dos anos de 1942. Duas dessas mudanças, relevantes para esta pesquisa, podemos citar: 1º Decreto-Lei n.º 4048 com a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 2º, Decreto-Lei n.º 4.073, que ditava a organização do ensino industrial.

As intenções de tais medidas, revogando o que havia feito o ministro anterior, Anísio Teixeira²⁵, eram de se atrelar aos cursos rurais e profissionalizantes o curso primário, ou seja, este último, após sua duração de quatro anos, recebia como oferta somente às opções destinadas ao “mundo do trabalho”. Isto denota um claro favorecimento às camadas sociais mais abastadas, relegando uma educação profissionalizante aos ditos menos favorecidos.

O Brasil, desde o princípio do seu processo de industrialização, já sentia as influências das orientações tayloristas-fordistas no seu conduzir e, com o advento da Revolução de 1930, articulada por Getúlio Vargas, do qual seguiu nesta linha ideológica fez com que as políticas educacionais fossem, segundo Saviani (2007), desenvolvidas para suprir o processo crescente da industrialização, bem como o crescimento vertiginoso da população urbana no país.

²⁵ Anísio Spínola Teixeira, educador brasileiro além de jurista e escritor. Um dos ícones da História da Educação brasileira, promovendo, dentre outras grandes facetas, a árdua defesa pela escola pública gratuita e de qualidade.

Através do Decreto 4.127, no ano de 1942, os Liceus Industriais se reverterem em Escolas Industriais e Técnicas, onde se era ofertado uma formação profissional equivalente ao Ensino Médio brasileiro (relativo ao Secundário em Portugal), com as seguintes categorias: escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Esta reforma corroborou com a anterior por promover certo aprofundamento nos projetos políticos-pedagógicos-estruturais, apesar do caráter centralista e submisso ao capital industrial nacional e internacionalmente do governo Vargas, cujo ministro era Capanema. Assim esclarece Saviani que

“Do ponto de vista da concepção, o conjunto de reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado, dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior, corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ao tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social.” (Saviani, 2007, p.269)

Então, alinhavando fatos, as transições ocorridas econômica, social e pedagógica no país eram também um momento de mudanças mundiais, especialmente se olharmos sob a ótica da Revolução Industrial. Assim, como citado anteriormente, a Primeira Guerra Mundial trouxe consigo, para contextualizar com os objetivos propostos nesta pesquisa, os percalços da importação brasileira, fazendo com isto que se iniciasse, mesmo que de forma tímida, a formação industrial do país e a Segunda Guerra Mundial, no entanto, teve ainda mais reflexos ao desenvolvimento industrial por aliar, além dela, o governo ditatorial de Getúlio Vargas, que ao impor o Estado Novo, este impôs inúmeras normas de conduta apoiados e financiados pelos Estados Unidos²⁶.

A Reforma Capanema aderiu a esta “ajuda” e orquestrou a educação brasileira se utilizando de uma segmentação ao currículo escolar. Passou a coexistir a educação sob a insígnia de dois polos: o ensino primário profissionalizante em um polo e o secundário, destinado ao ensino superior, em outro, além do orbitar da oferta de inúmeros cursos profissionalizantes, ministrados de forma rápida e inábil. Exceto pelo ensino secundário, os demais não habilitavam para o ensino superior, tampouco garantia um trabalho. Isso é corroborado com Kuenzer quando cita que

²⁶ Segundo o sítio educabrasil.com.br do Ministério da Educação, USAID foi um acordo firmado entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development, durante o regime militar, a partir de 1964, que objetivava implantar o modelo americano de educação nas universidades brasileiras.

“(...) essa diferenciação de escolas e redes que atende às demandas de formação a partir do lugar que cada classe social vai ocupar na divisão do trabalho que determinou o caráter antidemocrático do desdobramento entre escolas propedêuticas e profissionais e não propriamente os seus conteúdos. O conhecimento tecnológico, embora organicamente vinculado ao trabalho, não foi democratizado porque se destinava a formação dos dirigentes e por longo tempo ficou restrito à formação de nível superior. Da mesma forma, a versão geral do ensino médio disponibilizou conhecimento propedêutico à classe trabalhadora em decorrência das funções que ela teoricamente passaria a ocupar a partir da base microeletrônica, e nem por isso alterou sua posição de classe. O desenvolvimento das forças produtivas, à medida que vai avançando em razão das mudanças na base técnica, vai trazendo novas demandas para a educação dos trabalhadores, o que no modo de produção capitalista responde às necessidades decorrentes da valorização do capital.” (KUENZER, 2007. p.300-301)

Após o término da Ditadura Vargas, o Brasil estava usufruindo de um entusiasmo político, apesar do presidente que sucedeu esta época Vargas foi um general que deu seguimento às forças conservadoras que permearam grande parte do seu governo, Eurico Gaspar Dutra. Mesmo assim, no ano de 1946 foi aprovada uma nova constituição que teve como pilar os conceitos da Educação Nova²⁷.

O Ministro da Educação e Saúde da época, Clemente Mariani, trouxe para sua pasta renomados educadores, onde foi aprovado a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do ano de 1961, e que, dentre elementos que mais chamaram atenção foram o embate entre valorização, importância das escolas públicas e particulares e a definição dos cursos técnicos ofertados: Industrial, Agrícola e Comercial, com diplomas destes cursos registrados pelo Ministério da Educação e Cultura, com validade Nacional.

Muitos percalços ainda se enfrentam por se olhar por um prisma distorcido, com interesses difusos sobre o que seria uma valorosa formação profissional em um país com leis decentes. A construção baseada numa formação holística, com criticidade e o essencial: que fazer uma formação profissional seja uma decisão pessoal, não uma imposição do mercado. Há muitos caminhos a trilhar, especialmente por estes caminhos serem permeados (e cerceados) muitas vezes por interesses de poucos e para poucos.

Nesse sentido, para o entendimento futuro do estudo, há de se exemplificar a trilha construída pelo (e para) o Ensino Profissional brasileiro com

²⁷ Educação Nova, segundo o sítio EducaBrasil, do Ministério da Educação, foi um documento instituído em 1932 por 26 educadores com o intuito da implantação de uma Educação que fugisse dos preceitos ora instituídos por classes abastadas, subjugando a quem dela não fazia parte. <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>

suas inúmeras mudanças e percalços até chegarmos ao nosso objeto de pesquisa que são as Escolas Estaduais de Ensino Profissional - EEEPs. Escolheu-se, para isso, compilar de forma mais sistemática e sintética essa trajetória através de uma linha do tempo a tabela 01:

Tabela 01: Educação Profissional no Brasil

Educação Profissional no Brasil (1809-2008)	
1809 – Criação do Colégio das Fábricas através do Decreto de D. João VI, depois do retorno do funcionamento das indústrias manufatureiras no Brasil.	
1858 – Criação dos Liceus de Artes e Ofícios destinados ao amparo de crianças órfãs e abandonadas. A educação profissional foi delegada a várias instituições de cunho assistencial, pois segundo Romanelli (1984), não havia relação estreita, ainda, entre escola-indústria, já que a predominância da mão-de-obra escravocrata ainda imperava.	
1909 – Criação de dezenove Estados as Escolas de Aprendizes Artífices pelo então Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto Federal 7566/1909, destinadas aos intitulados pobres e humildes em vários Estados brasileiros. Estas escolas eram similares aos Liceus de Artes e Ofício, no entanto com a diferença de serem designadas ao ensino industrial.	
1914 – Início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fazendo com que ficasse problemática a importação de produtos industrializados. Este fato fez com que o Brasil incentivasse a instalação de indústrias. Neste ínterim, o governo proporcionou o aumento do número de Escolas de Aprendizes Artífices.	
1927 – Projeto de Lei de Fidélis Reis, sancionada pelo Congresso Nacional, obrigando o oferecimento do ensino profissional no país.	
1930 – Com a Revolução de 1930, ocorrida no governo do então Presidente da República, Getúlio Vargas (1930-1945), houve inúmeras mudanças no país. Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública com o intuito da supervisão das Escolas de Aprendizes e Artífices pela Inspetoria do Ensino Profissional Técnico.	
1931 – Instituição do Decreto Federal nº 20.158/1931 organizando o ensino profissional comercial.	
1934 – Através do Decreto Federal 24558/1934 foi instituído a Superintendência do Ensino Profissional Técnico que previa o crescimento paulatino do ensino industrial, com criação de novas escolas a fim de suprir a demanda de trabalhadores sem capacitação.	
1937 – Promulgação de uma nova Constituição Brasileira que tratava, pela primeira vez, do ensino Técnico, Profissional e Industrial, contemplando ramos e graus do ensino profissional. Assinatura da Lei 378 que modifica as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.	
1941 – O país passa pelo processo de Reforma Capanema onde institui o Ensino Profissional como categoria de Nível Médio, além da obrigatoriedade de exames de admissão para sua feitura. Início da subdivisão da oferta de cursos: 1. Básico Industrial, Artesanal e de Maestria. 2. Curso Técnico Industrial.	
1942 – Instituição das Leis de Educação Nacional, sendo a 1ª do Ensino Secundário (respectivo hoje ao Ensino Médio), Decreto-Lei nº 4.244/42 e do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073/42. Criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e mudança das Escolas de Aprendizes Artífices em estabelecimentos de Ensino Industrial.	
1943 – Neste ano, período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve a I Conferência de	

Ministros e Diretores da Educação das Repúblicas Americanas, onde uma das recomendações foi o desenvolvimento do Ensino Técnico em diversas categorias. Criação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) após a instituição do Decreto-Lei nº 6.141/43 que discorria sobre o Ensino Comercial.
1946 – Decreto-Lei de nº 8.530/46 que institui o Ensino Normal e o Decreto-Lei o de Ensino Técnico Agrícola, de nº 9.613/46.
1956 – Com o intuito de uma formação profissional efetiva no país, o então Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), estreita laços entre Estado, Economia e Educação.
1959 - Mudança da denominação dos estabelecimentos industriais para Escolas Técnicas Federais. Através da Lei 4.024 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico.
1964 – Implantação do Regime de Ditadura Militar no país (1964-1985) após a deposição do Presidente João Goulart fazendo com que através do Golpe Militar fosse instituído o governo do Marechal Humberto Castello Branco. Neste período houve a instituição da educação tecnicista, financiada pelo capital estrangeiro, com a desculpa de suprir às necessidades da industrialização.
1967 – Através do Decreto 60.731 passa-se a funcionar Escolas Agrícolas geridas pelo Ministério da Educação em substituição às Fazendas Modelos antes dirigidas pelo Ministério da Agricultura.
1971 – Com o objetivo de formar técnicos com maior brevidade, estipula-se a Lei nº 5.692/71 que transforma o modelo humanístico/científico em científico/tecnológico a fim de direcionar forças à formação de mão de obra.
1978 – Pela Lei de nº 6.545 três Escolas Técnicas Federais do país passam a ser Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).
1980 a 1989 – Inserção gradativa de uma nova configuração da economia no Brasil baseada de um modelo mundial. Em 1985 foi decretado o fim da Ditadura militar fazendo com que fosse eleito, mesmo por voto indireto, um presidente civil, Tancredo Neves, sendo substituído por seu vice, José de Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney (1986-1989), após a sua morte, quando não teve nem a chance de assumir o cargo. Além da intensificação da tecnologia, nota-se a entrada de capital externo ditando regras no cenário brasileiro, especialmente na educação.
1990 – Eleito Fernando Collor de Melo. Através da Lei Federal de nº 8.948 do ano de 1994, institui-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformando as Escolas Técnicas de todo o país em Centros Federais de Educação Tecnológica, isto em parceria com Governo Federal, Estados e Municípios. Primeiros traços de economia neoliberal no país. Renúncia do então presidente assumindo o vice, Itamar Franco.
1996 – Instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 9.394/96, sendo considerada a mais importante nesta área no país. Esta discorre, dentre outras modalidades, sobre o Ensino Profissional propagando na sua teoria uma educação mais completa, que envolva trabalho e cidadania. Governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo considerado um governo de políticas neoliberais. Inserção do financiamento externo, especialmente do Banco Mundial investindo na educação.
1997 – Estabelecimento do Decreto de 2.208/97 que regulamenta a Educação Profissional separada do Ensino Médio. Criação do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional pelo Governo Federal).
2003 – Antes Semtec/MEC, hoje SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura), promove amplos debates para discussão sobre Educação Profissional e Tecnológica com seus vieses: público alvo, financiamento, certificações, raios de abrangência de capacitação e, principalmente, articulação do Ensino Médio com o Ensino Técnico.
2004 – Estabelece, através do Decreto 5.154, o retorno da integração do Ensino Médio com o Técnico.
2005 – Através da Lei 11.195 fica determinada a parceria entre Governo, Estados e Municípios,

setor privado, Organização Não Governamental (ONG) na expansão da oferta da Educação Profissional.
2007 – Instituição do Programa Brasil Profissionalizado através do Decreto 6.302.
2008 – Inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) substituindo os CEFETs.
1ª Escola Estadual de Ensino Profissional do Ceará – EEEP, o alvo desta nossa pesquisa.

Fonte: UCG (2018)

Percebe-se, então, através da linha do tempo descrita, que o país ultrapassou meandros inúmeros nos séculos descritos. No entanto, podemos aqui nos ater, principalmente, em dois fatos de grande relevância ocorridos no final do século XX que foram: o Golpe Militar em 1964 para implantação da Ditadura no Brasil e a inserção pelos governos federais, a partir da década de 1990, das políticas Neoliberais. Nitidamente é perceptível a permissividade travestida de necessidade assegurada pelos governos para justificar os fatos, todavia, em troca, deveria haver o enquadramento dos parâmetros ditados pela propaganda elite, além de exigências mercadológicas que financiavam tais feitos.

Para validar tal escrita, Frigotto (1999) expõe que o ensino brasileiro é uma resposta sobre como a área econômica se expande capitaneando a educação do país. Complementando o autor, Kuenzer (1991), assegura que o ensino brasileiro é retratado através de uma dualidade entre o ensino ofertado nas escolas do país, mostrando as disparidades sociais quando estas seccionam aqueles que vão discorrer sobre o trabalho e os que serão meras peças de execução.

Com o advento do Golpe Militar, após a deposição do então presidente João Goulart, instaurou-se um Estado autoritário com grandes repercussões no viés educacional. A educação tecnicista agora acompanhava as escolas profissionais do país, aliada a valorização das ciências exatas em detrimento das humanas, isto através de um discurso falacioso de que era em prol do desenvolvimento científico e tecnológico da nação. Veiga denuncia explicitando que

“O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento sócio-econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação.” (VEIGA, 1998, p.34)

Entende-se, portanto que a educação pública brasileira pós ditadura era formada, majoritariamente, por filhos de trabalhadores da classe operária, operados em instituições de formação profissional sem exigência de um conhecimento efetivo, mas sim, a possibilidade de exercer meramente atividades práticas, repetitivas. Isto corroborava, com o pensamento de Romanelli (1984), que explanava a implantação de uma política educacional que suprisse os interesses do governo ditatorial e seus aliados estrangeiros, trazendo para a ideologia escolar modelos de gestão empresarial.

Segundo Veiga (1998, p.35), este período educacional gerido por uma ordem militar tecnocrata foi amplamente “inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Buscou-se a objetivação do trabalho pedagógico da mesma maneira que ocorreu no trabalho fabril” fazendo com que o acentuasse “as distâncias entre quem planeja e quem executa”.

O período que findou a Ditadura, isto no ano de 1985, até a “recriação” de um modelo sócio-político-democrático no país, marcado pelo ano de 1988 com a instituição da denominada Constituição Cidadã, o Brasil perpassou por Reformas educacionais outrora instauradas. Mesmo após o decreto da Constituição Federal de 1988, a propalada redemocratização brasileira foi violada pela permissão de agrupamentos financeiros internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), além das organizações atreladas à ONU – UNESCO e UNICEF²⁸ - executando uma cartilha neoliberal.

Na década de 1990, período do Governo de Fernando Henrique Cardoso, isto foi notado com mais precisão quando se percebeu o câmbio entre investimento massivo destes grupos financeiros a países denominados periféricos, comprometendo, dentre outros elementos, com mais propriedade, suas políticas educacionais, citando em especial a brasileira, visto que grande parte das Reformas Educacionais eram (e ainda são) convencionadas às determinações dessas instituições, contradizendo com isso, inclusive, a recém aprovada Constituição

²⁸ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, criada em 1945 a fim de divulgar aos países que se poderia haver consensos através de acordos, não necessariamente através de guerra. Hoje, esta organização reclama uma educação de qualidade, cooperação científica entre nações, bem como a proteção patrimonial destas. UNICEF – United Nations International Children’s Emergency Fund, chamada também de Fundo das Nações Unidas para a Infância, esta organização surgiu no ano de 1946, com o intuito, a priori, de proteger as crianças atingidas pela Segunda Guerra Mundial. Presente no Brasil desde 1950 e, hoje em dia, em também em mais de 190 países. Possuem programas internacionais de desenvolvimento da criança em seus direitos educacionais, de saúde e bem estar social.

Federal do ano de 1988, que propunha uma redemocratização do ensino da nação, pois ao permitir tais agrupamentos financeiros o país ficava atrelado aos seus desmandos.

Para Saviani (2002), o ensino brasileiro, com isso, facilita a reprodução de um sistema outrora implantado. O autor, quando discorre sobre suas teorias crítico-reprodutivistas, traz, dentre outros elementos, a percepção de que a escola cumpre o seu papel quando assume seu insucesso, pois ela é o elemento de reprodução das relações ocorridas dentro e fora dela. Uma das teorias expostas pelo autor ressoa sobre de duas das suas funções principais: a construção da ideologia burguesa e da formação da força de trabalho, o proletariado. No entanto estas funções não agem em separado, ambas permeiam, em suas práticas, elementos de um saber objetivo e de uma infiltração da ideologia burguesa. O autor cita que

“É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana? Evitemos escorregar para uma posição idealista e voluntarista. Retenhamos a concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente. Nesse sentido, o ensino brasileiro permite concluir que a escola é promovida por diferentes classes de interesses diversos.” (SAVIANI, 2002, p. 33)

O histórico das políticas educacionais permeado no país estaria, daqui para frente, envolvido com as perspectivas liberais orientadas pelo Banco Mundial, e isto envolveria abertura do mercado nacional ao mercado externo, atingindo sua autonomia econômica e, para o foco da pesquisa, a educacional, ou seja, o Brasil prescindia em percorrer seus próprios caminhos para se submeter aos preceitos ideológicos das agências internacionais, que nada tem de compromisso ou responsabilidade com àqueles que elas investem suas fortunas.

Logo, é importante compreender que podemos fazer uma análise fria dos elementos que a compõe e tentar entender as artimanhas do percurso escolar que faz dos com que os alunos receptores de tal modalidade não achem que este necessariamente é o seu desejo, ou merecimento. Nesse sentido, vamos exemplificar o ensino brasileiro como Muitos percalços ainda se enfrentam ao se perceber a educação, e neste projeto como foco: a educação integral profissional, vista por um prisma distorcido, com interesses difusos em um país de leis utópicas.

O percurso ideal que se gostaria de descrever aqui, se é que existe este ideal, seria a construção baseada em um desenvolvimento holístico, com criticidade, democrático, tendo como um dos elementos essenciais: a opção dos discentes (e suas famílias) por esta modalidade de ensino sendo como uma decisão pessoal, não uma imposição do mercado. No entanto, há muitos caminhos a trilhar, ainda, especialmente pelos permeados (e cerceados) por interesses de poucos e para poucos.

1.2 Processos de Ensino e Aprendizagem

Junckes (2013) descreve que os alunos e os professores são peças fundamentais tanto para a escola, quanto para a sociedade por desencadear vários comportamentos e discussões no que diz respeito à cultura e aprendizagem na escola. Nesse contexto, o educador precisa ser o mediador, esclarecedor, conselheiro e saber lidar com todas as diferenças existentes na sala de aula, levando em conta que as mudanças e acontecimentos em nossa sociedade acontecem no dia a dia, e na escola se dá a cada momento, por isso é necessário o professor estar atento e envolvido no processo em todo momento.

É essencial que o aluno tenha habilidades, seja incentivado para trabalhar com os colegas, consultar textos, livros, entre outros materiais, entendendo o que lê, realizando notas, fazendo síntese, redigindo conclusões, interpretando gráficos e informações das ciências, realizando experiências e discutindo os resultados obtidos e, ainda, usando instrumentos de medida quando necessário, bem como compreender as relações que existem entre os problemas atuais e o desenvolvimento científico. (SANTOS, 2013).

O mundo contemporâneo exige pessoas capazes de recriar suas aprendizagens e de se adaptar às constantes mudanças. O processo de ensino e aprendizagem promove o aumento da autonomia, o que possibilita novas formas de pensar e agir e, isso se incorpora as estruturas cognitivas humanas.

Na visão de Freire (2011) os sistemas de ensino precisam fornecer o apoio necessário, favorecendo, inclusive, a qualificação do professor. Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica é indispensável que o professor se ache repousado, no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que faz perguntar,

conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer.

Para o autor, os procedimentos didáticos pedagógicos do professor também influenciam na qualidade das aulas e, conseqüentemente, na motivação dos alunos. Implementar novas ferramentas no âmbito educacional tem sido uma das formas de sistematizar o trabalho do educador. Em todos os segmentos de ensino busca-se trabalhar uma abordagem significativa para os alunos. As atividades com tecnologias e novas linguagens possibilitam o entendimento das estruturas internas de um conteúdo que intencionalmente está sendo ensinando, no entanto, sem distinguir esse processo de outros que o educador cotidianamente planeja para direcionar o seu trabalho. (FREIRE, 2011, p. 35).

É importante que o educado dedique-se às atividades que permitam planejar a prática didática, visando centrá-la na aprendizagem significativa do conteúdo a ser ensinado. É essencial que alguns aspectos estejam presentes como a natureza interna e a função social do que se pretende ensinar, o modo como a aprendizagem ocorre, a forma como se planeja as intervenções, sejam com definições espontâneas ou científicas, as diversificadas maneiras de avaliar o processo ensino-aprendizagem que está em curso no decorrer do trabalho didático.

Passini, et al, (2007, p.78) afirma que o educador não é uma célula isolada e deve estar integrada as ações da própria sociedade. O bom professor é aquele que consegue trabalhar a construção do conhecimento com os alunos independente do espaço e da infraestrutura que lhe sejam disponibilizados, fazendo o aluno abstrair novos conceitos e construir novos saberes por meio de materiais que facilitem sua aprendizagem e tornem as aulas estimulantes.

Muller (2010) afirma que a relação professor - aluno pode se mostrar conflituosa, pois se baseia no convívio de classes sociais, culturas, valores e objetivos diferentes. O vínculo entre professor-aluno é um desafio contínuo e deve ser uma condição do processo de aprendizagem, pois essa relação dinamiza e dá sentido ao processo educativo.

É importante verificar os aspectos da interação professor-aluno, como o aspecto da transmissão de conhecimento e a própria relação pessoal entre professor e aluno, os métodos impostos e empregados. Essa relação deve estar baseada na confiança, afetividade e respeito, cabendo ao professor orientar o aluno para seu crescimento interno, isto é, fortalecer-lhe as bases morais e críticas, não deixando sua atenção voltada apenas para o conteúdo a ser dado.

1.3 Reforma do Ensino Médio. O que isso influencia nas EEEPs?

No ano de 2017, a educação brasileira passou novamente por reveses com a implementação da Reforma do Ensino Médio através da Lei 13.415/2017. No entanto, com tantos pontos polêmicos, a área respectiva à Base Nacional Comum Curricular²⁹ (BNCC) precisou passar por reformulações, sendo, então, homologada pelo Presidente em exercício, Michel Temer, somente em 14 de dezembro de 2018.

Com a escusa de se erradicar ou, pelo menos, minimizar a evasão escolar de jovens entre 15 a 17 anos, isto, segundo dados de 2016³⁰, corresponderia a um número aproximado de dois milhões deles, a implantação deste “Novo” Ensino Médio no país, proposta pelo Ministério da Educação, seria a solução para os problemas detectados no sistema educacional por trabalhar com um currículo flexibilizado. Para esta mudança, as instituições de ensino médio terão até março de 2022 para adaptarem-se.

Esses imbróglis mencionados nos documentos oficiais para justificar tão grande número de evadidos vão, segundo dados do MEC, desde a falta de interesse em frequentar às instituições de ensino, número de 40,3%, impossibilidade de frequência pela incongruência de horários por cumprir uma jornada de trabalho, com o número de 27,1%, até a dificuldade de acesso à escola, somando 10,9%. Outros motivos também foram elencados na pesquisa, somando 21,7%, e, que se sabe que são: inexistência de oferta de matrículas, ausência de professores e falta de condições físicas nas escolas.

A Reforma do Ensino Médio teve como proposta agregar duas etapas: a primeira etapa, considerada a sustentação do currículo e uniformizada nacionalmente, com um currículo mínimo obrigatório, a BNCC, composto apenas pelas disciplinas de Português e Matemática, obrigatórias nos três anos, além da Língua Inglesa, esta não obrigatória, precisando se fazer presente apenas em um dos três anos, totalizando uma carga horária de 1800 horas aula³¹, e os itinerários formativos, com carga horária trianual de 1200 horas aula. Esta última tem como

²⁹ BNCC – Base Nacional Comum Curricular – Documento expedido pelo MEC com o objetivo de, segundo este Ministério, definir “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

³⁰ Dados obtidos na plataforma <https://sae.digital/reforma-do-ensino-medio/>, onde esta compilou dados do Ministério da Educação (MEC), Tribunal de Contas da União (TCU) e Movimento Todos pela Educação no Brasil.

³¹ Importante ressaltar que as demais disciplinas, como por exemplo, História, Geografia, Física, Química, entre outras, são trabalhadas juntamente com as disciplinas obrigatórias, utilizando-se de projetos interdisciplinares.

objetivos de desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, sendo o complemento da anterior, pois com uma valorização das especificações de cada região, localidade, tem o intuito de possibilitar uma maior equidade e valorização do aprendizado.

Através do Guia de Implementação do Novo Ensino Médio disponibilizado pelo MEC, este afirma que o modelo de Ensino Médio que estava em vigor, não condiz com os desafios do mundo contemporâneo, pondo, portanto, o protagonismo juvenil no cerne da mudança, afirmando que este câmbio estimularia “o jovem a fazer escolhas, tomar decisões e se responsabilizar por elas.” (Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, 2017, pág.6).

A parte diversificada presente na grade curricular nacional é a matéria prima para se formar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas. Ela é composta por cinco itinerários formativos que são: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica Profissional.

Ressalta-se a atenção de alguns pontos deveras importante desta Reforma: um deles é a incumbência prematura na escolha de áreas de estudo, em detrimento de outras, destes jovens das escolas públicas. O outro ponto a ser questionado é o déficit de aprendizado de disciplinas primordiais para inserção em uma Universidade, pois os exames nacionais não têm previsão de adaptação a esta Reforma, ainda, a não obrigatoriedade de oferta, em todas as escolas, dos cinco itinerários propostos, ficando apenas dois deles como exigência e, por último a formação aligeirada de um profissional se este escolher como um dos eixos curriculares a Formação Técnica e Profissional. Kuenzer (2018, p.336) reforça estas observações quando diz que através de uma fragmentação, perde-se “a integralidade da pessoa humana, e, portanto, sua formação integral”.

Kuenzer (2017) elucida também que esse desmembramento curricular foi outrora estipulado pelo Banco Mundial, quando incentivava uma parca formação aos alunos e alunas das escolas públicas, com a justificativa de que, no decorrer da vida laboral, estes teriam chances de capacitação oferecida pelas empresas, ou seja, uma secundarização da formação. A autora continua sua explanação quando cita que

“(...) a política proposta pelo Banco Mundial renasce na Lei 13.415/2017, autoritária tanto na forma quanto no conteúdo, orientado pela flexibilização; seu eixo é a distribuição desigual e diferenciada, tanto da educação escolar quanto da formação profissional, para atender às demandas de um novo regime de acumulação que vinha se constituindo no mundo desde os anos de 1980, e no Brasil de forma mais intensa a partir dos anos de 1990.” (KUENZER, 2017, p.339)

Ao fazer a análise, portanto, da Reforma do Novo Ensino Médio e compará-lo à base curricular ofertada pelas Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) do Estado do Ceará que nos propomos estudar, percebemos a similaridade entre ambas, especialmente no que tange a flexibilização curricular. Neste modelo escolar é difundida na sua Legislação de nº 14.273 de 2008 a promessa da instituição efetiva de um ensino propedêutico, formação profissional e desenvolvimento de competências diversificadas, além de, assim como propõe a Reforma, já concederem um ensino em tempo integral aos estudantes.

No entanto, sabe-se também que, assim como a Reforma, as EEEPs sofrem interferências externas através de quem financia, delegando autoridades, e autonomias, a projetos de desenvolvimento com interesses escusos. Então, com base no que foi exposto, tudo indica que este seja o destino previamente traçado para as escolas que, paulatinamente, insira em seus meandros a cartilha previamente ditada pelas grandes instituições capitalistas.

Extremamente salutar que se denuncie os paradoxos presentes entre teoria pedagógica e práticas escolares. Questionar o que são as competências estipuladas que se destinam a uma casta específica, permite entender que, no caso das EEEPs, segundo Santos (2015) garantem, a quem a ela é destinada, funções pré-estabelecidas sendo que “(...) essa especialidade formativa contenta-se, no limite de suas contradições, que o egresso saia da escola com a aquisição de competências elementares, capazes de ler, escrever, contar e ‘apertar botão’ ou ‘parafuso mecatrônico’”.

Capítulo 2 – Profissionalização

2.1 Educação Profissional *versus* Ensino Médio

A educação que hoje permeia o cotidiano escolar, produto de todo um percurso histórico, social, político, cultural onde abrangeu nuances que definiram uma vasta e complexa legislação, ditaram regras e costumes, que influenciaram e são influenciados por formações capitalistas, neoliberais, ainda denota os mesmos vieses de diferenciação e perpetuação de classes de outrora.

Neste sistema de reprodução, então, a busca pela formação aligeirada para o atingimento de uma pseudo competência técnica resvala em resultados que são: além a defasagem de conhecimento e a falta de entendimento de quem dela “usufrui”, a (in)consciência da transformação de trabalhadores em meras peças de troca e reposição da engrenagem do sistema que o cerca.

Para Saviani (2007), porém, há caminhos a seguir para fugir deste ciclo, que é buscar, além da competência técnica, a competência política. O autor reflexiona tal ideia quando explana que

“(...) a identificação dos fins implica imediatamente competência política e imediatamente competência técnica; a elaboração dos métodos para atingi-los implica, por sua vez, imediatamente competência técnica e imediatamente competência política. Logo, sem competência técnica-política não é possível sair da fase ‘romântica’.” (SAVIANI, 2007, p.64). (Grifos nossos)

Neste contexto técnico-político que Saviani (2007) explicita, existe nele a não-combinação do romantizar a educação. Atitudes de como ir além de uma rotina pedagógica escolar, não através de uma tentativa de compensar *déficits* educacionais por meio de medidas paliativas e sem continuidade, mas de ações planejadas, coordenadas em vários âmbitos, são ações estas que o autor intitula de competência técnica, trazendo consigo, concomitantemente, aonde se quer atingir, pois isso é o esperado para se chegar à competência política, também imprescindível neste processo.

Ao buscar analisar, através da legislação brasileira, o percurso da história de dualidade promovida pelas discrepâncias de oportunidades educacionais do ensino técnico-profissional *versus* educação propedêutica, sendo hoje ainda mais

latente pelo agravamento da rapidez e financiamento desta formação profissional, percebe-se os inúmeros entraves para a modificação de tal cenário.

Para ilustrar tal fato, podemos citar a corroboração legislativa de segmentação dos ensinos outrora citados quando no ano de 2004, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), houve uma dita “revogação” de um Decreto respectivo à Educação Profissional, este de n.º 2.208 do ano de 1997, instituído pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por outro de Decreto de nº 5.154 do ano de 2004.

O primeiro Decreto citado impedia a integração entre o Ensino Médio, que são os três últimos anos da Educação Básica e o Ensino de Educação Profissional, inclusive transferindo a competência de gestão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o Ministério do Trabalho, deixando claro, assim, a real intenção da oferta desta última modalidade, que era restringir conhecimentos fazendo o ensino seccionado, pois nestes moldes era permitido acontecer apenas no estilo concomitante, com currículos diversos, ministrados em horários diferentes e, muitas vezes em escolas diferentes ou sequencial que era a feitura do Ensino Profissional após o término do Ensino Médio.

O segundo Decreto, porém, passou a permitir a integração de ambos os ensinos, sendo alardeado pelos seus defensores que agora, de fato, a Educação Profissional teria um caráter científico e humanístico, com desenvolvimento global do educando, no entanto, como o próprio documento reporta, este tem como objetivo “a escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e adulto trabalhador”, porém não há uma preparação estrutural e pedagógica para tais mudanças. (BRASIL, 2018).

Estas considerações são entendidas corroboradas pelo discurso de Santos (2013), pois para este autor, não há, de fato, uma revogação entre Decretos, mesmo apesar da possibilidade da junção das modalidades de ensino após a edição de um Decreto pelo outro. Características marcantes do 1º Decreto estão firmemente marcadas no 2º, nos moldes de: aligeiramento do estudo, fragmentação de conhecimento, e a “integração desintegralizada” de como essa formação acontece, fazendo assim, como o autor alude, a viabilidade de que esta aconteça de qualquer forma, mas que aconteça.

As escolas, então, passaram a oferecer, por critério próprio, a concomitância, a integração ou a subsequência do ensino médio e o profissional, e

isto, notadamente mostrava a inviabilização da universalização dos conteúdos do ensino técnico, do ensino médio e da educação profissional, pois não havia uma sincronização curricular, por conseguinte ocorria a dicotomia “ao ser organizado com base em concepções educacionais diversas”, por isso, “não resolvendo, portanto a separação entre a formação geral e a formação técnica propalada através do Decreto n.º 5.154/04.” (Santos, 2013, p. 266).

A continuidade das discussões acerca de uma, somente, edição entre Decretos, ganha voz através de Kuenzer (2006) quando cita a questão da ausência de recursos próprios destinados à modalidade estudada, recorrendo a empréstimos internacionais, parcerias com o empresariado nacional, além da forma como foi a permuta de ambos os Decretos, com a não possibilidade de um debate entre educadores e sociedade sobre a mudança, estabelecendo-o de forma autoritária.

Gaudêncio Frigotto, entusiasta da ideia de não haver dualidade entre formação geral da Profissional, muito menos a dicotomia da educação Técnica com a educação Política, pois isto “naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de adestramento técnico para os filhos da classe trabalhadora” (Frigotto, 2013, p.2), foi um dos educadores que mais atuaram nesta “revogação”, porém, o que se inquire é se esta junção se forma como uma política pública educacional efetiva.

Segundo Quixadá e Veiga (2013) há pressupostos na efetivação de uma Formação plena, que são: “(...) quais sejam a realidade como totalidade; a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.” Segundo as autoras, “o primeiro pressuposto é que a realidade concreta é uma totalidade, síntese de muitas determinações” (p.159). O segundo é que, partindo da premissa que a formação humana integral perpassa pela ciência, cultura e tecnologia, esta é entendida como inúmeras intervenções para se construir o processo educativo. (CIAVATTA, 2005).

O terceiro pressuposto reage trazendo o entendimento da importância do trabalho como intercessor entre o indivíduo e que ele produz, seja social ou materialmente. Por último, o quarto pressuposto, utilizamos aqui uma citação das autoras percorrida pelo MEC ao mencionar a utilização do princípio pedagógico “no mundo e, dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar

da preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras” (MEC, 2007, p.48).

O Brasil, que nesta época andava com poucos passos na expansão do Ensino Profissional, precisava reverter dados com o intuito de atingir índices mundiais e ser visto, logo ‘agraciado’, com a possibilidade de requisição de empréstimos em instituições internacionais, estas já citadas que financiavam (e ainda financiam) tal desenvolvimento, sendo a principal delas o Banco Mundial, que, entre outras áreas onde promove, a Educação é um ponto máximo no país, propalando sua Missão que acabar com a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada de forma sustentável. (MEC, 2007).

2.2 Financiamentos externos e internos na Educação

A Educação Profissional, pelo período que nos propomos estudar, que data a partir do ano de 1990, não esquecendo, porém, alusões contínuas à Constituição Federal instituída em 1988, passa por inúmeros programas, projetos citados outrora (cito no 1º capítulo, o histórico), contudo, ou por isso mesmo que, pelas discontinuidades, adaptações destes, atribuídas muitas vezes pelas mudanças governamentais, promovendo com isso (re)considerações e inúmeras concessões, percebem-se, então, que interesses imediatos e não voltados para uma Educação onde se priorize fundamentos científicos, tecnológicos é o que se prepondera no cenário descrito.

Há de se questionar o porquê de tantas mudanças e interesses que se articulam e/ou se prevalecem, além de, a quem (ou a que) respondem por tais condutas. De acordo com Kuenzer (2000), o Brasil, a partir de 1990, com a finalidade de promoção de reformas na sua educação, passou a adquirir empréstimos, estes captados juntamente de parcerias internacionais, onde, em troca, haveria pagamento com altas taxas de juros e, também, o seguimento de suas recomendações estruturais e/ou pedagógicas.

Os principais parceiros foram: Fundo Monetário Internacional, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), UNESCO, mas, o principal deles, e o que acompanha extremamente atuante nesta empreitada é o Banco Mundial. Estes organismos manifestavam-se pela articulação de uma confluência entre a

Educação Básica e as necessidades prementes do mercado. A autora continua denunciando que, não havia necessidade de um investimento para uma educação dispendiosa e demorada, pois havia diminuições de postos de trabalho e, um dos vieses maiores desta pesquisa, a transformação paradigmática de técnico para tecnológico. Segundo Kuenzer

“(...) tal recomendação vem respaldada em pesquisa encomendada pelo próprio banco, que conclui ser o nível fundamental o de maior retorno econômico. (...) Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta irracionalidade do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que, segundo os resultados da investigação, são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres.” (Kuenzer, 2000, p.10)

Acrescenta ainda, a autora que, a partir do ano de 1996, ano inclusive da instituição da principal lei respectiva à educação do país, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9.394/96, as políticas de educação profissional no Brasil “adotam essa lógica, justificada pela racionalidade econômica que prevê inclusive o repasse progressivo das ações do Estado para a esfera privada” (Kuenzer, 2000, p.10).

Após a instituição da LDB, discorre Ramos (2001), o aspecto “competência” surgiu com o intuito de redimensionar projetos pedagógicos das escolas em prol de um currículo inclinado ao desenvolvimento de competências para forças produtivas do mercado, ou seja, um estudo direcionado para inserção no mundo do trabalho onde se adapta educandos aos cenários de produtividade aliada à flexibilidade de produção.

Essa ideologia está intimamente ligada aos já citados preceitos neoliberais e é corroborada pelos organismos internacionais que financiam a educação brasileira em troca de um enquadramento em seu deslindar. Com pseudo promessas de liberdade e prioridade do mercado frente ao Estado, além da supremacia do indivíduo perante o coletivo, o projeto Neoliberal se infiltra propondo a “salvadora” insígnia de desenvolvimento político, econômico, educacional, social.

A influência do Banco Mundial nos países periféricos, especialmente no Brasil, a partir da década de 1990, continuou em franco crescimento, principalmente na área de educação, tendo como ‘moeda de troca’ o controle na área de gestão, avaliação e alocação de recursos nestes países e, para nos situar nesta pesquisa, a influência ao Estado do Ceará que assertivamente corrobora e reconhece a política desta instituição, como “a principal instituição de financiamentos externos para a

educação básica brasileira por mais de uma década, o Banco assimilou um conhecimento diversificado das idiosincrasias culturais e políticas do país” (CEARÁ, 2000, p.18).

2.3 O Programa Brasil Profissionalizado

O Programa Brasil Profissionalizado foi criado, então, nessa conjuntura de longos anos de influências, logo decisões externas. Válido ressaltar que ele veio a calhar com o momento positivo que o país se encontrava economicamente. Com o arremetimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³², que tinha por objetivo alavancar o planejamento e feitura do processo de expansão econômica no Brasil, carecia uma reestruturação educacional com maiores ofertas no ensino no intento de melhora do índice de escolaridade, então, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Fundo de Desenvolvimento Educacional e o Ministério da Educação, coordenaram as atuações, desempenhos do Programa Brasil Profissionalizado, tendo como objetivos

“(...) a expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio integrado à educação profissional e tecnológica. Os recursos do Brasil Profissionalizado são repassados para os Estados com a finalidade de construção, reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação.” (MEC, 2019).

Este Programa, instituído no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, regulamentado pelo Decreto n.º 6.302 no ano de 2007, teve como finalidade promover entre os Estados a expansão da educação profissional de nível médio gratuita nas escolas públicas, além de propor mudanças e tendo como compromisso o cumprimento de uma das metas estipuladas pelo já instituído Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que como citado outrora, é um conjunto de projetos, promovido também no ano de 2007, que visa melhorias em todos os níveis de educação no país, cujas metas têm um prazo de 15 anos para sua completude

³² Criado em 2007 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

(BRASIL, 2018), inclusive, segundo portal do MEC, o Estado do Ceará foi o mais contemplado com este Programa.

Todo o processo de criação e instituição deste Programa teve como aval de base legislativa, a Constituição Federal (1998) e a Lei de Diretrizes e Bases de n.º 9.394/1996. Esta, entre os seus artigos 35 a 42, discorre sobre o Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica. Importante salientar o também aval do Decreto de n.º 5.154/2004, recém editado, corroborando assim com a implantação e expansão do “Brasil Profissionalizado” nacionalmente.

As Leis e Decretos mencionados pautam-se em uma maior oferta do Ensino Profissional, bem como a articulação do binômio: Educação-Trabalho permitindo com isso a possibilidade Legal para que o Programa Brasil Profissionalizado se delineie sob as seguintes premissas

ARTIGO 1º: Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (BRASIL, p.01, 2007)

Parágrafo único. São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade à distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

ARTIGO 2º: O Programa Brasil Profissionalizado prestará assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional mediante seleção e aprovação de propostas, formalizadas pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável.

(...)

§ 1º As propostas deverão ser acompanhadas de diagnóstico do ensino médio e conter:

- I - descrição detalhada dos projetos pedagógicos;

II - orçamento detalhado por item de dispêndio; e
 III - cronograma de atividades. (BRASIL, 2018).

Percebe-se que, o cerne do primeiro artigo da lei, esta que compõe o programa, volta-se para o incentivo da articulação entre o estudo e trabalho, propondo para ela o estender do número de matrículas, a implantação de um modelo de retomada de ensino de jovens e adultos, regularização dos programas de estágios, essenciais, se efetivos, no processo ensino-aprendizagem.

Sua continuação, porém, a partir do 2º artigo, já oferece amostras da viabilidade de investimentos de instituições financeiras nacionais e internacionais em prol de um, argumento destas, desenvolvimento educacional (Brasil, 2007).

Uma perpetuação de uma política assistencialista técnico-financeira no Programa Brasil Profissionalizado, então, é palpável em todo o seu percurso, especialmente com o decorrer do tempo, pouco tempo é necessário dizer, pois já no ano de 2008 o Decreto sofre alterações e mostra, de forma clara, a reiteração (e continuação) da possibilidade de grupos financeiros investindo na educação do país. Esse Programa abre concessões quando institui no seu Regimento que

Art. 1º O Programa Brasil Profissionalizado tem como objetivo, prioritariamente, prestar assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado (cursos de ensino médio integrados a cursos técnicos), com ênfase na educação científica e humanística, e também às escolas que oferecem cursos subsequentes e concomitantes, que estejam integrados aos arranjos produtivos locais e regionais. (Brasil, 2018, p.01).

Repara-se, outrossim, que mesmo com mudanças no complexo educativo, este continua constantemente se reformulando. A LDB, onde em seu texto discorre em seus Princípios e Fins da Educação Nacional é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, bem como a “garantia de padrão de qualidade” torna-se dicotômica quando dá amostras que, nos moldes como se é propagada, há uma nítida diferenciação entre um Ensino Integral de um desenvolvimento na sua integralidade. (BRASIL, 1996).

A organização de um currículo com base em concepções educacionais com vistas de um saber seccionado, ora quando se apresenta voltado para o dito “mundo do trabalho”, ora quando se propaga abrangendo um desenvolvimento pessoal, ou até mesmo quando trabalha o “espírito” empreendedor, mostram, pelas

recentes pesquisas³³, caminhos díspares entre uma formação técnica e a formação profissional divulgada.

Esta situação discrepante, mas compreensível sob a luz do mercado capitalista, prevalece em um país marcado pela desvalorização do trabalho e pela mitificação do bacharel e do doutor, onde o crescente ofertamento deste tipo de modalidade versus ausência de oferta de empregos dão a tônica atual de um mercado ineficiente na absorção de seus formandos.

Esta ineficiência é justificada por uma não adequada qualificação, mesmo quando esta reclama uma oferta de um ensino politécnico. Contudo, ao analisarmos o sentido de “politecnia”, trazido por Saviani (2007), faz-se gerar um debate sobre o que seja a formação integral humana; remete-nos, então, a questionar se as propostas de reformulação das políticas educacionais apresentadas cumprem as perspectivas de como:

(...) especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (SAVIANI, 2007, p.161).

Neste contexto, para se entender a dinâmica sobre teorias e práticas das inúmeras veredas perpassadas pela Educação Profissional no Brasil, descritas no decorrer desta pesquisa, é preciso enxergar para além dos elementos que a configuram e perceber a quem ela é destinada.

Aqui, nos limitaremos para aprofundamento desta investigação, o Estado do Ceará, que é um dos 26 Estados que compõe o território brasileiro, estando situado no nordeste do país, ocupando o lugar de 5º mais populoso, com quase nove milhões de habitantes.

O Estado cearense, segundo os dados do IBGE, na década de 2000, apresentava-se como 12º economia brasileira e a 3ª nordestina; os setores secundários (Indústria) e terciários (Serviços) auxiliavam o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado para que este tivesse um crescimento mais significativo que os índices nacionais (IBGE, 2018).

³³ IBGE. 2018. Desemprego dos formandos na área profissional. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-e-maior-entre-jovens-mulheres-e-trabalhadores-sem-ensino-superior.ghtml>. Acesso: 20 de jan, 2019.

Nos discursos políticos, no jornalismo, na literatura, nas artes plásticas, na poesia, nos versos cantados de improviso pelos violeiros nas feiras, na cinematografia, bem como em outros meios de comunicação, o Estado do Ceará é quase sempre marcado pela presença da seca e da pobreza, sobretudo em algumas cidades interioranas, destacadamente aquelas sertanejas.

A vida do nordestino, em destaque a do cearense, sua luta, anseios, problemas, dissabores e injustiças, podem ser vistos nos protestos ou nas denúncias das diversas formas de expressão que retratam o cotidiano dessa região. Esse espaço geopolítico é demarcado por profundas desigualdades sociais, resultantes de históricas desapropriações de riqueza em benefício de uma idiossincrática atrasada elite local.

Como registrou as pesquisas de Oliveira (1987), o caminho apontado pelo poder oligárquico do Nordeste sempre foi o do interesse imediato, em que uma pequena minoria se beneficia historicamente da precariedade cotidiana da maioria da população.

O discurso político para mudar a incômoda realidade social brasileira, particularmente a nordestina, não apresenta grandes modificações ao longo de sua história: às vezes até requintado na retórica, mas independentemente de seu refinamento linguístico, é concretamente contraditório quando se torna necessária sua efetivação. Quando direcionamos nosso olhar para o contexto cearense percebemos que as contradições locais apenas demonstram as peculiaridades do distorcido quadro de distribuição de riquezas em uma sociedade de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado no Censo de 2010, em termos de quantidade de pessoas vivendo sob condições de miséria, o Estado do Ceará fica atrás apenas dos Estados, também do Nordeste brasileiro, da Bahia (2,4 milhões) e do Maranhão (1,7 milhão). O Ceará possui por volta de 1,5 milhões de pessoas abaixo da linha da miséria, o que representa quase 18% de sua população e cerca de 9% de toda a extrema pobreza do país. Dos 184 municípios, apenas 20 deles apresentam condições satisfatórias de infraestrutura, economia aceitável e índices sociais relativamente favoráveis. Dez deles integram a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); a grande maioria, 164 municípios, detém baixos indicadores econômicos e sociais (IBGE, 2018).

O Censo Escolar de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)³⁴, ligado ao Ministério da Educação (MEC), divulgou recentemente uma fotografia da educação brasileira. A imagem retratada continua sendo a de um funil: o sistema escolar nacional tem quase o dobro de alunos nos anos iniciais do ensino fundamental, número bem maior em comparação com as matrículas no Ensino Médio (EM). De acordo com os dados coletados entre maio e agosto de 2013, o Brasil registrava 29.069.281 matrículas no ensino fundamental, cabendo à esfera pública 84,1%. O Instituto informa que, desse total, existem 15.764.926 estudantes matriculados nos anos iniciais.

Em relação ao Ensino Médio, registram-se 8.312.815 matrículas, segundo dados da SEDUC, ficando sob a responsabilidade das escolas públicas 87,2% desse montante. Entre outras conclusões sobre essas informações, infere-se que o ensino fundamental está praticamente universalizado, atendendo em torno de 98% do total de jovens em idade de cursar esse nível. A evasão escolar, a repetência e o baixo aproveitamento dos estudantes, entre outros aspectos, contudo, contribuem para que muitas crianças não concluam os nove anos obrigatórios do ensino fundamental.

Havia a necessidade, portanto, de se desenvolver uma política educacional que suprisse a demanda (e a discrepância) do desenvolvimento econômico que pairava no cenário estadual, mesmo que isso representasse se submeter aos ditames do mercado e seu processo de empregabilidade, através de, é necessário dizer, mão de obra mais barata, especialmente se a análise se ativer à região a qual o Estado está situado³⁵.

Mediante uma Resolução instituída pelo Conselho de Educação do Ceará de n.º 413 do ano de 2006, então, o Estado regulamentou a sua Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde esta, com o aporte da instituição das leis anteriormente citadas, desfiava a possibilidade de “proporcionar qualificação, habilitação e especialização de jovens e adultos, com as competências e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas, sociais e artístico-culturais”. (BRASIL, 2018, p. 2 - Resolução Conselho de Educação do Ceará n.º 413

³⁴ INEP. Matrículas do Ensino Médio. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 22 de Out, 2019.

³⁵ IBGE. Estatística das diferenças salariais de cada região. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24894-cempre-2017-pessoal-assalariado-com-nivel-superior-em-empresas-e-outras-organizacaoes-cresce-53-8-entre-2009-e-2017>. Acesso em 13 de jun, 2019.

de 18/04/2006), no entanto, faltavam incentivos monetários conjugados, entre os Governos Federais e Estaduais para o desenvolvimento e ampliação deste.

O incentivo necessário foi disponibilizado somente no ano de 2007 quando o Programa já descrito anteriormente, Brasil Profissionalizado, foi implantado. Através de cooperações do Governo Federal, onde foi oferecido apoio financeiro e técnico para construir, reformar, equipar, mobiliar e organizar o material didático-pedagógico das escolas das redes públicas estaduais, do Governo Estadual, fazendo a complementação de fundos e do financiamento de recursos junto ao Banco Mundial. (Brasil Profissionalizado, 2018)

Uma das exigências do Programa Brasil Profissionalizado era de se ter um Ensino Médio aliado ao Ensino Profissional, isto proporcionou ao Estado do Ceará a autorização de, além da junção dos Ensinos, a implantação de uma educação em tempo integral. No seu Regimento proferiu que

“(...) a organização em tempo integral é uma estratégia defendida por todos que querem que a Educação formal desenvolvida em estabelecimentos públicos consiga proporcionar aos filhos dos trabalhadores uma formação integral e que respeite seus potenciais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento.” (SEDUC, 2018)

Apoderando-se à legislação agora vigente, a Educação Profissional cearense que antes era estabelecida de forma acanhada, ora no sistema público mantido pelas instâncias federais e estaduais, ora pelo sistema privado, agora conquistava o aval da articulação entre o Ensino Médio e Educação Profissional em sistema de ensino integral. Neste cenário, então, são implantadas as 25 (vinte e cinco) primeiras Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará (EEEPs) no ano de 2008, alicerçadas pela Lei Estadual de n.º 14.273.

2.4 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do Estado do Ceará – A Gênese

Antes de adentrar a discussão sobre as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), precisamos alinhar os caminhos percorridos para a sua implantação. Importante aclarar a repercussão da Lei de nº 5.154/2004, citada anteriormente, que proporcionou, mesmo com todas as críticas a ela citada, a

possibilidade da modalidade integrada, concomitante e subsequente do Ensino Médio com a Educação Profissional.

Para exemplificar, no ano de 2018, continuando com os dados da SEDUC (2018), o Ceará contou com 716 escolas de ensino público com a oferta de Ensino Médio, dessas, 252 funcionam em tempo integral, sendo que, reiterando, 122 são de Ensino Profissionalizante e 130 do Ensino Médio Regular. A proposta futura, até o ano de 2020, é de que o Estado passe a ofertar, para todas as escolas voltadas ao Ensino Médio, educação de tempo integral.

No caso do alvo de nossa pesquisa, as primeiras 25 EEEPs implantadas ainda no ano de 2008 através da Lei 14.273, segundo a Secretaria de Educação do Ceará, contemplaram 20 municípios cearenses dos 184 que o compõe, abrangendo 4.181 estudantes e oferecendo, para este início, quatro cursos profissionais integrados aos três últimos anos da Educação Básica, tendo “como parâmetro o perfil sócio econômico dos municípios e o projeto de desenvolvimento do governo estadual.” Eis os primeiros cursos ofertados: Guia de Turismo, Enfermagem, Informática/Redes de Computadores e Segurança do Trabalho, estes baseados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. (SEDUC, 2008).

Para entendermos o crescimento das EEEPs no Estado e seus elementos de Escolas, Municípios, Cursos e Matrículas, a Secretaria de Educação do Ceará elucida a tabela 02:

Tabela 02: Desenvolvimento da Educação Profissional no Ceará

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ, DE 2008 A 2018				
ANO	ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO	MUNICÍPIOS	CURSOS	MATRÍCULA INICIAL (1º, 2º e 3º)
2008	25	20	4	4 181
2009	51	39	13	11 349
2010	59	42	18	17 481
2011	77	57	43	23 916
2012	92	71	51	29 885
2013	97	74	51	35 981
2014	106	82	53	40 897
2015	111	88	52	44 897
2016	115	90	53	48 089
2017	116	93	53	49 894
2018	119	95	52	52 571

Fonte: SEDUC (2018)

Tratando dos cursos ofertados, o gráfico 01, onde a figura mobilizada abaixo está contida no sítio da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC - 2018) mostra a evolução e o seu exponencial:

Gráfico 01: Evolução de Cursos Ofertados pelas EEEPs:



Figura transcrita do sítio da SEDUC (2018)³⁶

Ao fazer o estudo da realidade cearense, descobre-se, através de dados divulgados pela SEDUC que, no período de 10 anos que se deu a implantação das EEEPs, de 2008 até 2018, o número de municípios contemplados foi ampliado de 20 para 95; a expansão das escolas de 25 para o número de 122 e o crescimento de áreas de cursos ofertados foi de quatro categorias para 52. Deste estudo, também, faz ciência que em 2018, aproximadamente 12% dos alunos do Ensino Médio pertencem às Escolas de Educação Profissional, representando um número de 52.571 alunos. Importante salientar a quantidade de alunos formados ao longo destes anos, até o ano de 2017 foram 75.719 mil alunos, segundo dados da SEDUC.

³⁶ Salientando que a Figura 01 exposta não é de autoria da pesquisadora, estando esta abrigada no sítio da Secretaria de Educação do Ceará e pode ser conferida no seguinte endereço:
https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149

Em relação aos formandos desde a criação das EEEPs, explana-se a figura 02, também mobilizada para melhor explanação do sítio da Secretaria de Educação do Ceará (2018):

Gráfico 02: Evolução do número de formandos no decorrer dos 10 anos de implantação das EEEPs



Figura transcrita do sítio da SEDUC (2018) ³⁷

A formação ideológica das EEEPs, válido esclarecer, teve como fundamentação, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), onde após adaptação foi denominada de Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), dando início ao “primeiro Centro de Ensino em Tempo Integral, em virtude da necessidade de se considerar as especificidades da organização escolar no que se refere a seus atores, meios e finalidades próprias dos Centros de Ensino.” (Manual Operacional da TESE, p.6). Este modelo empresarial, TESE, adaptado à educação, tem como objetivo lograr êxito no desenvolvimento do educando de forma concatenada e prenunciada.

³⁷ Salientando que a Figura 02 exposta não é de autoria da pesquisadora, estando esta abrigada no sítio da Secretaria de Educação do Ceará e pode ser conferida no seguinte endereço:
https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149

Após a implantação deste 1º Centro de Ensino, tendo como base pedagógica o Manual de Gestão TESE/TEO, paulatinamente, foram implementadas, também, as ideias de Jacques Delors³⁸, coordenador da Comissão Internacional sobre Educação do século XXI, que em um relatório para UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), discorreu sobre a formação contínua na prática pedagógica de eixos ditos pedagógicos: “Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver, Aprender a Ser”.

Presente no Manual Operacional da TESE/TEO, cartilha esta contida no site da Secretaria de Educação do Ceará, os princípios de gestão deveriam romper (pre)conceitos educacionais a fim de formar uma nova cultura escolar baseado em Conceitos Fundamentais, que são: descentralização da gerência escolar na figura do Diretor, esta apoiada pela Disciplina, Respeito e Confiança; Delegação Planejada, onde requer autoconhecimento de si e de outrem para, sistematicamente formar novos líderes, ainda implantação do método de gestão PDCA³⁹, visando eficácia e confiabilidade no processo da dinâmica escolar e, finalmente, Níveis de Resultados, onde, assim como a mensuração de consolidação de empresas no mercado, seria da mesma forma no grau de sobrevivência, crescimento e sustentabilidade escolar. (Manual Modelo de Gestão Tese, 2018, p.12-13).

Segundo o Relatório de Gestão do Ceará (2015) entre os anos de 2008 a 2014, outra instrução importante foi o ordenamento de novas Diretrizes Curriculares para composição das EEEPs onde propõe para o seu currículo a interdisciplinaridade, (re)significar o conhecimento escolar, a capacidade em aprender e, ainda favorecer

“(...) experiências escolares, que se desdobram em torno do conhecimento, sendo apresentado como uma seleção de conhecimentos historicamente acumulados, considerados relevantes e pertinentes e que se expressam por meio de uma proposta pela qual se explicitam as intenções da formação; se concretizando por meio das práticas escolares realizadas, com vistas a dar materialidade a essa proposta, nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia”. (BRASIL, 2018).

³⁸ DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

³⁹ PDCA – Também chamada de Ciclo Deming, apresenta-se como uma ferramenta de Gestão de Qualidade normalmente utilizada no setor empresarial. Suas letras, do acrônimo em inglês: **P**lan, **D**o, **C**heck, **A**ct, buscando formar um ciclo de melhoria contínua em diversas atividades que estas são aplicadas. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosOrganizacao/4-etapas-do-pdca-melhoram-gestao-dos-processos-e-qualidade-do-produto,9083438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>

A proposta destas “novas” Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), estrutura sua configuração em: Base Nacional e Base Diversificada sendo que, no caso da construção das EEEPs, insere-se o currículo da Educação Profissional. As áreas de aprendizagem presentes na matriz curricular das EEEPs, onde contemplam em torno de 5.400 horas aula nos três anos estudados, subdividindo-se, então, em: Formação Geral, Formação Profissional e Parte Diversificada.

A primeira contempla as disciplinas da base comum ao Ensino Médio, que são: Linguagens e suas Tecnologias, com as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física e Artes; Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com as disciplinas de Química, Física e Biologia; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. A carga horária total nestes três anos de estudo para esta área é de 2.620 horas, com a ressalva de que “para cada curso há sempre uma ou duas disciplinas que, por apresentarem mais afinidade com as disciplinas técnicas, são disponibilizadas com maior carga horária.” (SEDUC, 2018, p. 3).

Os cursos oferecidos pelas 125 EEEPs espalhadas nos municípios cearenses são 52 ao todo, divididos em 12 eixos tecnológicos, isto baseado no Portal do Governo do Estado do Ceará. Elencando os eixos temos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer. Através da sua subdivisão podemos observar de acordo com a tabela 3 abaixo:

Tabela 03: Cursos oferecidos pelas EEEPs

EIXO TECNOLÓGICO	CURSOS TÉCNICOS
Ambiente Saúde	Enfermagem, Estética, Massoterapia, Meio Ambiente, Saúde Bucal, Nutrição e Dietética
Controle e processos industriais	Automação Industrial, Eletromecânica, Eletrotécnica, Manutenção Automotiva, Mecânica
Desenvolvimento educacional e social	Secretaria Escolar, Tradução e Interpretação de Libras, Instrução de Libras - Experimental
Gestão e negócios	Administração, Comércio, Contabilidade, Finanças, Logística, Secretariado, Transações Imobiliários
Informação e comunicação	Informática, Rede de Computadores

Infraestrutura	Agrimensura, Desenho de Construção Civil, Edificações, Portos
Produção Alimentícia	Agroindústria
Segurança	Segurança do Trabalho
Produção, Cultura e Designer	Designer de Interiores, Gestão Cultural – Experimental, Modelagem do Vestuário, Multimídia, Paisagismo, Produção de Áudio e vídeo, Produção de Moda, Regência
Produção Industrial	Biotecnologia, Fabricação Mecânica, Móveis, Têxtil, Petróleo e Gás, Têxtil, Vestuários
Recursos Naturais	Agricultura (Floricultura), Agronegócio, Agropecuária, Aquicultura, Floricultura, Mineração
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem

Fonte: SEDUC (2017)

Neste modelo escolar das EEEPs, o processo de seleção dos vinte e cinco Diretores no primeiro ano de implantação desta foi através de um procedimento simples, apenas recorrendo a um banco de dados onde continha os currículos de vários profissionais da educação. O Governo do Ceará fez uma parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação⁴⁰ (ICE) para que seus gestores fossem treinados, isto juntamente com a Secretaria de Educação, a fim de se enquadrarem ao modelo de gestão TESE/TEO.

A partir do ano de 2009, segundo a Diretora da EEEP analisada, a seleção foi mais rigorosa, com provas, entrevistas, avaliação psicológica comportamental, semanas de treinamentos pedagógicos, onde se debateu sobre Educação Profissional, além de exemplos desta modalidade em outros países. A partir deste citado ano, a Diretoria das escolas profissionais poderia ser ocupada por profissionais não necessariamente da área pedagógica e nem concursado. Ou seja, a própria Diretora tem como formação acadêmica o curso de História e assumiu em uma época que ainda não havia passado no concurso para professor do Estado, o que ocorreu somente no ano de 2012.

Ademais, há outras fases eliminatórias e classificatórias que consiste em provas de conhecimentos em Língua Portuguesa, Gestão Pública, Educação Profissional brasileira e Gestão na Educação, além de provas de títulos, dinâmicas

⁴⁰ Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) – entidade criada no ano de 2000, no Estado de Pernambuco, sem fins lucrativos que objetiva promover uma melhor qualidade na educação pública. Através de parceria com empresas privadas, o Instituto, a priori, surgiu para resgatar a instituição escolar oriunda do ano de 1855: Ginásio Pernambucano para depois ampliar seu raio de atuação. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/>

comportamentais com educadores e psicólogos da SEDUC e entrevista com psicólogos no intuito de justificar a passagem para a fase seguinte.

Esta última fase é formada por três eixos: Avaliação Psicológica-Comportamental, Curso de Fundamentação em Gestão Escolar e Entrevistas, esta última novamente com psicólogos, Coordenadores de Educação Profissional no Estado e com o Secretário Executivo Estadual.

Após o treinamento inicial dos Diretores das EEEPs, onde se promoveu a formação pedagógica, administrativa e filosófica destas, a preparação dos futuros Gestores, nomeados no decorrer dos anos, passou a ser através de um processo de multiplicadores de conhecimentos, onde os mais experientes Diretores treinam os que estão, paulatinamente, sendo inseridos, findando, então, a parceria com o ICE.

Para seleção dos professores, às EEEPs ofertam uma seleção pública para os docentes das grades de base comum nacional e áreas diversificadas, onde inclui análise de currículo e entrevista com a direção escolar. Esta seleção abrange tanto os professores concursados pelo Estado como os que podem vir a ser contratados por temporada, estes últimos embasados pela Lei Complementar Nº 22 do ano de 2000, onde, de acordo com a SEDUC, vale ressaltar, no ano de 2015 preenchia 63% das vagas.

Esta porcentagem expressiva de professores temporários é explicada pela obrigatoriedade da dedicação exclusiva à escola, de 40h semanais. Em outras redes de ensino há uma flexibilidade de turnos e horários. Após serem selecionados, há um treinamento ministrado pela direção da escola onde é tratado parâmetros da filosofia de gestão que a permeia.

Quando a contratação de professores é destinada à área técnica, a contratação é através de um Contrato de Gestão acordado entre SEDUC e Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC)⁴¹, onde, após uma prova didática específica de cada curso profissional, forma-se um arquivo com as particularidades de cada docente, no qual suprirá a carência de cada escola.

Segundo o sítio da Secretaria de Educação do Ceará, os critérios para inserção de jovens neste modelo escolar permeiam alguns parâmetros que envolvem a oferta de vagas de 80% das vagas para estudantes oriundos de escola

⁴¹ CENTEC – Centro de Ensino tecnológico, instituto sem fins lucrativos, criado no ano de 1999 pelo Governo do Estado do Ceará, cujo objetivo é desenvolver educação tecnológica nas escolas, favorecendo com isso a inclusão social e, assim, suprir a carência econômica estatal. Disponível em: <https://www.centec.org.br/>.

pública, restando os 20% para escolas privadas, residir na circunscrição da escola, análise das notas dos candidatos entre os anos 6º e 9º, ter idade mínima de 14 anos até a data base do censo escolar, que data a última quarta-feira do mês de maio, ressaltando também que, para àqueles que optarem pela área do Eixo Ambiente e Saúde, só poderão concorrer os com idade acima de 14 anos e seis meses, além de já ter concluído ou concluir o 9º ano até a data da matrícula.

Para os candidatos que não preencheram o perfil esperado no Edital de Seleção, estes poderão pleitear outro curso somente se este tiver vagas ociosas. Isto destoa de concepções da própria criação da Escola onde discorre sobre a feitura do curso de acordo com sua decisão e aptidão. A justificativa para isso, segundo Relatório de Gestão do Estado, ano 2008 a 2014, dá-se “pela ampliação da possibilidade de inserção dos jovens no mundo do trabalho, destacando àqueles de vulnerabilidade social, configurando a relevância individual e coletiva do processo educacional”. (Relatório de Gestão, 2008 a 2014, p. 5).

Segundo a Diretora da Escola estudada, no ano de 2018, foram candidatados 610 jovens para 180 vagas. Isto incluindo candidatos de escolas públicas e privadas. A Escola possui um banco de espera de 10 alunos das últimas escolas mencionadas por cada uma das quatro turmas. Importante ressaltar que esta concorrência acontece mesmo quando a cidade possui mais duas escolas de ensino integral, porém não profissionalizante.

Esta incessante procura, segundo a mesma Diretora, acontece porque os pais, responsáveis e os próprios alunos vêem nela um meio mais fácil de encontrar um trabalho através de um conhecimento técnico específico, o que não exclui o aluno ser preparado também para um ensino propedêutico.

Segundo a Diretora, “a escola profissional deve fornecer um direcionamento ao aluno, se ele quer ir logo desenvolver sua profissão técnica ou quer ir a uma Universidade. E eu acho que uma boa escola é aquela que dá essa escolha. Discordo completamente dessa história de que escola profissional existe para somente inserir alunos no mercado de trabalho, até porque o Estado vem ampliando as possibilidades de entrada na Universidade através de incentivos das cotas.” A gestora discorre que

“Apesar de saber que a educação não pode mudar o sistema como um todo, pois o sistema é devastador mesmo, principalmente para o jovem. Mas sempre penso: o que é que eu posso fazer pela vida desse jovem? Por exemplo, esta escola, no ano de 2018, colocou mais de 100 alunos da

Universidade. Se não fosse essa escola, se não fossem várias escolas como essa, onde é que esse jovem estaria? Como eles tendo acesso à Universidade, aos meios de informação, mesmo que não seja da grande mídia, você acaba mudando sua história de vida, você acaba dando a eles oportunidades.” (Entrevista com a Diretora da EEEP analisada, p.2)

Sobre a escolha dos cursos profissionais oferecidos, importante aclarar que, a Secretaria de Educação foi quem determinou quais formações seriam destinadas a cada região, variando as opções com a disponibilidade da infraestrutura da escola e recursos estatais disponibilizados, logo, percebe-se a partir disso, quão se torna dificultosa a mudança para uma formação diversa, afinal isto implicaria à implantação de outros laboratórios sendo que o Governo do Estado alega ineficiência de recursos financeiros para implantação destes.

Ficam, assim, disponíveis aos Diretores, somente àqueles cursos que independem de aparatos físicos externos, como os cursos de Humanidade, não os tecnológicos. Temos como exemplo o curso de Enfermagem cujo percentual de procura e empregabilidade são altos, no entanto, não se é possível sua presença em todas as instituições, mesmo quando as escolas requisitam.

Conclui-se com isso que, raras são as Escolas que tem a autonomia de disponibilizar um curso diverso da sua escolha, permanecendo, quase sempre, com os implantados desde a sua gênese, exceto se for de eixos que não necessitem recursos estatais ou aparelhagem. A EEEP estudada, oferta quatro cursos desde o seu início, que são: Técnico em Turismo, Enfermagem, Informática e Agroindústria⁴², compondo um acróstico TEIA das categorias ofertadas.

De acordo com o relato da Diretora da Escola estudada, Fábila Napoleão, os alunos que finalizam o curso profissional de Enfermagem conseguem, quase que instantaneamente, um emprego. No entanto, isto é uma exceção, pois não ocorre com as demais formações, preenchendo, assim, em torno de 20% a 23%.

Através da Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP) as EEEPs oferecem também projetos de cunho opcionais, não se enquadrando como conteúdo curricular obrigatório para os estudantes, como: e-Jovem, que incentiva a inclusão digital, o Projeto Círculo de Leitura em parceria com o Instituto Fernand Braudel de Economia, para incentivo, segundo o sítio da SEDUC, à leitura formando “entre os

⁴² Geralmente, entre os anos de 2011 a 2018, além dos quatro cursos destinados à escola, foram oferecidos para cada ano, outra formação profissional, que variou entre: Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Eventos e Técnico em Hospedagem.

próprios estudantes lideranças multiplicadoras”, o Projeto de Formação de Miniempresa, com foco nos alunos do 2º ano, o Projeto Escolas: uma parceria para o futuro, cujo intuito é o ensino da língua alemã.

As escolas tem ainda o Projeto Trabalho, Justiça e Cidadania, em parceria com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, o Projeto com.Domínio Digital, destinado, como cita a SEDUC, “ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho, formação cidadã e Tecnologia da Informação (TI) e, por último, baseado na experiência das escolas portuguesas, o Projeto Diretor de Turma⁴³.

A busca para se alcançar um padrão de excelência na infraestrutura de obras de construção ou reformas das EEEPs passou a ser denominada de “Padrão MEC”. Seria o atingimento de um nível maior de qualidade em relação àquelas que não faziam parte deste modelo. Este padrão tem, como o próprio nome supõe, uma configuração específica de metragem, ofertas de laboratórios e quadras poliesportivas, isto com qualidade de material, e mão de obra. Com dados da SEDUC, eis o avanço desta especificação mostrados na tabela 04 abaixo:

Tabela 04: Escolas Padrão MEC

ANO	QUANTIDADE EEEP	TIPO DE PRÉDIO	
		ADAPTADA	PADRÃO MEC
2008	25	25	0
2009	51	51	0
2010	59	59	0
2011	77	59	18
2012	92	59	33
2013	97	59	38
2014	106	58	48
2015	113	51	62
2016	115	51	64
2017	116	50	67
2018	119	42	77
2019	122	42	80

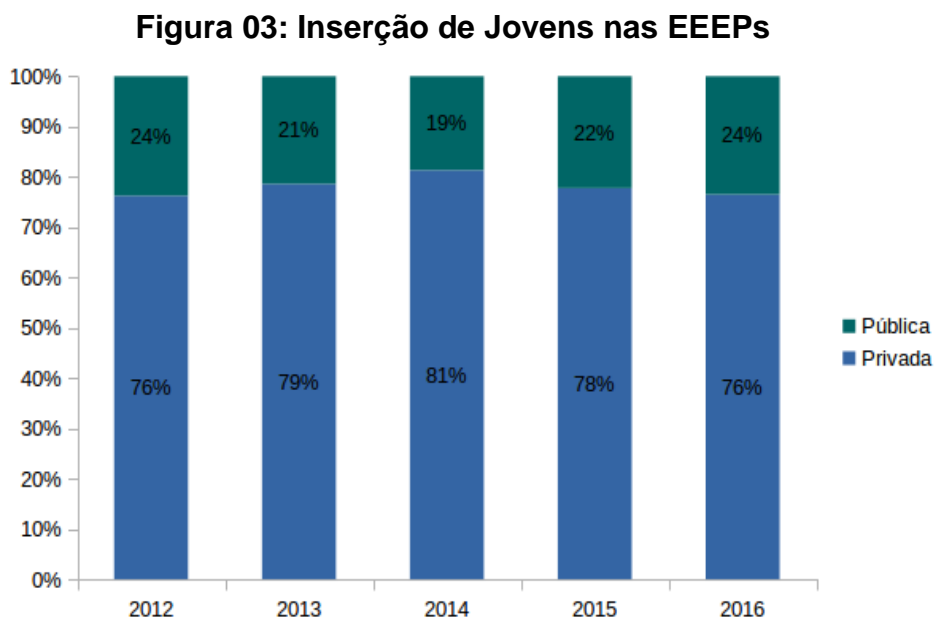
Fonte: SEDUC (2018)

⁴³ Projeto Diretor de Turma foi baseado em uma iniciativa ocorrida nas escolas portuguesas, e que, desde 2007, através de uma parceria da Secretaria de Educação aliada à Associação Nacional de Política e administração da Educação (ANPAE CE) foi implantada nas escolas públicas estaduais cearenses, tendo, no ano de 2008, iniciado no modelo de gestão das EEEPs. Segundo o PPP escolar da Escola eleita, o projeto consiste em uma “estrutura fincada na figura de um professor da turma que se responsabiliza pelo desenvolvimento integral do educando. Referido projeto tem buscado a aproximar os educadores familiares da escola. Para tanto, utiliza, principalmente as seguintes estratégias: Agenda de visita dos pais à escola em diversos ambientes e Fórum da Cidadania, que promove discussões acerca da melhoria da qualidade do ensino. Tais estratégias fortalecem também o combate à evasão/abandono.” (Documento - PPP Escolar, p.37)

A dualidade existente na oferta educacional do estado é latente. De um lado, uma escola destinada a uma classe abastada, com um currículo de bases definidas para fins de inserção em Universidades públicas, principalmente direcionados a cursos onde se, historicamente, detém a dita elite, esta mesma que angaria os maiores recursos financeiros.

Quando averigua o outro lado, uma escola pública, gratuita, obrigatória e universal, voltada para a classe de menor poder aquisitivo, onde se oferta, dentre outras duas possibilidades, o agregar de um ensino médio ao profissional-técnico, trabalhando com adolescentes de 15 a 17 anos com poucas possibilidades de se adentrar ao Ensino Superior em Universidades públicas, as reconhecidas também por terem melhor índice de qualidade.

Um exemplo disso é a estatística divulgada pela Secretaria de Educação do Ceará que divulga, em seus números, a inserção destes jovens oriundos das EEEPs em Universidades Públicas e Privadas entre os anos de 2012 e 2016. Observa-se a Figura abaixo mobilizada do sítio da SEDUC, que explicita a porcentagem de inserção de alunos neste modelo escolar:



Fonte: Figura transcrita do sítio da SEDUC (2018)⁴⁴

⁴⁴ Salientando que a Figura 03 exposta não é de autoria da pesquisadora, estando esta abrigada no sítio da Secretaria de Educação do Ceará e pode ser conferida no seguinte endereço: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149

Para complementar, dados divulgados pelo Instituto de Geografia e Estatística IBGE (2018) mostram que no ano de 2017 apenas 35,9% dos alunos de escola pública, contra 79,2 da escola privada, adentraram ao Ensino Superior. Isto respalda a preocupação da qualidade ofertada nas escolas públicas. Constata-se que, então, no que diz respeito às recorrentes reformas operadas no sistema educacional brasileiro, introduzidas através da LDB, nº 9.394 no ano de 1996, onde esta passa a influenciar modificações no Ensino Médio e suas categorias, e é o que abrange nosso objeto de estudo, citando também a Reforma do Ensino Médio recém aprovada que, como prova cabal, elas são ineficazes.

O que é relevante mencionar é que, inversamente aos índices de crescimento das EEEPs no Estado, os números das vagas de trabalho disponibilizadas ascendem em índices preocupantes, o que mostra uma incoerência neste contexto. E é também mais um paradoxo que a pesquisa percorreu.

2.4.1 O percurso da EEEP em estudo

A investigação, no seu deslindar, procurou perceber a amplitude e deficiências do Programa de Ensino Médio Integrado cearense através do Estudo de Caso de uma das 125 EEEPs do Estado tendo como suporte maior o seu Projeto Político Pedagógico. Através da pesquisa, analisamos os três eixos que compõe o seu percurso pedagógico.

Os alunos, nos três anos de estudo, têm acesso a componentes educacionais presentes na grade nacional de disciplinas obrigatórias destinada ao Ensino Médio regular, como: Língua Portuguesa, Educação Física e Artes; Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com as disciplinas de Química, Física e Biologia; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Como segundo eixo se tem a formação profissional, onde, através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído pelo Ministério da Educação através de uma das suas secretarias, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), estipula uma carga horária mínima para os seus conteúdos curriculares. Estes períodos variam de acordo com os cursos, e tem duração de 800, 1.000 e 1.200 horas aula.

Através da Resolução N° 413/2006 é definida, também, para o eixo supracitado, uma adição de carga horária para o estágio supervisionado, que é obrigatório. 50% de horas-aula são acrescidos aos cursos que contemplam a área de saúde, sendo de 25% para os demais.

Este percurso pedagógico é composto também, como 3º eixo, de uma parte diversificada onde engloba disciplinas, como: Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Empreendedorismo, Projetos Interdisciplinares, Horários de Estudo, Formação para a Cidadania, Língua Estrangeira Aplicada e, por último ainda, os conteúdos específicos dos cursos disponíveis no recinto: Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Informática, Técnico em Agroindústria e Técnico em Enfermagem.

Importante ressaltar que a parte diversificada tem como objetivo o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, sendo, segundo a Secretaria de Educação do Ceará⁴⁵ - SEDUC (2018), complemento dos dois outros eixos, pois com uma valorização das especificações de cada região, localidade, tem o intuito de possibilitar uma maior isonomia e importância do aprendizado.

Saviani (2009) discorre que esse processo de desenvolvimento de competências com total anuência do MEC apresenta em sua essência a filosofia neoliberal quando se rende as exigências mercadológicas além de ser

“(...) uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências e da qualidade total. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável.” (SAVIANI, 2009, p.45)

Ao investigar os eixos definidos pela Secretaria de Educação, percebemos que estes buscam se respaldar nas Diretrizes Curriculares Nacionais⁴⁶ (DCNs) para o Ensino Médio, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (LDB). Então, é através do Projeto Político Pedagógico escolar que buscaremos o entendimento deste bordado, pois segundo as DCNs, o PPP tem sido

⁴⁵ BRASIL. Educação Profissional no Brasil. 2018. Disponível em : <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>.

⁴⁶ BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais. 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/>

considerado um “documento de identidade comunitária e escolar e um valor indispensável para a apropriação do currículo e seu desenvolvimento”, onde se fundamenta em cinco princípios que norteiam o trabalho pedagógico (BRASIL, 2018).

Estes princípios se apresentam como: o primeiro sendo a Igualdade, onde se empenha em fornecer condições de acesso e permanência igualitária aos educandos. O segundo, Liberdade, em que a busca seria para não moldar, ou tolher, ideias e ideais. Esforçar-se em preservar a heterogeneidade de quem dele participa. O terceiro, Qualidade, pois a busca é em intentar promover a qualidade nas diversas nuances do aprendizado: social, cultural, matriz obrigatória curricular. O quarto princípio é a Gestão Democrática, onde tende a planejar a tomada de decisões a partir do aspecto coletivo. Por último, e não menos importante, a Valorização do Magistério, em que a luta da categoria docente seja cuidada, reconhecida, aperfeiçoada respeitosa e continuamente (VEIGA, 2010).

De acordo com a autora, o PPP, de uma escola, então, é o que a norteia, por isso é sua primeira ação fundamental, “ele aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente.” Daí a questão de haver a vinculação constante da Gestão Democrática em sua construção. Veiga acrescenta que

“Ao ser claramente delineado, discutido, assumido coletivamente, o projeto constitui-se como processo e, ao fazê-lo, reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, assumindo sua função de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico.” (VEIGA, 2010, p.3)

O PPP das Escolas públicas é teoricamente propalado como sendo democrático pela forma como apresenta sua feitura e campo de ação, propondo tirar da coadjuvância os atores que permeiam o ambiente escolar: alunos, professores, comunidade, a fim de terem mais participação, logo comprometimento. Importante relatar que nas escolas privadas o PPP é conduzido de forma mais fechada, inclusive já pré-orquestrado entre dirigentes, pois este se volta para o ensino propedêutico e não necessariamente com a missão de desenvolvimento do indivíduo.

Contudo, veremos no decorrer desta pesquisa que, por mais imprescindível seja a inserção do PPP nas escolas, estas mesmas são influenciadas diretamente pelo Plano de Desenvolvimento Educacional⁴⁷ (PDE). Enquanto o 1º se apresenta sob uma verve democrática, o segundo é nitidamente pautado em um viés economicista, com amplos financiamentos e controles de Organismos Internacionais.

⁴⁷ PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola. Segundo o sítio do MEC, o PDE Escola é um programa do MEC que dá suporte às instituições com baixo rendimento no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) orientando sua gestão e repassando recursos financeiros para aquelas que o aderirem.

Capítulo 3 – O Projeto Pedagógico da EEEP

3.1 Escola Estadual de Ensino Profissional do Ceará: Utopia?

A decisão de se fazer uma pesquisa que buscasse desvendar os meandros da Educação Profissional no Brasil, originando há 10 anos um dito modelo pioneiro de Escolas que trabalham em um sistema integrado de Ensino Médio e Educação Profissional e, perpassando por elas, pousam eixos curriculares diversos onde evocam a construção de um indivíduo em sua inteireza foi uma catarse enquanto pesquisadora, trabalhadora, educadora, brasileira.

Os entraves na educação do Brasil, a desvalorização da sua classe docente, o desemprego crescente, avassalador, os prognósticos aventados pelo atual governo são preocupantes. No entanto, vozes de muitos educadores ecoam esperança, trabalho responsável, disciplina. No entanto, a fala da Diretora retrata que

“(...) fazer apesar de tudo que me faz pensar em desistir. Apesar de saber que a educação não pode mudar o sistema, pois ele é devastador, mesmo, ou principalmente para o jovem. Mas o que eu, como educadora e ser humano, puder fazer pela vida desse jovem, e eu acho que a gente pode fazer muito, eu farei. Eu sei que há muitas críticas em relação à Educação Profissional mas, por exemplo, hoje a nossa escola coloca mais de 100 alunos na Universidade Pública. Se não fosse essa escola, se não fossem várias escolas como esta, onde é que esse jovem estaria? Sem Educação formal, logo sem ter acesso à Universidade. Como você tem acesso à Universidade, aos meios de informação, mesmo que não seja grande mídia, você acaba mudando sua história de vida, você acaba tendo mais oportunidades. Precisamos enxergar também o lado positivo das escolas profissionais. A Escola Profissional não deve ser um fim, mas um meio de formação e transformação deste aluno.” (Entrevista com a Diretora da Escola analisada, p.5)

A transcrição da fala da Diretora, além das estatísticas nacionais que corroboram com ela, onde, recentemente, contemplaram à escola pesquisada neste estudo como uma das 100 melhores de Ensino Médio Integrado ao Profissional do país faz-nos pensar que, talvez, sim, aquela inquietação explanada no início desta pesquisa, em que a máxima “fazer, apesar de quê” seja um resquício de possibilidade de um câmbio no destino pré-concebido de jovens brasileiros, especialmente, para esta pesquisa, os cearenses.

Para compor, então, este caleidoscópio de informações, analisaremos o Projeto Político Pedagógico da escola supracitada, escolhida para reverberar tal pesquisa. Situada no interior do Ceará, na região Nordeste do Brasil e que tem a EEEP como modelo de gestão escolar, teve sua implantação a partir da reinauguração do espaço físico que, desde o ano de 2005, abrigava um dos muitos Liceus espalhados pelo governo cearense. Seu (re)início, portanto, foi oficializada em 9 de março de 2009.

A EEEP escolhida passou a compor, assim, uma das cinquenta e uma escolas nestes moldes a ser inaugurada no Estado desde a sua gênese. Esta herdou o título da instituição anterior, visto que tal denominação homenageia um influente empresário cearense nascido nesta urbe.

De acordo com o Anuário do Ceará (2019) a cidade que a abriga, mesmo com todos os imbróglis que a circundam, possui características de cidade em desenvolvimento, fazendo com que, na pesquisa, sejam entendidos os porquês da escolha (ou imposição) dos tipos dos cursos designados pelo Estado à escola, bem como a absorção (ou não) no mercado de trabalho da região dos que nela estudaram.

A implantação da EEEP foi justificada no município pelo, além de posse das leis reinantes estaduais disponíveis, argumento da necessidade de escolas de profissionalização na região metropolitana, pois a cidade situa-se a 65 km de distância da capital do Estado do Ceará, Fortaleza⁴⁸, o que dificultaria, com isso, pelo longo trajeto diário, a opção por estudar em tal modelo de educação.

O município, fundado no ano de 1833, detentor de uma área de 835 km², segundo dados estimados pelo IBGE para o ano de 2019, possui cerca de 70 mil habitantes, sendo então, a 19^o cidade mais populosa do Estado cearense, das 184 que o formam. Ressaltamos também que ela está entre uma das oito cidades com maior renda per *capita* estadual, o que se constata, após comparativos futuros, a pobreza instaurada nesta região.

Ao analisarmos seus dados de trabalho e rendimento, percebe-se quão carente é o município. Continuando com a análise através dos dados do IBGE, no ano de 2017, havia uma porcentagem de, somente, 11,7% da população com emprego formal, sendo a média salarial em torno de 1,6 salários mínimos e quase a

⁴⁸ A cidade é uma das 19 cidades que compõem a região metropolitana de Fortaleza.

metade da população recebendo a metade de um salário mínimo. Observa-se a tabela 05 abaixo para melhor compreensão:

Tabela 05: Dados de Trabalho e Rendimento

Município Onde abriga a EEEP estudada		Comparação da cidade estudada com os demais municípios do Estado do Ceará (Sendo um total de 184 municípios)	Comparação da cidade estudada com os municípios brasileiros. (Sendo um total de 5.570 municípios)
População com ocupação salarial.	11,7% total da população cascavelense.	No ranking a cidade fica em 37º de 184 presentes no Estado.	No ranking a cidade fica em 2913º de 5570 presentes no país.
Percentual da população com rendimento mensal de até ½ salário mínimo.	48,1% da população ativa.	No ranking a cidade fica em 161º das 184 presentes no Estado.	No ranking a cidade fica em 1721º de 5570 presentes no país.
Dados da Cidade estudada: - População Estimada para 2019: 71.000 pessoas - População do último censo de 2010: 66.142 pessoas - Densidade Demográfica: 78,99 hab./km ² - Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2017): 1,6 salários mínimos. - Valor do salário mínimo no ano de 2017: R\$937,00 ou, aproximadamente, 250 euros em valores atuais.			

Fonte: IBGE (2019)

Isso mostra que mesmo com uma cidade em desenvolvimento, dispondo, além de comércio, serviços e indústria em crescimento, sem olvidar do seu intenso fluxo turístico com o intuito de usufruir de sua planície litorânea através de suas praias paradisíacas, ainda muito padece, segundo o Anuário do Ceará, dados de 2018, de quase 15% de sua população (sobre)vivendo do auxílio governamental, Bolsa Família⁴⁹.

Em relação às condições de vida do morador desta cidade, continuando com dados do Anuário (2019) agora do ano de 2017, apenas 37.955 habitantes

⁴⁹ Bolsa Família – Programa Assistencial do Governo Federal que visa atender famílias de situação de pobreza (renda mensal de R\$89,00 a R\$178,00 por pessoa, entre 18 a 36 euros) ou extrema pobreza (renda mensal de até R\$89,00, em torno de 18 Euros por pessoa) com o intuito de alavancar a situação vulnerável da qual se encontram. Atualmente o Programa presta assistência a 13,9 milhões de famílias. <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

possuíam o serviço de água e somente 1.645 o serviço de esgoto, ambos na área urbana. Em relação à acessibilidade digital não mais que 3.000 pontos de internet estão presentes no município. Sobre a sua taxa de mortalidade, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará divulgou um índice de 10,1% para cada cem nascimentos.

Segundo a SEDEC (2018) o sistema educacional da cidade em questão é composto, com dados de 2018, de 3.748 matrículas de Educação Infantil, 9.647 de Ensino Fundamental, 3.097 de Ensino Médio. Há também uma faculdade privada, ofertando cursos de Pedagogia, Serviço Social, Ciências Contábeis, Administração e Educação Física. Corroborando com tais dados, a Diretora da EEEP analisada discorre que

“Não é só pela escola profissional a responsável por tal evolução. Quando eu cheguei em 2009 para assumir a Escola, aqui saía da cidade um (1) ônibus para Universidade hoje está em 23 ônibus. Isto não é fruto só da política de educação profissional, é fruto também da política de ampliação de vagas nas Universidades, de mais Universidades Federais que foram criadas, ampliando muito a oportunidade de entrada Hoje a política da SEDUC é essa, de incentivo. Creio que o Ceará é o único estado brasileiro que faz com que 100% das escolas se mobilizassem para que 100% dos seus alunos do terceiro ano do Ensino Médio se inscrevessem no Enem. Então, assim, só isso já é uma demonstração de uma vontade de fazer com que esse jovem tenha apoio e acredite no seu potencial.” (Entrevista com a Diretora da Escola pesquisada, p.2)

No que tange a política municipal, a prefeita e seu vice foram cassados e proibidos de elegibilidade por oito anos, isto se deu através de inúmeras denúncias de abuso de poder político nas eleições de 2016. Segundo o sítio do periódico estadual, Diário do Nordeste, entre os tantos fatores que causaram a cassação dos gestores “estão a contratação excessiva de servidores temporários e fraudulenta de estagiários, utilização de veículos do transporte escolar na campanha eleitoral e repasse irregular de verbas para associações.” (Periódico Diário do Nordeste, 2018).

Observa-se, através dos gráficos, além dos dados já mencionados, o quanto é preciso aprimorar os índices de qualidade do Ensino Público no Brasil a fim de resvalar no município estudado. Quando buscamos dados, oriundos do Instituto de Pesquisa do Ceará (IPECE), nos detemos com a irrisória renda *per capita* familiar cascavelense, de R\$ 260 reais (cerca de 60 euros), isto redundando em uma porcentagem de quase 40% da população considerada extremamente pobre.

Desta feita, a concorrência para inserção à EEEP da cidade é acirrada. As famílias dos candidatos veem nela, além de profissionais treinados e comprometidos à causa, uma melhor estrutura física escolar, com instalações que dificilmente encontra-se nas redondezas, bem como a possibilidade de um ensino profissional com a possibilidade de encontrar um emprego condizente com maior facilidade, ou de uma, talvez, entrada em uma Universidade. Outro fator de extrema relevância é a oferta de três refeições diárias nos dias letivos, o que minimiza, por demais, os gastos familiares.

A implantação da Escola neste município, portanto, segundo o próprio Documento Escolar – PPP, deu-se a partir da necessidade societal, lugar onde “são vivenciadas as grandes contradições econômicas, políticas e ideológicas que servem como base para mudanças sociais.” (SEDUC, 2018). A comprovação dos dados obtidos divulgada pelos órgãos competentes e reiteradas nesta pesquisa fez com que a EEEP se compromettesse a rotineiramente promover ações de reflexão, através das regras estipuladas pelo mercado de trabalho, fazendo para que isso aconteça, uma gestão democrática mediante o processo de escuta da comunidade que a cerca, “instigando a participação de todos, efetivando o compromisso com a eficiência, a eficácia e a qualidade de seu trabalho.” (SEDUC, 2018)

3.2 O Projeto Político Pedagógico e seus Meandros

O Projeto Político Pedagógico de uma escola consiste em uma construção coletiva onde deve se fazer uma análise constante de tais indagações: que pessoas queremos formar e em qual sociedade estes devem se desenvolver? Qual escola desejamos edificar, o que dela podemos modificar e que funções educativas podemos priorizar? Que tipo de avaliação precisamos discutir? Qual o tipo de gestão que está sendo utilizada e como isso se entende como relação de poder?

Mediante os procedimentos de construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola, busca-se, através de análise mínima do espaço estrutural e pedagógico que a circunda, reconhecimentos dos atores e autores do processo, sejam principais ou coadjuvantes, pautas de estudiosos que se debruçam sobre o assunto e, ainda, a legislação que melhor embasará esta feitura. Isto fará com que

as muitas indagações que surgirão em todo o decorrer do processo sejam solucionadas. Inquisições, estas, importantes, digamos melhor, fundamentais em sua elaboração, bem como a execução, avaliação e reformulação, se assim fizer necessário.

Essas indagações que nortearão o PPP escolar deverão perpassar por qual sociedade, logo, comunidade, vive-se e quer (ou não) viver? Quais os sujeitos, seus saberes (ou a ausência deles) se quer deslindar? Quais processos educacionais e seus métodos de avaliação e aprendizado se busca construir? E, principalmente, que Escola se almeja, para quê, por quê?

As concepções do PPP, pelo menos teoricamente, deverão se dirigir, portanto, a sistematizar uma escola emancipadora, com transformações significativas, fazendo, com isso, reverberar em uma sociedade mais justa e crítica, com cidadãos participativos, responsáveis e criativos. Para isso, há a necessidade de um diagnóstico prévio.

Esse termo “diagnóstico”, segundo Gandin (1994), não se entende necessariamente apenas por descrever a realidade escolar, delimitando, assim, seus problemas, mas se inteirar de sua realidade a fim de potencializar seus pontos fortes e exterminar, ou pelo menos, minimizar os seus pontos menos fortes. A partir deste pressuposto, a construção do PPP torna-se mais elucidativa, com seus objetivos mais transparentes, percebendo o que se é necessário e o que pode ser executado.

Ao buscar a definição do que significa o Projeto Político Pedagógico não apenas na ação do seu proceder, mas também em sua significação morfológica, percebe-se que: “Projeto”, nos remete ao planejamento, uma organização e antecipação de ações, etapas, decisões práticas a serem desenvolvidas no coletivo, além da redescoberta de valores e atitudes que são perpassadas em todo o processo. (DCNEB, apud BRASIL/MEC, 2013).

No aspecto “Político”, corresponde ao propósito legislativo, aqui embasado, principalmente pela Constituição Federal Brasileira e a Leis de Diretrizes e Bases, logo o viés social, das relações humanas, ao entendimento da comunidade (e o mundo nas suas relações sociais) que circundam os alunos, assim como o vislumbamento da repercussão destas ações no futuro no espaço em que vivem, isto é corroborado por Saviani quando diz que, “a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 2002, p.93).

E, finalmente, “Pedagógico” onde traz a significação do processo de aprendizagem, cognição, discernimento, criticidade, bem como o compromisso e a responsabilidade pelas aprendizagens e seu desenvolvimento integral, fazendo com que professor e alunos saibam que a postura deles é dialógica. Aberta, curiosa, indagadora e não apassivada.” (FREIRE, 1997, p.96)

Segundo o próprio Documento Escolar, a concepção do PPP há de ser coletiva, entre pais de alunos, gestores, professores, alunos, funcionários com o intuito de haver uma gestão democrática, cuidadosa, responsável onde abrangerá as dimensões escolares nas suas perspectivas administrativas, financeiras e pedagógicas, “visando caminhos que possam favorecer as transformações do meio social, na busca da construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.” (Documento da Escola – PPP, 2019, p.7)

A possibilidade de se estudar o PPP escolar, ademais, nos embasa para fazermos avaliações de como o ensino profissional se posiciona no cenário brasileiro, já que esse se propaga como um documento norteador com o objetivo de margear “princípios fundamentais e necessários para sua ação educativa, buscando, desse modo, atender seu público-alvo com equidade e qualidade de ensino” (Documento da Escola – PPP, 2019, p.4).

Fundamental, portanto, se definir um marco referencial para a sua construção. É a partir dele que a escola vai se abalizar de referências teórico-pedagógicas, filosófico, político com o intuito de orientar as práticas educativas escolares. Este ponto de partida permite, também, a análise da viabilidade de projetos pensados e instituídos para a comunidade escolar, parametrizando com a realidade local, bem como tudo que a cerca, direta e indiretamente.

Gandin (1994), ao discorrer sobre ser fundamental a discussão do “marco referencial” do PPP escolar, subdividiu este em três eixos, que são: marco situacional, onde se analisa a escola inserida em um contexto de tempo, bem como, a influência histórica, filosóficas de vieses que abrangem dimensões mundiais, mas, especialmente, a cultura que circunda a comunidade que lhe acolhe.

O segundo eixo é o “marco doutrinal”, que se entende pela representação da base teórica que abaliza o PPP, através de uma fundamentação teórica, social e política. Por último, o “marco operativo”, onde este se volta a um questionamento de qual seria a escola que almejamos ter, enfatizando a importância de “atores e

autores” desta construção, tudo isso com conhecimento e respeito em um âmbito local.

As escolas, a vista disso, através do seu Projeto Escolar, segundo Veiga (2010), buscam instrumentos para desenvolver recursos que permitam a todos os atores que dela fazem parte a evolução necessária para um pleno desenvolvimento cognitivo, social, além de ser

“Um trabalho pedagógico que desvele conflitos e as contradições, busque eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. Ao dar uma nova identidade à escola, o projeto político-pedagógico deve contemplar a questão da qualidade de ensino, o que significa enfrentar o desafio da inovação, tanto na organização do trabalho pedagógico quanto na gestão exercida pelos interessados, o que implica repensar a estrutura de poder na escola.” (VEIGA, 2010, p.9)

Corroborando com tais desígnios, importante salientar, encontram-se nos Princípios delimitados no PPP da Escola estudada. Estes buscam pautar sua identidade na formação de jovens cidadãos, que compreendam o exercício da cidadania como algo que se faça de forma solidária e responsável. Além disso, um de seus objetivos é preparar os alunos para os desafios da vida com a consciência de que estão inseridos na sociedade na condição de agentes de transformação. Nesse contexto proposto aos alunos, também deve ser inserido a família, pois esta tem papel fundamental, já que é o primeiro núcleo social do estudante.

A adequada elaboração e execução do PPP, portanto, é de suma importância. A rigidez hierárquica, atitudes individualistas, a busca somente por resultados, a fragmentação em de participações e criações, exclusão de pessoas ou grupo na sua construção são atitudes que não podem estar presentes neste processo. Ou seja, o Projeto Político Pedagógico é um documento escolar que tem como objetivo estabelecer um direcionamento para suas ações e intencionalidades nas atividades promovidas pela instituição, fazendo, desta forma, com que elementos da educação formal não se dissociem das educações social e política. E isso será conseguido coletivamente.

Por isso, segundo Veiga (1998), o processo de edificação do PPP é pautado em três ações distintas, porém que se complementam: Ato Situacional, descrevendo a realidade escolar; Ato Conceitual, que é arraigado à formação do

espaço que as pessoas que compunham a comunidade escolar e aonde se quer chegar com seu (auto)desenvolvimento e, Ato Operacional, que como o nome denuncia, é a operacionalização das ações planejadas e a resposta destas no processo.

No entanto, mesmo com todos os méritos dados ao Projeto Político Pedagógico escolar, sabemos que, o Estado cearense padece de uma subjugação das propostas político-ideológicas instituídas pelas agências internacionais, especialmente o Banco Mundial. Para isso, funcionando em paralelo ao PPP, há nas escolas também o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE - ESCOLA)⁵⁰.

Diferente do primeiro, este último se desenvolveu como a principal ferramenta para gerenciamento de uma instituição escolar, atrelando eficiência e eficácia a sua atuação, seja nos índices de avaliação nacional, IDEB, seja na instauração de uma estrutura padronizada, cultuada através de manuais. Além disso, é perceptível a divisão hierárquica proposta à comunidade escolar, fazendo disso uma autonomia decretada, não construída por grupos que a compõem.

O PDE Escola age com o intuito de, segundo o sítio do MEC, promover melhorias da gestão da escola pública e na sua qualidade de ensino, fundamentando-se, para isso, nas teorias administrativas. Seus propósitos também contemplam a descentralização dos recursos financeiros bem como o seu repasse. Então, válido observar que, baseado no acima exposto, muitos dos objetivos do PPP e do PDE – Escola não se congregam, fazendo com que um seja preterido em relação ao outro, de acordo com a conveniência.

Segundo Veiga (2010), a proposta do PDE Escola traz perceptíveis diferenças político-pedagógicas em relação ao PPP por alinhar nuances empresariais ao seu processo de ação, promovendo todo o resultado educativo em “qualidade total” trazida por teorias tayloristas. Assim, continua a autora, o pensamento se torna preterido à ação e os pensadores de cunho pedagógico separados daqueles que discorrem sobre gestão empresarial.

Faz-se necessário, todavia, a junção de ações e, para isto, há a necessidade do engajamento de todos os que da escola fazem parte, direta ou

⁵⁰ Plano de Desenvolvimento da Escola- PDE Escola (a priori possuía o nome somente de PDE). Foi concebido a partir de um empréstimo contraído do Banco Mundial pelo Governo brasileiro no ano de 1998 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Visava, nos seus primórdios, atender às escolas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que continham os menores Índices de Desenvolvimento Humano.

indiretamente, sensibilidade em entender a dinâmica escolar, alinhamento com os pensadores que promovem tais teorias, pois somente assim, utilizando-se de ambos os documentos, há chances de prosperidade neste percurso educacional.

3.3 A EEEP estudada – Histórias significativas sobre compromisso

A Escola que escolhemos para a nossa pesquisa é a já mencionada: Escola Estadual de Educação Profissional, que teve sua gênese em 2009, iniciou, a priori com 180 alunos, possuindo hoje 520 discentes cursando o Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional, sendo divididos entre 12 turmas de 1º, 2º e 3º anos.

Sua edificação, construída em uma área de 3.100 metros quadrados, foi pensada, a priori, isto quando abrigava o Liceu da região, para atender, pelo menos, 1.800 discentes, tendo, no entanto, sido modificado parte do seu projeto arquitetônico após a decisão de implantação da EEEP. Segundo o sítio da escola abrigado na internet⁵¹, sua estrutura física, hoje, conta com

“12 salas de aula, sala de direção, sala de Diretor de Turma, sala de coordenação, sala dos professores, sala de multimeios, cozinha, cantina, praça de alimentação, dois laboratórios de informática, laboratório de Biologia, laboratório de Física, laboratório de Química, dois almoxarifados, quatro banheiros para alunos, dois banheiros para professores, dois vestiários para banhos, quadra poliesportiva, auditório para 150 pessoas, um laboratório de Hardware, laboratório de Enfermagem, sala de vídeo, sala do Grêmio Estudantil, sala de Educação Física, ateliê de Artes e pátios internos e externos.” (Documento da Escola – PPP, 2019, p.15)

Mesmo assim, a instituição ainda não se enquadra no programa de edificações citadas anteriormente, denominadas de “Padrão MEC”. Estas, por serem padronizadas pelo Ministério da Educação, são enriquecidas de uma melhor e mais moderna estrutura, contando com: Arena de Teatro, salas mais amplas, locais para instalações de mais laboratórios, quadras poliesportivas.

Para ingressar na EEEP, padrão proposto também nas demais escolas que oferecem tal especificação, há de se cumprir os critérios de inserção citados anteriormente, acrescentando que, segundo a LDB, a instituição deve oferecer a inserção “somente a quem tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso

⁵¹ EEEP. Escola Estadual de Educação Profissional. 2019. Disponível em: <http://eeepedsonqueiroz.blogspot.com/>.

planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno”, nos horários compreendidos entre 7h30minh às 17h10minh, das segundas às sextas-feiras. (BRASIL, 2018).

A carga horária total para o ano letivo é de 1800 horas/aula, sendo de 50 minutos cada aula, onde será, obrigatoriamente, oferecido no mínimo 200 dias da aula no decorrer do ano. Os alunos, no triênio estudado, importante ressaltar, têm acesso a diversos componentes educacionais: a grade de disciplinas do currículo nacional, sendo de caráter obrigatório, destinada ao Ensino Médio regular, além da parte diversificada onde envolve o desenvolvimento de competências e ainda os conteúdos específicos dos cursos profissionais disponíveis no recinto: Técnico em Guia de Turismo, Informática, Agroindústria e Enfermagem.

Indubitavelmente, houve a certificação, de que todos os itens propostos pelo Conselho Estadual de Educação⁵² estariam contidos nas 45 páginas do Documento Escolar mais significativo, que é o seu Projeto Político Pedagógico, pois acredita a Direção, que é através deste que se singularizam ações após a reflexão das finalidades da instituição. Para construção do PPP, procura-se ainda cumprir e manter todos os elementos do arcabouço pedagógico nacional, seja pela legislação já citada, pelas teorias autorais nacionais e internacionais, ou pela vivência escolar e comunitária.

Será reproduzido, outrossim, com riquezas de detalhes, após esmiuçar o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual, os elementos político-pedagógicos neles contidos que consideramos mais relevantes, além deles, analisar-se-á os dados disponibilizados na página da internet hospedada da Escola, bem como nas informações contidas sobre esta nos sítios do MEC e Secretaria de Educação do Ceará.

A estrutura do PPP de Escola Estadual de Educação Profissional dispõe das seguintes etapas: Introdução, Processo de Progressão Avaliativo, Organização da Gestão Escolar e papel nas instâncias colegiadas, Funções dos profissionais que

⁵² Conselho Nacional de Educação – CNE. Órgão técnico e consultivo educacional cearense com o intuito de planejar, bem como solucionar questões relativas à educação e a cultura estatal. Os passos sugeridos pelo CNE para construção do PPP são: Diagnóstico, Justificativa, Referencial Teórico, Definição da Proposta Curricular, Definição de Objetivos e Metas, Organização e Desenvolvimento Curricular, Definição de Estratégias de Gestão Escolar e Processo de Avaliação. <https://www.cee.ce.gov.br/institucional/historico/>

compõem a escola (Diretoria, Coordenação, Secretaria Escolar e seus auxiliares, Coordenador de Multimeios, Assessores financeiros, Docentes, Diretores de Turma, Auxiliares de Serviços Gerais – Limpeza e Segurança), Ações a serem executadas no exercício do ano letivo, Papel da Comunidade Escolar, Descrição dos Espaços Educativos, Desenvolvimento Pedagógico do PPP, Passo a Passo do Estágio Supervisionado, Objetivos da Proposta Pedagógica, Resultados conquistados pela EEEP cascavelense, Diretrizes Gerais da Docência Escolar e Organograma.

Assim, mais que um ambiente de produção de conhecimento, a Instituição, segundo o documento escolar, procura em seus meandros favorecer a eminência de um lugar de elaboração de ideias e expressões da realidade, sempre tendo como escopo final o desenvolvimento da cidadania solidária. Nesse contexto, a Escola se pauta na visão de atingir com excelência a formação plena do Educando numa visão humanística, propiciando a construção de um ser social sujeito de sua história. Tendo a Missão de ser referência na formação de jovens, na vida acadêmica e no mundo do trabalho. Com os Valores de Qualidade, Ética, Cidadania, Eficiência, Equidade, Solidariedade, Transparência, Justiça.

Os procedimentos de formulação do PPP da Escola, segundo o documento escolar, buscam um caráter emancipatório, autônomo, com identidade própria, mas, especialmente, democrático. A participação de todos da comunidade escolar, onde envolvem pais, alunos, professores, gestores, não somente nas eleições para direção da escola, como também no Planejamento Participativo, incluindo elaboração de ações, de formas de execução e a avaliação de âmbito global. Isto se torna precioso, pois segundo Saviani

“O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária.” (SAVIANI apud VEIGA, 1995, p.93)

Segundo o PPP Escolar estudado, com o intuito de alcançar os objetivos pedagógicos traçados para os seus discentes, este tem como premissas as práticas escolares que devem ser semanalmente planejadas baseadas no Plano Anual outrora construído pela comunidade escolar, este último espelhado do currículo programado para ser seguido nacionalmente.

3.3.1 A realidade do público alvo da EEEP

Por entender que a escola tem um papel importante na construção de uma sociedade mais igualitária, a implantação da EEEP se efetivou pela necessidade latente da comunidade. Segundo o PPP Escolar, por a situação econômica de o município estar localizado em uma região carente, onde a maioria das famílias dos alunos da instituição depende dos projetos sociais do Governo Federal, esta se apresenta como uma saída para tal situação.

Os índices captados pela Escola indicam que 60% das famílias possuem domicílio próprio, estes ganhando, em média, um salário mínimo, R\$998,00. Poucos superam esta realidade, sendo que 10% vivem exclusivamente da ajuda dos Programas Sociais, não ultrapassando R\$400 reais mensais. Corroborando com isso, trazemos um trecho da entrevista concedida pelo Diretor de outra EEEP que se localiza distante 20 km da cidade que abriga a Escola que temos como foco. Diz ele que: “a realidade econômica da região é bem difícil de lidar, porque nós temos muitas famílias de alunos que passam fome. Eles dão mais valor ainda à escola, pois lá não se passa fome com a oferta das três refeições, mas a família passa. Nós temos muito que lamentar com esta realidade.” (Entrevista 2. Diretor da EEEP, p.4)

3.3.2 Construção do Trabalho Pedagógico

Para construção do PPP, é promovida a Semana Pedagógica que ocorre na última semana do mês de janeiro de cada ano, antes de começarem às aulas. Nesta semana, um grande diferencial é além da presença de todo o corpo pedagógico-administrativo escolar, a presença de dois alunos de cada sala de aula, totalizando vinte e quatro alunos, além dos integrantes do Grêmio Estudantil. O interessante é de que estes jovens participem ativamente, discutindo e compreendendo as normas e regras escolares e sugerindo modificações.

A discussão não se atém somente ao ano vindouro, como também o ano que passou, fazendo a avaliação junto dos professores, coordenadores, pessoal do administrativo os fatos positivos e não tão positivos que se deram no decorrer do ano anterior.

Ao findar a Semana pedagógica, os professores iniciam o plano de curso mensal de suas respectivas disciplinas, enquanto a Diretora permanece com os

alunos a fim de planejar os dois primeiros dias de aula. São estes mesmos jovens que fazem a recepção dos 180 alunos novatos. Estes dois dias de capacitação ministrada pelos alunos para os que estão adentrando à escola tem como intuito repassar combinados, regras de convivência, além de trabalhar vivências.

Pelo menos treze horas da carga horária semanal de cada professor são dedicadas ao planejamento coletivo – que é feito por área de conhecimento – e ao planejamento individual, além de etapas de formação e estudo. A gestão escolar, por sua vez, tem encontro semanal às segundas-feiras para avaliação e planejamento de suas ações.

Com o objetivo de construir um plano curricular dinâmico, crítico e participativo, os conteúdos de cada disciplina são organizados pelos docentes de acordo com a série em planos anuais que são detalhados semanalmente nos planos de aulas diários que, uma vez entregues à Equipe Pedagógica, serão disponibilizados aos próprios estudantes e aos pais destes através de uma página disponível virtualmente, o Blog da Escola.

O percurso do currículo da EEEP é formado pelas seguintes disciplinas, estas que são comuns a todos os cursos: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Inglês, Língua Estrangeira Espanhol, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes, Educação Física, Matemática, Física, Biologia, Química, além dos Laboratórios de Física, de Química e de Matemática.

O horário de estudos também está inserido na grade curricular, assim como Projetos Interdisciplinares, Mundo do Trabalho, Projeto de Vida, Empreendedorismo, Formação Cidadã. Além destas, existem as disciplinas modulares da formação profissional que são específicas de cada curso.

A organização das disciplinas no currículo escolar busca integrar a Base Nacional Comum, a Parte Diversificada e a Formação Profissional do Educando. A grade ainda traz estágio supervisionado obrigatório, explicitado anteriormente, cuja carga horária deverá constar expressamente no currículo e deverá variar de acordo com o curso escolhido.

A metodologia de ensino da Escola é orientada pelo Plano de Ação, pelo Regimento Interno, sempre em vista da proposta pedagógica. No início de cada ano letivo ocorre a Semana Pedagógica da qual participam os educadores, representantes discentes e de pais para definição e aprovação do calendário escolar. Esse calendário é composto dos, pelo menos, 200 dias letivos obrigatórios,

distribuídos de segunda-feira a sexta-feira, respeitados feriados nacionais, estaduais e locais.

A construção destes calendários escolares tem como base os calendários da SEDUC e 9ª CREDE⁵³, sendo preponderante o tempo efetivo de aula. Algumas festas específicas que são tradicionais, tais como, Festa Junina, Festa das Mães, Feira de Ciências, Fórum da Juventude, Olimpíadas, Projetos Pedagógicos, entre outros eventos, serão distribuídos dentro do calendário escolar de forma a interromper minimamente as aulas, buscando-se proteger o tempo pedagógico.

As atividades diárias estão divididas em nove aulas de cinquenta minutos cada. Há um intervalo para almoço e dois para lanches. As aulas do eixo das disciplinas profissionalizantes estão integradas às demais disciplinas do eixo nacional comum, distribuídas entre os dois turnos, da manhã e da tarde, lembrando que, pelo menos um dia da semana será dedicado para o planejamento de cada área da aprendizagem.

O planejamento coletivo será sempre acompanhado pelo coordenador escolar. As aulas programadas serão assistidas pela gestão da escola com devolutivas aos professores. Nesse contexto, o rendimento escolar do aluno será permanentemente avaliado através da observação diária dos professores, dos registros diários, dos trabalhos de pesquisa, das atividades individuais e de grupo, das provas objetivas e dissertativas, da resolução de exercícios, além do desempenho nas atividades práticas, da participação nos projetos e construção dos relatórios e em quaisquer outros instrumentos e técnicas que o professor julgar apropriado como instrumento avaliativo. Para além disso, segundo a Secretaria de Educação

“Em todo cotidiano escolar, as atividades relacionadas à dimensão pedagógica incluem aulas de campo, projetos interdisciplinares, palestras temáticas relacionadas aos cursos, seminários, oficinas, pesquisas de campo, nivelamentos, centro de estudos extraclasse, preparação para provas externas tais como ENEM, SPAECE, SAEB, olimpíadas de abrangência estaduais e nacionais em todas as áreas do conhecimento, formação continuada do professor e demais ações que possam fortalecer a construção do conhecimento e bom desempenho dos estudantes.” (SEDUC, 2018).

⁵³ CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação atuam no Estado do Ceará auxiliando as escolas públicas em relação ao seu corpo docente e administrativo. Disponível em: <https://crede01.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril, 2019.

3.3.3 Delimitando a especificidade de cada eixo pedagógico

Tabela 06: Eixo da Base Comum Nacional

Eixo da Base Comum Nacional	
Linguagens e Códigos	
Língua Portuguesa, Educação Física e Artes, Língua Inglesa.	Busca desenvolver competências dos alunos, que, entre outras, citaremos: interpretação de códigos linguísticos, produção artística, Literatura, Artes, Opiniões e Pontos de vista.
Matemática e suas Tecnologias	
Matemática	Decifrar Linguagens Matemáticas e seus fenômenos trabalhados no decorrer da vida escolar.
Ciências da Natureza	
Química, Física e Biologia	Compreender as inter-relações entre as disciplinas, desenvolvendo o senso crítico das ações diárias vividas em sociedade, além da reflexão da importância da preservação do meio ambiente, do consumismo exacerbado, entre outras questões.
Ciências Humanas	
História, Geografia, Sociologia e Filosofia	Ser capaz de discernir situações contemporâneas através da análise de fatos passados. Discutir sobre a ética, direitos, deveres e diversidades.
----- Eixo do Currículo Diversificado	
Projetos Interdisciplinares	Momento em que os alunos desenvolvem seus projetos de pesquisa oriundos das áreas diversas que fazem parte do currículo.
Projeto de Vida	Disciplina com ênfase no discurso entre professor e alunos, promovendo a troca de aprendizado através de debates de temas corriqueiros do dia-a-dia.
Empreendedorismo	Disciplina que tem como objetivo capacitar alunos no viés empreendedor, trazendo tópicos que faça estes planejar e criar seu próprio negócio.
Horário de Estudo	Disciplina que busca desenvolver a autonomia dos discentes no seu processo de aprendizagem. Este momento é acompanhado por um docente para dirimir dúvidas, se assim surgir.
Mundo do Trabalho	Disciplina que abrange as relações de trabalho, trazendo discussões de situações vividas, ou previsíveis para o âmbito das aulas, além do estudo da legislação específica.
----- Eixo da Base Técnica	
Turismo	Tem como meta qualificar o profissional a uma condução correta e responsável das práticas com o turismo da região e adjacências, desenvolvendo nos discentes habilidades, que são: senso crítico, autoconfiança, relacionamento interpessoal, entre outros.
Enfermagem	Objetiva desenvolver um profissional que tenha uma visão ético-política, que seja agente de melhoria da qualidade de vida do povo cearense.
Informática	Busca desenvolver um profissional qualificado ao desenvolvimento de softwares, linguagem de programação, hardware, interpretação de gráficos e ferramentas técnicas.
Agroindústria	Favorecer o desenvolvimento destes alunos no conhecimento do cultivo, manuseio, aclimação, comercialização de matérias primas de origem animal e vegetal.

Fonte: PPP – Escolar e Secretaria de Educação do Ceará (2018)

3.3.4 O processo de Gestão da Escola escolhida

A EEEP possui, em sua base administrativa, uma tríade, sendo estas: A Gestão Educacional, onde buscará aliar “aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e jurídicos. Primará pela autonomia e participação colegiada, com responsabilidades compartilhadas pelas comunidades interna e externas da Escola”. (Documento Escolar – PPP, 2019, p.15). Outro pilar encontra-se na Gestão administrativa, comportando a Secretaria Escolar, administração de pessoas responsáveis à manutenção do prédio e dos recursos escolares, objetivando manutenção e conservação dos mesmos.

Por último, a Gestão Financeira, esta responsável por administrar os recursos provenientes dos Governos Federais e Estaduais, além dos recursos angariados pela instituição ao promover atividades pedagógicas “além muros”, atividades estas desenvolvidas por células colegiadas, como por exemplo: Grupo de Teatro, Grupo de Dança, Feira Gastronômica.

A Diretora da EEEP pesquisada está na gerência da instituição desde o início da sua implantação, no ano de 2009. Reconhecida positivamente por alunos e comunidade, sua inserção foi, a priori, efetivada após três fases contidas no processo seletivo feito pelo Governo Estadual. Em seguida sua permanência no cargo foi seguida de votação através do colegiado escolar que envolvem: corpo docente, alunos, funcionários, além de pais e ou responsáveis pelos discentes.

Dentre suas atribuições como gestora da unidade escolar estão: coordenar a elaboração e apoiar a implementação do PPP da Escola, Acompanhar o trabalho docente na instituição e incentivar a formação contínua destes, assegurar a aplicação dos trâmites legais respectivos à escola, bem como ao que tange o Regimento desta, garantir a transparência da parte financeira, divulgando informações para o domínio público, supervisionar a alimentação do corpo discente a fim de que todo o processo esteja dentro das normas, participar, com os componentes da comunidade escolar, das decisões relativas a projetos pedagógicos a serem inseridos no decorrer do ano letivo, entre outras atribuições.

A Escola possui ainda outros núcleos com suas devidas atribuições, no entanto, como promove o PPP Escolar, há, segundo o Documento Escolar, uma busca pela não fragmentação entre os setores, fazendo com que todo o processo, na maioria das vezes, seja proposto, discutido e implantado entre todos. Por isso, equipes são distribuídas no espaço escolar procurando a sincronia entre funções.

Coordenadores, Secretaria Escolar, Centro de Multimeios, Administração Financeira, Funcionários de Serviços de Manutenção e Segurança, Direção Escolar, além dos corpos docente e discente procuram exercer, de forma orquestrada, seus cargos e respectivas funções, pois, assim, estes

“Organismos colegiados da EEEP, representados pelos órgãos existentes na escola (Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Unidade Executora) atuarão de forma democrática e exercerão funções consultivas, deliberativas, normativas, coordenadoras e fiscalizadoras, assegurando a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar. Desta forma, a escola define como de suma importância a atuação de seus Organismos Colegiados, que atuam de forma efetiva na vivência escolar, interagindo com o Núcleo Gestor e a comunidade, compartilhando decisões e intervindo nas ações do fazer escolar. Assim, a escola garante maior controle social dos serviços prestados e contribui para a melhoria da vida social do educando.” (Documento Escolar – PPP, 2019, p.26)

3.4 A construção de uma autonomia na EEEP

No decorrer da entrevista com a Diretora foi abordada a questão de como se faz presente a autonomia da escola, pois sabemos através dos sítios da Secretaria de Educação do Ceará, MEC e Manual de Gestão Escolar TESE/TEO as muitas menções sobre o assunto.

Mesmo com a instituição de Dimensões fundantes para estas escolas, que são: o desenvolvimento destas instituições concebidas como uma Comunidade de Aprendizagem, ter como a Aprendizagem Cooperativa um método pedagógico estruturante e, principalmente, ser como princípio imperativo o Protagonismo Juvenil dos estudantes para quaisquer propostas do Ensino Médio, na prática isto padece por tantos percalços, burocratizações. Principalmente para o último citado, Protagonismo Juvenil, isto engloba também uma formação continuada. Segundo o PPP da Escola diz que

“(...) a articulação com a educação profissional e o protagonismo juvenil tornam a formação continuada, especialmente do professor, uma exigência ainda maior na Escola Estadual de Educação Profissional. Isto implica numa disposição dos educadores e técnicos administrativos para um processo contínuo de aperfeiçoamento profissional e de compromisso com o seu autodesenvolvimento. A formação continuada dos professores é realizada semanalmente durante algumas horas de sua carga horária que são destinadas para este fim, como também nos estudos coletivos semanais e mensais. Nesses momentos os professores participam de cursos à distância e também de momentos de estudos presenciais” (Documento da Escola – PPP, 2019, p.33)

No caso da Escola, a Diretora também mencionou a importância da identificação e vivência da autonomia na gestão escolar. Esta cita que o processo de autonomia, no início da instituição das EEEPs era bem mais sensível, permitia-se mais a liberdade de decisões, como por exemplo: a escolha da equipe, tanto ao que tange a área de gestão como da classe docente. Hoje, ela é reduzida, com critérios bem mais rígidos na escolha da comunidade escolar.

Diferente do currículo escolar que é considerado intocável, outros setores podem ser considerados com mediana liberdade, como: a construção do Projeto Político Pedagógico, obedecendo a normatizações nacionais, estaduais e municipais, bem como o calendário letivo, óbvio que isso respeitando os 200 dias letivos obrigatórios, os recursos financeiros destinados à escola, onde é decidido o material de apoio, isto inclui material administrativo, material de limpeza e manutenção, alguns projetos pedagógicos e instrumentação utilizada em laboratórios.

Sobre a seleção de professores, a autonomia de decidir a equipe de professores também é relativa. Antes por reconhecida competência, práticas escolares, engajamento, agora a seleção é meramente curricular onde o professor concursado tem prioridade sobre o professor temporário. Com exceções, pode-se requisitar um professor fora dos quadros estatais, no entanto há de se justificar tal motivo e provar que este corresponderia perfeitamente aos objetivos da disciplina que apresenta carência.

3.5 Atividades programadas no decorrer de cada ano letivo

Segundo o Plano de Ação da Escola, presente no Projeto Político Pedagógico da EEEP, algumas atividades e técnicas foram prioritárias no decorrer dos anos de funcionamento. Entre elas, estão

- Nivelamento dos alunos nas diversas disciplinas da Base Comum a partir da aplicação de prova de sondagem para alunos dos primeiros anos. Tendo como referência os resultados obtidos, organização dos alunos por nível de aprendizagem segundo competências e habilidades;
 - Aprofundamento dos estudos e vivências através de alinhamentos uma vez a cada mês em reuniões extras. Para os estudantes, o estudo se dará no decorrer do ano letivo nas vivências e discussões diárias, bem como nas disciplinas de Formação Cidadã para o Desenvolvimento de Competências Socioemocionais, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo;
 - Atividades que estimulem o bom desempenho dos estudantes em avaliações externas como ENEM e SPAECE. No intervalo do almoço, em horário pré-estabelecido, a escola ofertará Oficina de Redação para estudantes do 2º e 3º ano. - - Aplicação e vivência dos quatro pilares da Educação – Aprender a Aprender; Aprender a Fazer; Aprender a Conviver; Aprender a Ser – no processo formativo dos educandos durante a disciplina de Formação Cidadã, bem como em atividades desenvolvidas pela escola, a exemplo dos Projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano letivo;
 - Observação das aulas dos professores, com relatório escrito, na finalidade de proporcionar feedbacks e melhoramentos no fazer pedagógico docente;
 - Conquista de parcerias e inserção da comunidade na escola para implantação dos Estágios Supervisionados, através de seminários, encontros, visitas e outros tipos de contatos;
 - Otimização do tempo pedagógico: oficinas, elaboração de material, planejamento, formação continuada, sala de aula e horário de estudo.
 - Jornada Pedagógica com toda a comunidade escolar durante a 1ª semana de janeiro;
 - Planejamentos Gerais (mensalmente) e Alinhamento semanal;
 - Apresentações do GATEQ – Grupo de Arte e Teatro da EEEP;
 - Apresentação e seleção de novos componentes da Banda da Escola;
 - Organizações de festas Juninas e Festa de Colação de Grau dos concluintes dos Cursos de Turismo, Enfermagem, Informática e Agronegócio, em janeiro do ano seguinte;
 - Aulões do ENEM – Oficinas por área de Maio a Outubro de cada ano letivo;
 - Desenvolvimento dos projetos anuais: “Meu Memorial - Minha História de Vida”, “Projeto de Linguagens”, “Carnaval Consciente – Ciências Humanas e Artes”, “Oficina dos Sonhos”, “Pacto para o ENEM – 3º Anos”, “Dia da Matemática”, “Semana das Profissões”, “Fórum da Juventude”, “Aflorar – Projeto Afroindígena”.
- Preparação para as participações dos alunos nas Olimpíadas: “Olimpíada Brasileira de Química”, “Olimpíada Brasileira de Física”, “Olimpíada Brasileira de Astronomia”, “Olimpíada Brasileira de Foguete”, “Olimpíada Brasileira de Informática”, “OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas”, “Olimpíada Brasileira de Geografia”, “Olimpíada Brasileira de Biologia”, “Olimpíada Brasileira de História”, “Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa”;
- Otimização das aulas em campo direcionadas especificamente para cada curso;
 - Participação na Feira Regional e Estadual de Ciências e Cultura;
 - Participação nos Concursos de Redação;

3.6 Sobre o Estágio Supervisionado

No último ano do Ensino Médio cursado em formato integrado à Educação Profissional há mais uma obrigatoriedade, que é de um Estágio Supervisionado, fato abalizado pela Lei Federal de n.º 11.788 do ano de 2008. A supervisão desta etapa é formada pela junção de hierarquias. Tais pilares são: Secretaria de Educação, que direciona através de uma legislação específica este processo, bem como da Escola onde é de sua responsabilidade a execução no encaminhamento e acompanhamento do aluno, sob tutoria de um professor⁵⁴ à instituição que oferecerá o estágio.

Por último, o Governo cearense, que promove financeiramente esta etapa do ensino, custeando o valor do seguro obrigatório e transporte destinado a cada aluno. Além disso, o Estado, através de um Programa de Estágio Profissional, gaba-se do propalado suporte conseguido oriundo de parcerias de cerca de cinco mil empresas da região e arredores. Isto não quer dizer, no entanto, que os oriundos deste modelo escolar sejam absolvidos por elas ao final desta etapa de estágio.

A carga horária para tal atividade é de, no máximo, 30 horas semanais durante o período letivo e 40 horas semanais nas férias escolares. Para este estágio, não obrigatoriamente é remunerado, cabendo um acordo entre partes: estagiário-empresa. Importante ressaltar que este processo “estará integrado à organização curricular do curso, contabilizada a carga horária para fins de certificação e ou diplomação.” (PPP. 2019, p.33). Para além disso, em todo este percurso, segundo o PPP Escolar, há a busca pela integralização dos currículos que compõem este modelo escolar.

3.7 O processo de avaliação

O estudante na EEEP pesquisada passará por um processo de progressão que ocorre de duas formas: a progressão plena e a progressão parcial. A progressão plena do aluno ocorre quando ele, ao final do ano letivo, atinge média final igual ou superior a 6,0 (seis), ou quando, após recuperação final, alcança nota

⁵⁴ De acordo com o Documento protocolado pela escola, o professor incumbido deste acompanhamento, “será responsável pelo acompanhamento e avaliação de atividades do estagiário e deverá exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório de atividades, bem como, deverá zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.” (PPP Escolar, 2019, p.32).

igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares da série de escolaridade.

É necessário, ainda, que o aluno tenha frequência mínima de 75% do total das horas letivas na série de escolaridade. Caso o aluno não tenha a frequência mínima exigida e, ainda assim, apresente rendimento satisfatório, será levado ao Conselho Escolar/Conselho de Classe para análise de seu caso, que decidirá sobre a possibilidade de o estudante ter direito à recuperação.

A progressão parcial, por seu turno, ocorre quando o aluno, após a fase de recuperação final, não alcança média em até três disciplinas curriculares da série de escolaridade cursada, incluindo-se as disciplinas técnicas. O aluno em tal situação terá a oportunidade de nova recuperação antes do início do período letivo seguinte ou em momentos que não coincidam com o calendário escolar vigente. O processo de recuperação se dará por meio de atividades e aulas extras.

As avaliações serão qualitativas e este processo envolve diretamente os pais, que serão convocados a comparecer à escola cada vez que o aluno receber nota abaixo de seis, sendo estes convidados a assinarem um Termo de Compromisso. Isto é pensado não no intuito de constranger o aluno ou seus responsáveis, mas de unirem esforços para que o aluno suplante suas dificuldades. Ao professor, cabe o planejamento de tarefas ao aluno que serão divulgadas em tempo hábil. A nota a ser alcançada na recuperação parcial também deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis).

O processo de avaliação da escola, portanto, terá foco nas competências, habilidades e conhecimento teórico adquiridos pelos alunos. Para tanto, a avaliação da aprendizagem será contínua e somativa, com intervenção pedagógica, possibilitando ao professor refletir sobre seu método e sua prática educativa, ao passo que, do aluno, espera-se a conscientização de suas dificuldades e possibilidades de avanço, com priorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Para que o processo de atribuição de notas seja eficaz, deverá ocorrer o registro do nível de aprendizagem do aluno do Diário Escolar *online*, registro este que caberá ao professor. Ele se dará sob a forma de notas expressas na escala de 0 (zero) a 10,0 dez. As notas serão atribuídas conforme a escala: 0,5; 1,0; 1,5; 2,0; 2,5; 3,0; 3,5; 4,0; 4,5; 5,0; 5,5; 6,0; 6,5; 7,0; 7,5; 8,0; 8,5; 9,0; 9,5 e 10,0.

Ressalta-se que, quando for necessário lançar uma nota no sistema e esta se encontra fracionada, não obedecendo ao encaixe da escala ora descrita, tal processo se dará sempre acrescentando pontos à nota do aluno e nunca por decréscimo de décimos.

Cada unidade didática corresponde a um bimestre. O registro da avaliação relativo a cada uma das unidades didáticas/bimestres deverá ser feito até o quinto dia útil após o término da unidade. O estudante, somente em casos extremos, permanecerá sem o registro da avaliação.

O estudante necessita alcançar a média 6,0 por componente curricular para ser aprovado e, esta será calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelo professor em cada unidade didática bimestral. Sua composição será dada pela aplicação de três procedimentos avaliativos – que podem realizados individualmente ou em grupo.

Os procedimentos avaliativos são variados, podendo ser, por exemplo: apresentação de seminários, trabalhos em grupo, tarefas realizadas em sala de aula, relatórios planejados simulados por área de conhecimento, entre outros. Cada atividade avaliada poderá receber nota de 0 (zero) a 10,0 (dez). Na composição da nota no diário de classe serão registradas as notas das três atividades e seu somatório em planilha específica disponibilizada pela Escola.

A composição da segunda nota é feita por meio de prova objetiva, no padrão do ENEM, e, tal qual o ENEM, com cartão resposta. A prova deverá representar a síntese do conteúdo ensinado e este realizado individualmente pelo aluno, no final de cada bimestre, atribuindo-se nota no valor de 0 (zero) a 10,0 (dez). A média aritmética do bimestre, portanto, será o resultado da soma da primeira nota e da segunda nota, dividido por dois.

A etapa de feitura das avaliações bimestrais será definida na Semana Pedagógica, época esta ocorrida nas duas primeiras semanas de cada ano e que tem por objetivo a construção do calendário pedagógico da EEEP. As avaliações correspondentes à Base Comum Nacional cumprirão com o mesmo protocolo utilizado nos dias de aplicação do ENEM obedecendo às regras de tempo e feitura destas. Tal qual o Exame Nacional, o primeiro dia compreenderá Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Linguagens e seus Códigos (Português e Língua Estrangeira) e Redação. No derradeiro dia será a vez de Matemática e

Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia). Alguns critérios avaliativos estipulados pela EEEP são importantes destacar que

“no 4º e último bimestre estarão isentos da prova global àqueles estudantes que atenderem aos seguintes critérios: já tenham obtido 23 pontos (média 7,6) nos três bimestres anteriores, tenham participado da prova do ENEM, obtido conceito BOM, ÓTIMO ou EXCELENTE no Conselho de Classe, frequência mínima anual de 75% e que esteja no nível intermediário ou adequado nos nivelamentos de Português e Matemática.” (DOCUMENTO ESCOLAR – PPP, 2019, P. 13)

A importância do corpo docente é imprescindível neste processo avaliativo, bem como nos demais. Dentre muitas das suas atribuições estão: manter a ordem e zelo nos documentos escolares, proporcionar acessibilidade aos processos avaliativos e de aprendizagem a toda comunidade escolar, fazer-se presente nas reuniões pedagógicas como também nas atividades pedagógicas escolares e estar disponível às convocações, se este se enquadrar nos critérios estabelecidos para tal, em assumir Direções de Turma.

Tabela 07: Organograma da EEEP

CARGOS	NÚMERO DE PROFISSIONAIS
Diretora	1
Coordenadores	3
Secretária Escolar	1
Auxiliares de Secretaria	2
Assessora Financeira	1
Professores do Centro de Múltiplos Recursos	2
Agentes de Serviços Gerais	4
Cozinheiros (Empresa Terceirizada)	4
Profissionais da Segurança (Empresa Terceirizada)	2
---- Professores da Base Comum Nacional	
Linguagens e Códigos	
Língua Portuguesa	5
Educação Física	1
Artes	1
Matemática	
Matemática	1
Ciências da Natureza	
Química	1
Física	2
Biologia	2
Ciências Humanas	
História	1
Geografia	2
Sociologia e Filosofia	1
Parte Diversificada	
Projetos Interdisciplinares	5

Projeto de Vida	3
Empreendedorismo	1
Reforço Escolar	5
Mundo do Trabalho	2
Professores Diretores de Turma	
Turismo	3
Enfermagem	3
Informática/Redes	3
Agroindústria	3
Professores da Base Técnica	
Eixo turismo	2
Eixo Enfermagem	7
Eixo Informática	2
Eixo Agroindústria	2

FONTE: DOCUMENTO ESCOLAR EEEP (2019)

3.7 Sobre as conquistas da EEEP pesquisada

A Escola Estadual de Educação Profissional conseguiu, no decorrer dos anos, uma evolução significativa nos índices Estaduais e Nacionais. Tais dados são visíveis nas tabelas abaixo

Tabela 08: Ciclos do Ensino Médio

	Ciclos do Ensino Médio					
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2016-2017
E N E M	88 aprovações em Universidade s, 53,65% destes	90 aprovações em Universidade s, 56,25%	107 aprovações em Universidades presenciais e semipresenciais, 66,87%	88 aprovações em Universidade s, 53,65%	82 aprovações em Universidade s, 50,95%	92 aprovações em Universidade s, 58,37% com perspectiva de aumento de alunos em 2018.

Fonte: PPP – Escolar (2019)

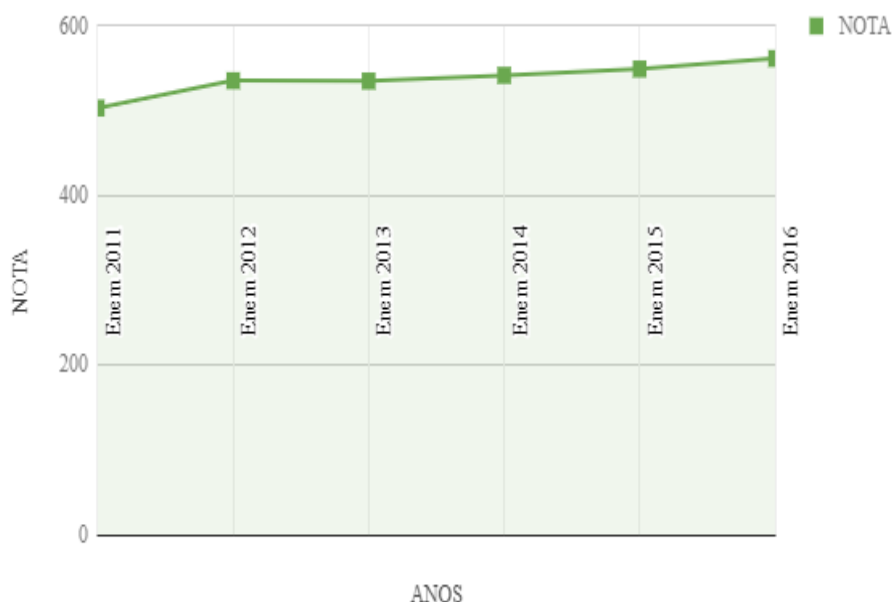
Tabela 09: Índices de Matrícula, Aprovação, Reprovação e Evasão da EEEP pesquisada

ANO	Matrícula	Aprovação	Reprovação	Evasão
2009	180	100%	0	0
2010	340	98%	2%	0
2011	500	97,39%	2,61%	0
2012	493	99,16%	0,84%	0
2013	494	97,9%	2,1%	0
2014	494	100%	0	0
2015	512	0,78%	0	1
2016	512	99%	0	0
2017	512	99,61%	0,39%	1

Fonte: PPP – Escolar (2019).

A Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) tem notoriedade em projetos inovadores e com gestões competentes na Educação Básica da rede pública de todo o país. Tem conquistado bom desempenho. Com clima escolar harmonioso, conseguiu 70% de aprovação em universidades por meio do Enem.

Figura 05: Estatística Evolução dos Resultados da Escola no Exame Nacional do Ensino Médio⁵⁵



Fonte: Figura abrigada no Sítio da EEEP na internet.

⁵⁵ Salientando que a Figura 05 exposta não é de autoria da pesquisadora, estando esta abrigada no sítio da EEEP estudada e pode ser conferida no seguinte endereço:

<https://eeepedsonqueiroz.wordpress.com/resultados/>

Além disso, esta foi contemplada com o Prêmio Gestão Escolar, no ano de 2017, representando o Ceará na etapa regional. Este reconhecimento, segundo sítio da SEDUC é destinado às escolas que promovem projetos inovadores e gestões competentes na Educação Básica da rede pública de todo país. Para participar o Diretor deve fazer uma autoavaliação de sua gestão, para em seguida elaborar um plano de ação, construído com a participação da comunidade escolar. (SEDUC, 2018).

No mês de agosto de 2019 foi divulgada uma pesquisa pelo Instituto de Interdisciplinaridade no Debate Educacional (IEDE) de um estudo chamado “Excelência com Equidade no Ensino Médio: a dificuldade das redes de ensino para dar um suporte efetivo às escolas”. Esta pesquisa mapeou escolas públicas que recebem alunos com um nível socioeconômico abaixo da média nacional, mas que, no entanto, conseguiram resultados expressivos na prova do Enem 2017, com mínimo de 95% de aprovação.

Foram 5.042 escolas habilitadas a participar e destas 100 chegaram aos níveis mínimos de qualidade propostos. Destas 100 escolas eleitas, 82 são de tempo integral. O Estado do Ceará apresentou o maior número nacional de instituições de ensino contempladas, com o número de 55, e a EEEP escolhida para este estudo foi uma destas.

A pesquisa mostrou critérios interessantes para se alcançar tal êxito, que são:

1. Tomadas de decisões baseadas em evidências quantitativas e qualitativas;
2. Foco no uso de dados e no monitoramento contínuo da aprendizagem, com a utilização de sistemas integrados de gestão educacional;
3. Parceria entre professores e alunos, com escuta ativa e quebra do tabu da hierarquia;
4. Boa interlocução dentro e fora da escola (pais, comunidade e Secretaria de Educação);
5. Estratégias pedagógicas que conversam com a realidade dos alunos e atendem às diferentes necessidades de aprendizagem, com mescla de métodos de fixação

(exercícios e simulados) e métodos que estimulam a criatividade e o protagonismo juvenil (feira de ciências, atividades esportivas, tutoria entre alunos e aulas eletivas criadas por eles.

Com base nos aspectos abordados ao longo desta pesquisa, e ao fazermos a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Profissional escolhida onde foram explanados percalços e vitórias, podemos nos ater aos questionamentos que são trazidos para formulação do Documento da instituição escolar e validar, que, talvez, ir de encontro ao Sistema é uma tarefa hercúlea, todavia inquisições, enquanto educadores, ainda nos é permitido proferir: que indivíduos queremos e precisamos formar? Qual escola, avaliação, cultura e saberes podemos favorecer e desenvolver? Como diz Freire: “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.” (FREIRE, 2011, p.30)

Considerações Finais

A educação é uma apropriação da cultura humana, produzida historicamente e a escola como a instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando a realização eficiente dos objetivos da instituição escolar. Tais metas tem a ver com a própria construção da humanidade do educando, na medida em que é pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do conhecimento produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza. Organizar uma escola não se reduz a aplicar métodos ou técnicas, não é somente utilizar objetivos organizacionais. Administrar é utilizar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, organizar o trabalho pedagógico de uma escola exige permanente impregnação de seus fins pedagógicos, na forma de alcançá-los.

O estudo buscou investigar o Projeto Político Pedagógico de uma escola que oferta o ensino médio integrado ao ensino profissional, modelo implantado no Estado do Ceará, as EEEPs. Tal averiguação foi feita através de pesquisa de um vasto material, além de entrevistas com dirigentes de escolas desta modalidade, e entendimento e debate da Legislação que alicerça o percurso educacional brasileiro.

Acrescenta-se que os Objetivos foram alcançados, pois se pode explorar, por meio de um Estudo de Caso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Educação Profissional, esta que foi instituída nos moldes do Projeto Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará; averiguou como e com que legislação se alicerça o Projeto Político Pedagógico da Escola; investigou a estrutura e o alcance dos cursos concebidos sob o modelo empreendedor da gestão empresarial adotada no Estado do Ceará; compreendeu o percurso da formação e de inserção profissional destes jovens oriundos dos cursos profissionais; e entendeu em que medida, a proposta do Estado do Ceará se articulava aos projetos de integração que se desenvolvem atualmente no Brasil.

A educação, como corresponsável pela ação transformadora, fundamentada no conhecimento teórico, deverá ser capaz de oportunizar conhecimentos para gerar ações que transformem a humanidade. Não é meramente através do conhecimento pedagógico que podemos conceber as mudanças na sociedade. Mas, através da transformação do conhecimento filosófico e científico, poderemos encontrar

mecanismos para que a práxis possa acontecer de fato. A educação, dessa forma, é a responsável para educar para a razão e não a responsável para a transformação de todos.

Para que a instituição escola realize sua função, não basta que cumpra suas atribuições, tendo como pressuposto o princípio do trabalho. Cabe a escola o seu aprimoramento, pois lhe é destinado o desenvolvimento do trabalho educativo. Isso representa que a escola através das atividades intencionais propicia ao ser humano o acesso a cultura acumulada historicamente, buscando ocasionar o meio de produção de sua própria cultura.

Existe pouca probabilidade do Estado empregar esforços para a democratização do saber, sem que tal iniciativa seja compelida pela sociedade civil. Tratando da unidade escolar, tal comprovação mostra a necessidade da comunidade participar efetivamente da elaboração da proposta pedagógica e consequentemente da gestão da escola, a fim de obter autonomia em relação aos interesses dominantes.

O desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, conforme prescrito legalmente, ocorre na medida em que os profissionais de educação planejam suas ações, criando a proposta pedagógica coletivamente, com intencionalidade, sistematização e detalhamento de suas ações. O entendimento desses aspectos é essencial, pois as leis por si só, não garantem a execução das ações no cotidiano escolar.

É preciso ter discernimento sobre a Gestão Democrática e a Organização do Trabalho Pedagógico. Sabe-se que os alunos não aprendem todos da mesma forma, isso demanda dos profissionais da educação uma constante readequação do trabalho pedagógico, com vistas a atingir o objetivo principal, conseguir que o aluno aprenda. A escola precisa organizar metodologias que possibilite a compreensão do conteúdo ensinado.

A instituição educacional, por meio das atividades no ensino médio deve permitir ao aluno o acesso à cultura acumulada historicamente, a fim de possibilitar o meio de produção de sua própria cultura. É importante enfatizar o compromisso da escola com a construção e disseminação dos conhecimentos acumulados pela humanidade, em cada momento histórico.

A organização do trabalho pedagógico institucional deve promover intervenções que possibilitem a capacitação e o desenvolvimento integral de todos os

membros da comunidade escolar. É importante refletir sobre todas as questões que envolvem a escola e sua comunidade, desenvolvendo uma instituição que coloque em prática uma concepção pedagógica e política que se realimentam e que se corporificam na sua Proposta Político Pedagógica.

O PPP ao se constituir em processo participativo de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado. Ao realizar a elaboração do seu PPP, a escola deve ver com clareza o projeto de sociedade que pretende construir. Para isso é fundamental que as pessoas e que os profissionais da educação se disponham a refletir sobre todas as ações executadas e entender que os passos trilhados possuem um objetivo explícito a ser alcançado.

O processo de construção do projeto pedagógico da escola amplia a visão de tempo em duas dimensões: o tempo cronológico e o tempo pedagógico. O tempo cronológico é aquele em que a realidade é representada, na forma que ocorreu no passado. Por tempo pedagógico entendemos aquele tempo da experiência vivida. Por meio do tempo predominante na sala de aula, onde o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer de forma contínua, onde as decisões pedagógicas são tomadas, onde um conhecimento é construído, onde ocorre o diálogo, o compartilhamento, a solidariedade. Na prática pedagógica ao planejar a aula, detém-se a atenção no tempo cronológico, pois se reflete sobre a aula anterior e prepara a aula que irá acontecer.

As escolas precisam ter um plano de ação que seja voltado para atender as reais necessidades de formação dos alunos. Formação esta, que deve contemplar o desenvolvimento tanto no âmbito individual, através do reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito, como no âmbito social como participante de uma sociedade que requer mudanças, diante das injustiças sociais vividas por grande parte da população. Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos, pais, funcionários e comunidade, nas decisões sobre os seus objetivos, organização do trabalho pedagógico e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores e adotar a escola de autonomia e recursos.

Referências Bibliográficas

- Aguar, Cefisa Maria Sabino. (2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e sua Organização em Fórum. Brasília: MEC, SEB. Disponível: <<http://www.agendapublica.org.br>>. Acesso: 20 de agosto de 2019.
- Aguar, Márcia Ângela (2007). *Gestão da Educação Básica e o Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Disponível: <<http://www.scielo.br>>. Acesso: 9 de julho de 2019.
- Almeida, J. (2000). *Educação profissional no Brasil*. 3ª edição. UNESP, São Paulo.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. 2ª edição. Imprensa da Universidade de Coimbra. Portugal.
- Anuário do Ceará. Ensino no Ceará. 2019. Disponível em: <http://www.anuariodoceara.com.br/>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- Antunes, Ângela (2008). *Aceita um Conselho? Como Organizar o Colegiado Escolar*. Cortez. São Paulo.
- Bartnik, Helena Leomir (2012). *Gestão Educacional*. Intersaberes. Curitiba.
- DI PALMA, Márcia (2012). *Organização do Trabalho Pedagógico*. Intersaberes. Curitiba.
- Bardin, L (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições Brasileiras. São Paulo.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. MEC. Educação profissional e tecnológica. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/pronatec>. Acesso: 20 de jan, 2019.
- BRASIL. MEC. Curso de Profissionalização. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso: 20 de janeiro 2019.
- BRASIL, EEEPs. 2019. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso: 20 de jan, 2019.
- BRASIL. Decreto. 4127 de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.
- BRASIL. Decreto n.º 7566, de 23 de setembro do ano de 1909. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto nº 2208 do ano de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.302 no ano de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto nº 5154 do ano de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decretos nº 6302 do ano de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto 2.208 do ano de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto 5.154 de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto 7566. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto 7566. Artigos 6º, 7º e 8º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto de nº 5.154 do ano de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto de nº 5.154/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4048. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto 4.127, no ano de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4.073. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Decreto n.º 6302, no ano de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Conselho de Educação do Ceará. Resoluções 413 do ano de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. CF de 1988, LDB n.º 9.394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/_Dec_ano.htm. Acesso em: 08 de fev, 2019.

BRASIL. Lei Estadual de n.º 14.273. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei de nº 5.154/2004. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei 14.273. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei 378 - Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394 de 1996. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.741/ 2008. Art. 39. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei n.º 14.273 /2008. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei n.º 14.273 / 2008. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei nº 14.273 do ano de 2008. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei nº 16.287 do ano de 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.415 do ano de 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. MEC. Plano Plurianual (PPA– 2016-2019/MG). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Recursos Financeiros. 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Resolução 434 do ano de 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do ano de 1961. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Leis Orgânicas do Ensino. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. BNCC – Base Nacional Comum Curricular . 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 de mai, 2019.

BRASIL. Lei n. Lei 13.415/2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL Programa Brasil Profissionalizado. 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. PAC. 2018. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 12 de jun, 2019.

BRASIL. nº 14.273 de 2008. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Resolução Nº 413/2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Resolução 413 de 18/04/2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei n.º 2.208 do ano de 1997. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Lei Complementar Nº 22 do ano de 2000. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Estado de Bem-Estar Social. 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 13 de fev, 2019.

BRASIL. Consenso de Washington. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v11i21.3251>. Acesso em: 12 de jun, 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. OCDE. 2019. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/ocde>. Acesso em: 12 de jun, 2019.

BRASIL .INEP. PISA. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-o-pisa/21206 . Acesso em: 12 de jun, 2019. Acesso em: 12 de jun, 2019.

BRASIL. Programa da OCDE. 2019. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em: 12 de jun, 2019.

BRASIL. Educação Nova. <https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>

BRASIL. Programa Brasil Profissionalizado. 2019 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>. Acesso: 10/06/19.

BRASIL. Educação Profissional no Brasil. 2018. Disponível em : <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 22 de Març, 2019.

BRASIL.Diretrizes Curriculares Nacionais . 2018. Disponível em:<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares-/>Acesso em: 18 de fev, 2019.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998: Avançando nas Mudanças. Governo Tasso Ribeiro Jereissati. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, 2006. Disponível em <http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm>. Acesso em 16 de set, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/>. Acesso: 10 de agosto 2019.

Callai, Helena Copetti (2005). *Aprendendo a Ler o Mundo*. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>. Acesso: 20 de setembro de 2019.

Carlos, Ana Fani (2012). *Sala de Aula*. Contexto. São Paulo.

- Carvalho, Thiago. Et al (2017). *Aprendizagem significativa*. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/443>. Acesso em: 12 de fevereiro 2019.
- Castellar, Sônia (2009). *Educação: Teorias e Práticas Docentes*. Contexto, São Paulo.
- Cavalcanti, Lana de Souza (2007). *Escola e construção de conhecimentos*. Papirus, São Paulo.
- CEARÁ. EJA. 2000. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 de mai, 2019.
- CEARÁ. Política do Banco Mundial. 2006. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 de mai, 2019.
- CEARÁ. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998: Avançando nas Mudanças. Governo Tasso Ribeiro Jereissati. Fortaleza: SEPLAN, 1995. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 de mai, 2019.
- CEARÁ. Mensagem à Assembléia Legislativa. SEPLAN, Fortaleza, 2000. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 22 de maio de 2019.
- CENTEC. Educação tecnológica nas escolas. 2018. Disponível em: <https://www.centec.org.br/>. Acesso em: 13 de Agosto de 2019.
- Ciavata, Maria (2014). *A historicidade das reformas*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10246/7032>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
- CUNHA, A (2000). *Educação profissional no Brasil*. Contexto. São Paulo.
- CURRÍCULO EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação atuam no Estado do Ceará auxiliando as escolas públicas em relação ao seu corpo docente e administrativo. Disponível em: <https://crede01.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 de abri, 2019.
- Delors, Jacques (2003). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 8a ed. Cortez. São Paulo.
- DIARIODONORDESTE, Cassação de Gestores. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

- EEEP. Escola Estadual de Educação Profissional. 2019. Disponível em: <http://eepedsonqueiroz.blogspot.com/>. Acesso em 23/11/2018.
- Empresa Odebrecht. Suspeita de corrupção. 2015. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/tecnologia-empresarial-odebrecht>.
- Fernandes, F. (1975). Educação. 1975. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a13.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2109.
- Freire, P. (2008). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. ortez. São Paulo.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra. São Paulo.
- Freire, P. (2005). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. Olho d'Água, São Paulo.
- Fontana, Niura; PORSCHE, Sandra. (2011) *Leitura, Escrita e Produção Oral: Propostas para o Ensino*. EDUCS. Caixias do Sul.
- Frigotto, G.. (1999). *A Educação e a crise do socialismo real*. Cortez. São Paulo.
- Frigotto, G. (2002). *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Educação & Sociedade. Vol. 24 n 82. Campinas.
- Frigotto, G. (2006). *A produtividade da escola produtiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 8ª ed. Cortez. São Paulo.
- Frigotto, G.; Ciavata, M.; Ramos, M. (orgs). (2011). *Ensino Médio integrado: concepções e contradições*. Cortez. São Paulo.
- Gandin, D. (1994). *A Prática do Planejamento Participativo*. Vozes. Petrópolis, RJ.
- Gil, A. (2012) *Metodologia Científica*. Pearson Pretince Hall. São Paulo.
- Guia de implementação do novo ensino médio. 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 10 de março de 2019.
- Governo do Estado do Ceará. Educação. 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/>. Acesso em: 12 de junho de 2019.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola. São Paulo.
- IBGE. Projetos estatais de “Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará. Acesso em: fevereiro de 2019.

IBGE. Carreiras Profissionalizantes. <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/02/27/desemprego-pnad-ibge-trimestre.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

IBGE. Desemprego dos formandos na área profissional. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-e-maior-entre-jovens-mulheres-e-trabalhadores-sem-ensino-superior.ghtml>. Acesso 20 de janeiro de 2019.

INEP. Matrículas do Ensino Médio. 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 22 de Outubro de 2019.

INEP. Matrículas do Ensino Médio. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 22 de Outubro de 2019.

ICE. Educação. 2018. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/>. Acesso em: 12 de março de 2019.

IPCE. Educação Brasileira. 207. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Cascavel_2017.pdf. Acesso: 12 de março de 2019.

Kimura, S. (2019). *Ensino Básico: Questões e Propostas*. Contexto, São Paulo.

INFOESCOLA. Nilo Procópio Peçanha. Educação do Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-nilo-pecanha/>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

Junckes, R. (2013). *A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica*. Disponível em:

http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_v%20sfp/Ro_sani_Junckes.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

Kuenzer, A. (2000). *O ensino médio agora é para vida*. Educação & Sociedade. Ano XXI n. 70. CEDES. Campinas.

Kuenzer, A. (2007). *Educação Brasileira*. Cedes. Campinas.

Kuenzer, A. (org.) (2018). *Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 5ª ed. Cortez. S. Paulo.

Kuenzer, A. (1991) *Educação e trabalho no Brasil: o estudo da questão*. Brasília: INEP.

Libâneo, J. C. (2001). *Organização e Gestão da Escola*. Alternativa, Goiânia.

- Luck, H. (2013). *A Gestão Educacional - Uma questão paradigmática*. Vozes. Rio de Janeiro.
- Luck, H. (2012). *Liderança em Gestão Escolar*. Vozes. Rio de Janeiro.
- Luck, H. (2011). *A Gestão Participativa na Escola*. Vozes. Rio de Janeiro.
- Luiz, Maria Cecília; CONTI, Celso. *Políticas Públicas Municipais: Os Conselhos Escolares como Instrumento de Gestão Democrática e Formação da Cidadania*. 2007. Disponível: <<http://www.alb.com.br>>. Acesso: 05 de setembro de 2019.
- Manual de co-responsabilidade social. Educação Profissionalizante. Disponível em: <http://www.brasilata.com.br/empresa/responsabilidade-social>. Acesso em: 17 de julho de 2019.
- Manual de gestão manual operacional. Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2019. Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2019.
- Manual de Gestão TESE/TEO. Disponível em: http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.
- Martins, J. (2000). *Educação do Brasil*. USP. São Paulo.
- MEC. Educação Profissional. 2018. Disponível em: (<http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>). Acesso em 10 de junho de 2019.
- Mészáros, I. (2003). *A crise da educação*. Bomtempo. São Paulo. 2003.
- Ministerio da Educação. Conselho Escolar e Direitos Humanos. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Acesso: 15 de fevereiro de 2019.
- Morastoni, J. (2004). *Gestão Democrática na Escola e a Organização do Trabalho Pedagógico*. 2004. Disponível: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/6dgest_dem_otp.pdf. Acesso: 15 de setembro de 2019.
- Miranda, V. (2008). *Aprendendo a aprender. Atividades e experiências*. Editora Positivo, ano 9, n. 2, maio 2008. Curitiba.
- Micotti, Maria Cecília. (2009). *Leitura e Escrita: Como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos*. Contexto. São Paulo.
- Moraes Neto, Benedito Rodrigues de (1991). *Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão*. Brasiliense. São Paulo.

Muller, V. (2010). A Formação Do Profissional Da Educação Social: Espectros Da Realidade. Disponível em:

<https://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CLLER-Ver%C3%B4nica-Regina3.pdf>. Acesso em: 3 de maio de 2019.

Passini, Elza. et al. (2007). Prática de Ensino. Contexto. São Paulo.

OECD. Ensino Público e o crescimento do Ensino Privado. 2011. <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>.

Oliveira, Roberto. Trabalho no Nordeste. 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200049. Acesso em: 5 de mai, 2019.

OECD. Ensino Público. 2016. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em: 13 de Ago, 2019.

Petronilo, Ana Paula. *Dificuldade de Aprendizagem na Leitura e na Escrita*. 2007. Disponível: http://www.ufrgs.br/ceme/uploads/1382039595-Monografia_Ana_Paula_da_Silva_Petrolino.pdf. Acesso: 5 de ago, 2019.

Planalto do Governo. Educação Profissional no Ensino Médio. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 de Ago, 2019.

Romanelli, O. (1978). *História da Educação no Brasil*. Vozes. Petrópolis.

Ramos, M. (2001). *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* Cortez. São Paulo.

Santos, D. (2018). *Empregabilidade versus formação integral: ensino médio integrado no estado do Ceará*. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n1p220>. Disponível: 12 de mai, 2019.

Santos, D. (2015). *Ensino Médio do Ceará*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Disponível: 12 de maio de 2019.

Santos, D. (2017). *Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado*. Instituto Lukacs. São Paulo.

Santos, D. Jimenez, S. Quixadá Viana, C. Rabelo, J. (orgs.) (2013). *Educação Pública, Formação Profissional e crise do capitalismo contemporâneo*. EdUECE. Fortaleza.

Santos, Carmi; Mendonça, Marcia. (2007). *Alfabetização e Letramento. Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Autêntica. Belo Horizonte. Disponível:

http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Alfabetizacao_letramento_Livro.pdf.

Acesso: 2 de set, 2019.

Saviani, D. (1980). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Cortez Autores Associados. São Paulo.

Saviani, D. (2003). *O choque teórico da politecnia*. In: Trabalho, Educação e Saúde. V.1 n 1. Fiocruz. Rio de Janeiro.

Saviani, D. (2012). *Escola e democracia*. 42 ed. Autores Associados. Campinas,

Saviani, D. (2007). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados, Campinas.

Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Organização do trabalho pedagógico. Curitiba : SEED – PR, 2010. Disponível:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_otp.pdf. Acesso: 02 de agosto de 2019.

SEDUC. Educação Profissional. 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-eemti/>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

SEDUC. Disciplinas do Ensino Base. 2018 Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-eemti/>.

Acesso em: 12 de julho 2019.

SEDUC. Cursos. 2018. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149 Acesso em: 12 de jul, 2019.

SEDUC. Educação Formal. 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escola-em-tempo-integral/> Acesso em: 12 de jul, 2019.

SENADO. Educação Brasileira. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 14 de jul, 2019.

Taylor, Frederic W. (1980). *Princípios da administração científica*. Atlas. São Paulo.

Teódosio, A. (2015). *Escola Sociológica de Chicago*. Disponível em: www.sbsociologia.com.br. Acesso em: 12 de junho de 2019.

- Teixeira, Anísio. *Educação não é privilegio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.
- UCG. *Educação Profissional no Brasil*. 2018. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/cursos/teceventos/historico.htm>. Acesso em: 12 de jun, 2019.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Educação. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em 23 de março de 2019.
- UNICEF. Ensino no Brasil. 2019. Disponível em: https://secure.unicef.org.br/Default.aspx?origem=drtv&gclid=Cj0KCQjwl8XtBRDAARIsAKfwtxCBnBw5pg-fBjQWtcVVVib8ee37Hm8L7kmA_3gjfZcypZbgNeArzCsaAuq4EALw_wcB
- NACOEUNIDAS. Direitos educacionais, de saúde e bem estar social. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> . Acesso: 19 de jun, 2019.
- Veiga, Ilma. (2006). *Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação*. In: SEMINÁRIO NACIONAL. São Paulo.
- Veiga, Ilma. (2006). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva*. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Papirus. Campinas.
- Veiga, Ilma (coord.). (1999). *Repensando a Didática*. Papirus. Campinas.
- Veiga, Ilma. (2003). *Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória*. Cadernos Cedes, v.23, Cortez. Campinas.
- Veiga, Ilma. *Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico*. In: Veiga, Ilma; Resende, Lúcia Maria G. de (orgs). (1998). *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Papirus. Campinas.
- Veiga, Ilma. (2005). *Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: Instrumentos da Organização de Trabalho*. Disponível: <<http://www.anpae.org.br>>. Acesso: 19 de agosto de 2019.
- Veiga, Ilma. (2012). *Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática: Novos marcos para a Educação de Qualidade*. 2012. Disponível: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/109/298>. Acesso: 8 de ago, 2015.
- Veiga, Ilma (2010). P. A. *Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação*. In: Seminário Nacional: Currículo em Movimento: Perspectivas Atuais, 1., Anais de UFMG. Belo Horizonte.

Vieira, Vera Lucia Marschall; Almeida, Janaina Aparecida Mattos. (2008). *A Função Social da Escola Pública: A Especificidade do Trabalho na Sala de Aula*. 2008. Disponível: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2387-8.pdf>. Acesso: 10 de junho de 2019.